



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021

ISSN 2525-9156

**Faculdade do Vale do Jaguaribe
Aracati-CE
2021**



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

FICHA TÉCNICA

EXPO 2021

ISSN 2525-9156

Realizado entre os dias 8 e 12 de novembro de 2021

Local: Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Comissão Científica EXPO

Abda de Souza Medeiros

Ana Cládia de Holanda Araújo Antero

Cícero Philip Soares do Nascimento

Darcielle Bruna Dias Elias

Francisco das Chagas da Silva

Hiran Nogueira Moreira

Márcio de Oliveira Mota

Marcos Paiva Scardua

Mário Wedney de Lima Moreira

Samira Lodi Melo

Valter Barbosa Costa Filho



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Avaliadores

Acy Holanda Mota

Anna Paula Fagundes Bezerra

Arielle Arry Carvalho

Clara Maria Teles Rodrigues

Francisca Emanuely Pinheiro Barros

Francisca Neuma Almeida Nogueira

Francisco Wanderlei Lima Silva

Gerian Lopes do Nascimento

Jaqueline Sobreira Rodrigues

José Damião da Silva Filho

Kariza Lopes Barreto

Leandro Nascimento Borges

Márcia Skibick Araújo

Marcilene Onório da Silva

Maria Theresa Costa Zaranza

Pedro Henrique Silvestre

Renildo Franco da Silva



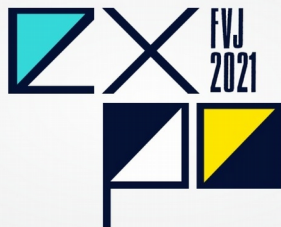
08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Direito



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: DIREITO

ÁREA: EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO E PANDEMIA: DESAFIOS E APRENDIZAGENS

EDUCATION AND PANDEMICS: CHALLENGES AND LEARNINGS

Francisca Valfisia da Silva

Francisco das Chagas da Silva

Informações do autor

valfisia@hotmail.com

Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ

advfranciscosilva@gmail.com

Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal fazer algumas reflexões sobre a educação em tempos de pandemia. A educação em nosso país sempre foi um ato de bravura, resistência e desafios. A equidade esteve distante, as diferenças e adversidades enormes. Nem todos tem acesso à educação de forma igualitária, seja por um motivo ou por outro. As oportunidades são diferentes e pandemia veio acirrar essas desigualdades e segregar ainda mais. A Covid-19 fechou as portas físicas das escolas, mas o processo de ensino continuou, em casa, de forma remota, mas a aprendizagem teve déficit, nem todos os alunos tinham computador, celular ou tablet com acesso à internet. As aulas presenciais foram substituídas pela modalidade de ensino à distância (**EAD**), forçando professores e alunos a um aprendizado apressado de novas tecnologias da Informação e comunicação (TICs). Diante desse contexto, ações de correção para essa defasagem são imprescindíveis para que a educação volte a crescer e os estudantes possam ter acesso a uma educação eficaz, emancipadora, de qualidade, que gere possibilidade de crescimento e dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO; PANDEMIA. DESAFIOS; POSSIBILIDADES

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de uma pesquisa sobre a desafiadora educação pública. Não obstante a todos os desafios que perpassam a educação pública, a pandemia do novo coronavírus, agravou essa realidade. A Covid-19, fechou as portas (físicas) das escolas em todo o Brasil, como uma das medidas de contenção do vírus, da propagação da doença e consequente diminuição do contágio. Contudo a escola não parou, continuou desenvolvendo suas atividades. A escola passou a ter como extensão a residência dos estudantes e os professores cederam suas casas para o trabalho remoto.

Repentinamente, as aulas presenciais foram substituídas pela modalidade de ensino à distância (**EAD**), forçando professores e alunos a um aprendizado apressado de novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Aconteceu de forma abrupta e ninguém estava preparado para isso. Professores, estudantes, pais, gestão escolar, secretarias da educação. Analisando esses segmentos, vemos que todos foram impactados de alguma forma, em alguma medida ou proporção. Principais desafios: os estudantes, boa parte, não possuem os recursos necessários para o acompanhamento de aulas *online*, um computador e/ou internet. Mesmo para os alunos com acesso à internet, há um grande esforço para aprender a gerenciar o tempo, criar um clima escolar dentro de casa. Tudo isso, somado ao contexto de estresse, pois estão confinados em casa, longe dos amigos e durante um surto de saúde mental a nível internacional. Os pais, muitas vezes, precisam conciliar suas próprias tarefas diárias com as atividades escolares dos filhos e muitos não tem o domínio pedagógico dos conteúdos formais necessários ensinados na escola.

Professores e gestores escolares tiveram que, de forma rápida, adaptar o currículo escolar presencial, para o ensino remoto. Dessa forma, muitas escolas passaram a utilizar ferramentas digitais como: *Google Meet*, *Zoom* e *Skype*, dentre outras, sendo que muitos professores jamais tiveram contato prévio com elas.

Os profissionais compartilharam de vários momentos delicados como, por exemplo, dar a aula *online*, gravar vídeos, preparar materiais que possam ser compartilhados com os alunos, entre outros e, no meio disso tudo, compreender a melhor maneira de transmitir seu conteúdo e conseguir a atenção de seus alunos.

A preocupação soma-se, ainda, com a participação dos estudantes. Na sala de aula presencial, o feedback entre aluno e professor é direto e permanente. Basta olhar em volta para perceber se há atenção dos alunos, se a classe está compreendendo o conteúdo que está sendo trabalhado, etc. No ensino à distância, não há esse controle mais direto. Daí a necessidade de pensar em estratégias e repensar a prática pedagógica.

Nesse sentido, percebeu-se que há um déficit de formação dos professores em TICs e metodologias ativas. A pandemia do novo coronavírus não deixou espaço para especialização dos educadores, com a rotina e a dinâmica do momento, os professores tiveram que aprender, se apropriar das tecnologias concomitantemente ao trabalho desenvolvido, sobrecarregou o cotidiano. Por isso, muito mais do que intermédio das tecnologias e da internet, a EAD também requer uma reflexão sobre metodologias, o que exige ainda mais dos professores diante do cenário pandêmico.

Paralelamente aos desafios enfrentados por profissionais da educação e alunos em relação ao ensino remoto, a pandemia escancarou uma realidade que muitas vezes passa despercebida ou é ignorada por muitos brasileiros: a enorme diversidade de realidades e desigualdades educacionais, sociais e econômicas. Trouxe um panorama ainda mais desafiador e que precisa ser compreendido de maneira aprofundada e, principalmente, ser superado, criando possibilidades de ações para o presente e para o futuro.

Superada a fase de ensino remoto, a qual deixará enormes lacunas na aprendizagem de jovens e crianças, especialmente para aqueles mais vulneráveis, profissionais e estudantes, passarão a enfrentar ainda novas situações desafiadoras.

Faz-se necessário a elaboração um plano de ação, de forma participativa como umas das possibilidades de minimizar os prejuízos deixados e poder alavancar o ensino e aprendizagem no nosso país e suprir o déficit educacional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de artigos científicos e capítulos de livros, voltados ao estudo de abordagens e técnicas da produção científica. Secundada por sessões de observação e participação em várias reuniões virtuais sobre a temática. Na sua

perspectiva teórico-metodológica, quanto à classificação, a pesquisa assume o referencial crítico, caracterizando-se como uma investigação de abordagem qualitativa, descritiva, do tipo empírica. Se caracteriza como uma situação não análoga à outras, portanto, seus resultados não são possíveis de generalizações à outros, tendo Minayo (2005) como a principal referência. Sobre pesquisa qualitativa Minayo, afirma que ela responde a questões muito particulares, porque se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com um universo de significados, motivos, causas, aspirações, crenças, valores, posturas e atitudes, que não se podem mensurar.

Nos estudos científicos em educação, vários métodos e técnicas de pesquisa estão em desenvolvimento e, entre eles, está a observação, que permite ao pesquisador descobrir como algo efetivamente ocorre. O texto defende que o mais importante é produzir um conhecimento rigoroso ainda que subjetivo, pois é orientado pelo caráter humanista das ciências em educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados, fica claro que ainda temos um longo caminho a trilhar, seja nas metodologias pedagógicas/didáticas de ensino e aprendizagem, seja nas possibilidades de acesso aos educandos às tecnologias para educação e informação. Nosso aluno muitas vezes não dispõe dos recursos didáticos, básicos, para uma aprendizagem efetiva e consolidada.

Pôde-se constatar que não basta o “interesse” do aluno pela aprendizagem e pela escola, precisa-se que elementos práticos, reais e estruturais adequados. Professores precisam de tempo para estudar e se aperfeiçoar, além de “dar aulas”. Assim, constatou-se que é importante que as práticas de ensino estejam férteis de possibilidades, de diversidades, como forma de proporcionar uma aprendizagem que atenda as individualidades e preencha os anseios de cada ser. Neste sentido precisamos de forma cada vez mais urgente na educação brasileira de valorização educacional, seja pedagógica, na infraestrutura, no financeiro, como possibilidade de emancipação humana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se constatar que a pandemia veio descortinar uma realidade, a qual já era conhecida, mas que acabava sendo ignorada e sua solução protelada. Foi possível compreender que, a educação familiar, ou homeschooling, tão sonhada por alguns, nossa sociedade não está preparada. Assim como a EAD, também não consegue contemplar com equidade, a realidade de grande parte dos nossos educandos, pois são carentes até mesmo do que é considerado básico.

A partir das discussões e análises da pesquisa, percebeu-se cada vez mais fortemente a importância do professor para sociedade. Permitiu entender e refletir sobre a profissão docente e como a educação é a base do progresso para qualquer sociedade. Afinal, a preocupação é possibilitar que o educando compreenda o mundo a partir da espacialidade dos fenômenos, para que assim possa se posicionar. Sobre este aspecto, Santos (2007, p. 27), defende a ideia.

O pós pandemia exige dos governantes e da educação brasileira um plano de recuperação não só de conteúdos, mas da autoestima, da cooperação entre entes federativos, de união e busca pela educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Á DEUS pela presença constante e fiel em nossas vidas, cuidando de forma minuciosa de cada detalhe e ao Coordenador do Curso de Direito e Orientador deste trabalho, prof. Francisco das Chagas, pela disponibilidade, parceria e atenção dedicada aos educandos desta Faculdade.

5 REFERÊNCIAS

MUNIZ, Carla; educação. Tipos de pesquisa, 2021. Disponível em: <https://www.significados.com.br/tipos-de-pesquisa/> Acesso em 30-07-2021.

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: ensino a distância dá importante solução emergencial, mas resposta à altura exige plano para volta às aulas. Site Todos Pela Educação, ano: 2020. <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-na-pandemia-ensino-a-distancia-da>

importante-solucao-emergencial_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas.
Acessado em 31-05-2021.

MINAYO, Maria C. S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PIMENTA, Selma G. **Professor reflexivo**: construindo uma crítica. In: _____.; GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002, p. 17-52.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos fundamentais em tempos de pandemia – III. In Conjur, 20 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-20/direitos-fundamentais-tempos-pandemia-iii>. Acesso em: 28 jul 2020. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2007.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: DIREITO

ÁREA: EDUCAÇÃO

DIFICULDADES ENFRETTADAS PELOS MONITORES DURANTE O PROGRAMA DE MONITORIA

DIFFICULTIES FACED BY MONITORS DURING THE MONITORING PROGRAM

Thaynnan Lima do Nascimento, curso de direito

thaynnan.nascimento@fvj.br

Débora Tomé de Sousa, curso de direito

debora.tome@fvj.br

RESUMO

A monitoria é uma atividade acadêmica em que o monitor auxilia o professor da disciplina, conferindo suporte aos alunos acerca dos conteúdos estudados em sala. Deste modo, é um ótimo estímulo para os alunos participarem de atividades acadêmicas e acrescentarem experiências na sua formação. O objetivo geral desse trabalho é apontar as dificuldades enfrentadas na monitoria, quando não se tem dos alunos o interesse que se espera, bem como comentar sobre as técnicas utilizadas para motivar os alunos para participar da monitoria. Vai-se abordar as grandes dificuldades na realização do processo de monitoria em tempos de pandemia e como esta nova realidade afetou os discentes, além de apontar a diferença entre a prática e a teoria para o desenvolvimento da monitoria e a importância da monitoria no ensino superior. Foi realizada uma pesquisa com os monitores selecionados no processo de monitoria edital 002/2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, fazendo uma análise dos monitores, referente as diferenças de semestres, comparando o empenho desses alunos. De tais fatos pode-se notar, que o referido trabalho tem como finalidade, além de explanar dificuldades de um monitor, incentivar alunos a participarem do programa de monitoria, uma vez que a motivação dos mesmos é imprescindível.

Palavras-chave: Monitoria. Alunos. Desinteresse. Aprendizado.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

1 INTRODUÇÃO

A monitoria se caracteriza por ser um programa das instituições de ensino superior, que por meio de edital selecionam alunos interessados em serem auxiliares do professor orientador em determinada disciplina, para isso os alunos monitores já devem ter cursado a disciplina de sua escolha para ser monitor(a). (LIMA MAYARA, et al, AGO/2019). Deste modo, os monitores realizam diversas atividades como auxiliam o professor nas aulas produzindo atividades de fixação do conteúdo, elaboração de questões para melhorar o aprendizado dos alunos, apoiam o professor orientador no desenvolvimento das práticas pedagógicas e de novas metodologias de ensino (FVJ, 2021), entretanto, o aluno-monitor não pode dar aula no lugar do docente, posto que seu papel é de auxiliar, ele funciona como uma ponte entre o professor e seus alunos, trabalhando da melhor forma para que tais alunos, aprendam o máximo possível dos conteúdos ministrado na disciplina, potencializando seus conhecimentos.

O referido trabalho, aponta a diferença entre a teoria dos estudos acerca da monitoria e seu funcionamento na prática, apresentando técnicas para aguçar o interesse do aluno em participar do programa de monitoria, que foram utilizadas na monitoria da disciplina de Direito Administrativo I.

A atuação do monitor é um processo complicado, apesar da gratificante experiência para os alunos monitores e do grande auxílio para os discentes, tal programa não é realizado de forma tão simples, seja por dificuldades que surgem no decorrer do semestre letivo, como dificuldade de horários dos alunos para os encontros com o monitor, seja pela ausência do interesse de tais alunos para com a monitoria e até o desconhecimento deles acerca do que é o programa, seja pelas dificuldades impostas e decorrentes da pandemia de COVID 19, período em que se os discentes estavam mais cansados fisicamente e principalmente mentalmente, tornando para o monitor mais desafiante a realização do programa, mesmo com os encontros on-line, o que em certo ponto deveria auxiliar, pois os alunos não teriam que se deslocar até a instituição de ensino, acaba por dificultar ao monitor identificar o aluno que não conseguiu de fato entender o assunto que está sendo lecionado nos encontros.(CARVALHO Sabrina. Et al, SET/2020)

Além disso, com relação ao fator desinteresse dos alunos, este foi mais visível, uma vez que a grande parte dos alunos não compareciam aos encontros, ou sequer chegaram a procurar a monitora, para requisição de informação de conteúdo ou atividades.

A problemática principal deste trabalho, tem como base a complexidade dos meios de aplicação do programa de monitoria, e pela forma de como ela é divulgada e apresentada aos discentes. No que diz respeito, a discussão se trata de ausência de interesse dos alunos em participar e ajudar na monitoria acadêmica. Dentro desta ótica, o objetivo geral é relatar sobre a experiência da autora, no período de ensino na cadeira de Direito Administrativo I, com objetivo específico, de identificar as grandes dificuldades dos alunos com aulas de forma remota.

2 MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

O presente trabalho se baseou nos relatos de monitores de diversas disciplinas de cursos como Psicologia, Direito, Enfermagem, do período de 19/03/2021 a 05/07/2021, da Faculdade Vale do Jaguaribe – Acarati/CE, que eram externalizados nas reuniões e encontros da Monitoria. Além de ter como referência a experiência vivida pela autora deste resumo expandido, comparando-a com os relatos de experiência dos demais monitores. É notório o baixo número de alunos monitores, apesar dos grandes esforços da instituição de ensino, que trabalha arduamente na divulgação do Programa de Alunos Monitores, bem como é baixa quantidade de alunos participando da monitoria de forma regular, ou seja, participando ativamente dos encontros propostos pelo monitor.

Desse modo, foi analisada a satisfação dos monitores a respeito da experiência de monitoria acadêmica pelas suas falas nos encontros, e é notório que existe diferenças entre o nível de satisfação dos monitores de disciplinas de semestres iniciais e finais, isso foi constatado a partir do questionamento feito em um encontro, qual seja: “É notória a diferença de interesse, quando os alunos são de semestres do início do curso?”.

Nestes termos, a pesquisa foi realizada, com base nos relatos de diversos monitores, de variados cursos e disciplinas, nos encontros realizados pela supervisão de monitoria durante o período 19/03/2021 a 05/07/2021, e pela experiência vivida pela autora deste resumo expandido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente projeto obteve como resultado a partir dos relatos dos demais monitores e em comparação com a realidade vivida pela autora, que a monitoria proporcionou uma grande experiência, tanto para monitores quanto para os alunos, responsabilidade na procura de adquirir novos conhecimentos e principalmente na forma de repassá-los, ou de esclarecer aquele conteúdo passado pelo professor orientador. Diante do que foi exposto, e do que foi observado na experiência dos encontros de monitores, nota-se que a monitoria é um trabalho de fato, que exige do monitor uma posição de mediador das atividades e conteúdo (DANTAS, Otilia Maria A. N. A, 2007). Notou-se com o relato dos demais monitores, que as dificuldades se repetiam, sendo discutido a aplicação de técnicas, como as dinâmicas, uma das técnicas utilizadas por exemplo foi reforçar na monitoria assuntos que caíam na prova em forma de questões abertas, e mesmo assim não houve uma grande mudança na participação dos alunos nos encontros com o monitor.

Durante o período da monitoria, foram debatidos em reuniões e encontros diversas formas de chamar a atenção dos alunos para participarem da Monitoria, sendo trabalhados nos encontros temas como: I) Atividades que auxiliem no aprendizado do aluno, para com o conteúdo passado em sala pelo Professor Orientador; II) Dinâmicas realizadas nos encontros da Monitoria, para que ficasse algo didático, e de fácil entendimento dos alunos; III) Resumos de cada aula realizada pelo professor, ou até confecção de mapas mentais, com o intuito de potencializar o desenvolvimento acadêmico dos discentes.

Com relação à experiência da autora como monitora, verificou-se que as práticas da monitoria são de grande importância, tendo em vista que colocam os monitores para ter um outro ponto de vista, já que passa de apenas alunos para serem monitores, com um compromisso de auxiliar tanto do professor orientador como os alunos que participaram da monitoria, sendo tal experiência muito importante para a nossa formação. Mesmo com grandes dificuldades, minha passagem pela monitoria apesar de não ter sido tarefa simples, foi essencial ver a grande união entre professores e monitores pelo maior rendimento possível.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que existe uma grande dificuldade em colocar a monitoria na prática, quando não se tem a presença dos alunos nos encontros da monitoria.

Mesmo que tais encontros e tais atividades só agregariam conhecimento aos alunos, grande parte das dificuldades encontradas pelos alunos e professoras, estão ligadas ao desinteresse dos demais



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

discentes. Deste modo, percebeu-se que este obstáculo para ser superado necessita de uma mudança de cultura da instituição e dos alunos, com enfoque na monitoria como parte importante no processo de ensino-aprendizagem.

5 AGRADECIMENTOS

A Faculdade Vale do Jaguaribe (FGV) polo de Aracati/CE, a Coordenação da Monitoria da Instituição, a Professora Orientadora Débora Tomé de Sousa e aos demais monitores.

6 REFERÊNCIA

DANTAS, Otilia Maria A. N. A. As relações entre os saberes pedagógicos do formador na formação docente. Natal: PPGEd/UFRN, 2007.

LIMA, Mayara Lopes F. L. et al. **Dificuldades enfrentadas no processo de monitoria bem como a satisfação dos monitores quanto ao exercício da monitoria no âmbito acadêmico.** Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA1_ID83_1_15082019084548.pdf Acesso em: 10/05/2021.

FVJ, 2021. **Edital do Programa de Monitoria no período de 2021.** Disponível em: <https://www.fvj.br/wp-content/uploads/2021/02/EDITAL-002-SELE%C3%87%C3%83O-PROGRAMA-MONITORIA-ACAD%C3%8AMICA-compactado.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

CARVALHO Sabrina. Et al, SET/2020. **DESAFIOS DA MONITORIA ACADÊMICA EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID - 19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA .** Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/ceo/id_cpmenu/3268/DESAFIOS_DA_MONITORIA_ACAD_MICA_EM_TEMPOS_DE_PANDEMIA_COVID_19_UM_RELATO_DE_EXPERI_NCIA_1619_5392973155_3268.pdf Acesso em: 12 out. 2021.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: DIREITO

ÁREA: CRIMINOLOGIA SOCIAL

O INQUÉRITO POLICIAL COMO GARANTIDOR DA JUSTA CAUSA NO PROCESSO PENAL

POLICE INVESTIGATION AS A GUARANTEE OF JUST CAUSE IN CRIMINAL PROCEDURE

Aluno (a): Carlos Jardel Saboia Costa e Orientador (a): Me. Jackeline Ribeiro e Sousa

Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ

Email: carlos.jardel@fvj.br; jackeline.ribeiro@fvj.br

RESUMO

Por meio do presente trabalho, objetiva-se realizar uma abordagem acerca do inquérito policial. Inicialmente, destaca-se a evolução histórica da investigação criminal no Brasil, com a intenção de compreender a origem do inquérito policial em solo brasileiro. Logo depois, será apresentado o seu conceito e finalidade, bem como a sua natureza jurídica, características, competência de instauração e valor probatório.

Palavras-chave: Inquérito Policial. Justa Causa. Processo Penal.

ABSTRACT

Through this work, the objective is to approach the police investigation. Initially, the historical evolution of criminal investigation in Brazil is highlighted, with the intention of understanding the origin of the police investigation on Brazilian soil. Soon after, its concept and purpose will be presented, as well as its legal nature, characteristics, competence to establish and probative value.

Keywords: Police Inquiry. Just Cause. Criminal Proceeding.

1 INTRODUÇÃO

O Estado tem o dever constitucional em promover a segurança pública, aplicando por meio de um processo criminal, uma sanção penal contra aqueles que desacatarem a norma jurídica. Entretanto, o Estado submete-se a um conjunto de regras e procedimentos, considerando-se que

ninguém poderá ser punido sem a existência de um devido processo legal. Para isso, a materialização da pretensão punitiva estatal ocorre por meio do inquérito policial, que consiste em procedimento administrativo responsável por colher os elementos relativos a materialidade e autoria do crime, servindo de justa causa para ação penal ajuizada pelo Ministério Público. Com isso, o presente artigo busca abordar os aspectos gerais do inquérito policial com a finalidade argumentar acerca da sua importância como justa causa da ação penal.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia é descritivo-analítica, com pesquisa do tipo bibliográfica e documental. Quanto à abordagem, é qualitativa, haja vista que foca na análise subjetiva de aspectos humanísticos. Vale-se do suporte teórico de obras doutrinárias, de legislação nacional, periódicos e artigos científicos especializados no assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio do presente trabalho, objetiva-se realizar uma abordagem acerca do inquérito policial. Inicialmente, destaca-se a evolução histórica da investigação criminal no Brasil, com a intenção de compreender a origem do inquérito policial em solo brasileiro. Logo depois, será apresentado o seu conceito e finalidade, bem como a sua natureza jurídica, características, competência de instauração e valor probatório.

O inquérito policial é um dos principais procedimentos de investigação criminal que foi legitimado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei nº 2.033 de 1871, regulamentada pelo Decreto nº 4824 de 1871. Trata-se de um procedimento de natureza administrativa cuja finalidade é apurar a ocorrência de um crime e a sua autoria, servindo de base para o ajuizamento da ação penal pelo Ministério Público.

Assim, o inquérito policial é caracterizado por ser discricionário, sigiloso, inquisitório, oficioso e escrito, cuja competência incumbe a polícia judiciária estadual e federal, não sendo excluída a competência de outras autoridades administrativas. Por ser desprovido de contraditório e ampla defesa, o inquérito policial desfruta de um valor probatório relativo, não podendo servir de base exclusiva para fundamentar uma decisão judicial.

3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR NO BRASIL

As investigações preliminares são um conjunto de atos preparatórios do processo penal, por meio dela que são colhidas os elementos suficientes que dão justa causa à ação penal. No

Direito Brasileiro, o inquérito policial é o principal instrumento legal utilizado na investigação criminal, consagrando-se com a lei nº 2.033 de 1871, regulamentada pelo decreto nº 4824 de 1871, conforme destacam Luis Felipe Caraça e Patrícia de Paula Queiroz Bonato (2019, p.50).

No período do Brasil colonial (1530-1822), a legislação brasileira possuía traços com a legislação portuguesa, dividindo-se a investigação preliminar em 03 (três) fases: devassa, querela e denúncia. A distinção entre elas é feita por Caraça e Bonato (2019, p.50) da seguinte forma: A primeira referia-se ao momento em que o juiz tinha ciência da ocorrência do crime, a segunda era marcada com a acusação, a qual incumbia a um cidadão, e na terceira e última fase o crime era oficialmente declarado, ensejando-se uma atuação jurisdicional do estado em face do acusado.

Durante todo o período colonial, o Brasil foi submetido às normas do ordenamento jurídico português. Após a Proclamação da Independência, Francisco Gustavo Pinto Ribeiro (2017, p.13) destaca que com a finalidade de resguardar a soberania nacional, o Brasil almejou cessar as interferências portuguesas no sistema jurídico pátrio.

Com isso, foi criado e promulgado no ano de 1832 o Código de Processo Penal do império, responsável pelo rompimento da intervenção portuguesa no ordenamento jurídico interno. Esse código promoveu mudanças na estrutura jurídica do país, criando-se a figura do inspetor de quartelão, cuja função era garantir a ordem e o respeito as leis.

Também foram mantidas as atribuições dos juízes de paz, figura criada pela constituição de 1824, os quais eram incumbidos no exercício de funções de natureza policial, seja repressiva ou preventiva. Entretanto, conforme destaca Rodolfo Silveira Rodrigues (2016, p. 13) “o legislador ainda não havia realizado a organização da polícia judiciária e a regulamentação do inquérito policial como instrumento destinado à elucidação da infração penal.”

Com a vigência da lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841, a condução da investigação criminal passou para a autoridade policial, criando-se a figura dos chefes de polícia, além dos cargos de delegados de polícia e subdelegados. Os chefes de polícia eram nomeados pelo imperador dentre desembargadores e juízes, enquanto a nomeação do cargo de delegado era feita entre juízes e cidadãos.

Ocorre que a polícia judiciária do império era predominantemente exercida por membros do Poder Judiciário, os quais além de exercerem a função de investigação criminal, também eram responsáveis pelo processo e julgamento dos crimes investigados por si próprios. Com a lei nº 261,

de 03 de dezembro de 1841, houve uma concentração entre as funções investigativa e jurisdicionais na mesma pessoa, ensejando-se dúvidas acerca do que seriam atribuições policiais e judiciais.

Posto isto, diante da evolução histórica legislativa, foi publicada a lei nº 2.033 de 20 de setembro de 1871 (regulamentada pelo decreto nº 4.824 de 1871), a qual estabeleceu uma separação entre as funções policiais e jurisdicionais. Foi por meio desse instrumento normativo que o termo inquérito policial foi consagrado no ordenamento jurídico brasileiro. Portanto, desde o século XIX, a figura do inquérito policial tem sido o principal instrumento da investigação preliminar.

Com o advento da lei nº 2.033 de 20 de setembro de 1871, a investigação criminal passou a ser de competência das autoridades policiais, enquanto a condução do processo penal incumbia ao Poder Judiciário. Com a separação das funções policiais e jurisdicionais, a imparcialidade do órgão julgador passou a figurar no processo penal arrazoado no fato de que o órgão que investiga não é o mesmo que julga.

Desde o surgimento no ordenamento jurídico brasileiro, o inquérito policial é o principal instrumento adotado na fase de investigação criminal. Entretanto, existem outras formas de investigação preliminar, tais como: as comissões parlamentares de inquérito, os inquéritos militares, a investigação criminal realizada pelo ministério público etc. Assim, o inquérito policial encontra-se regulamentado pelo Código de Processo Penal Brasileiro, conforme será exposto nos tópicos a seguir.

3.2 CONCEITO E FINALIDADE DO INQUÉRITO POLICIAL

Desde a estruturação no ordenamento jurídico pátrio com o Decreto nº 4.824 de 1871, o inquérito policial é o principal instrumento de investigação criminal. É por meio dele que são colhidos os elementos que denotam a existência de indícios de autoria e materialidade referente a prática de um crime. Sobre tal instrumento, Renato Brasileiro de Lima (2016, p.165) conceitua que trata-se de um procedimento administrativo inquisitório e preparatório, cuja presidência incumbe a autoridade policial, a qual possui a finalidade de colher os elementos que evidenciem a materialidade e a autoria do crime, a fim de possibilitar que o titular da ação penal possa ingressar em juízo.

Dessa forma, diante da violação dos dispositivos legais, o que enseja o cometimento de uma infração penal, surge a aplicação da sanção penal, cuja competência é exclusiva do poder

público. Entretanto, o direito de punir sofre limitações. A pretensão punitiva estatal se divide em duas: investigação preliminar e processo judicial. Para aplicar o direito penal no caso concreto, o Estado terá que percorrer na 1º fase da persecução, onde destaca-se o inquérito policial, procedimento preparatório da ação penal. Nesse sentido, Rafael Francisco Marcondes de Moraes realiza a seguinte observação:

A base processual penal representa um termômetro do grau de autoritarismo ou de democracia da Constituição de um país. O processo penal reflete diretamente a forma como o Poder Público soberano dialoga com os cidadãos: um processo penal autoritário é sinônimo de um Estado autoritário. Já um processo penal garantista, regido por direitos e garantias individuais, espelha um Estado liberal e democrático, visto que as orientações políticas determinam a concepção estrutural do processo penal (MORAES, 2017, p.53).

De efeito, é por meio do inquérito policial que a pretensão punitiva do estado é materializada. Primeiro, é realizada a investigação criminal cuja competência incumbe a polícia judiciária, por meio dos quais são colhidos os elementos que denotam a existência do crime, a fim de possibilitar que o titular da ação penal ingresse em juízo. Logo após, dar-se-á início à 2ª fase da persecução penal, correspondente à fase processual, caracterizada por haver a materialização do *jus puniendi* por meio de uma sentença judicial prolatada pelo poder judiciário.

Portanto, a finalidade do inquérito policial consiste em reunir todos os elementos de informação e fornecê-los ao representante do Ministério Público para que este ajuíze a ação penal. Nesse sentido, assevera Emerson Silva Barbosa (2011, p. 76) que o inquérito policial é, portanto, o procedimento realizado pela polícia judiciária com o fim de investigar a autoria e materialidade do crime, sendo reunidos os elementos e provas do fato delituoso na fase preparatória da instrução criminal.

Nesse diapasão, embora o inquérito policial seja sustentado como um procedimento preparatório da ação penal, não pode-se negar a sua função preservadora. A função social desse instrumento de investigação preliminar tem o condão de evitar o ajuizamento de uma ação penal arbitrária, infundada, injusta e inútil. Nesse sentido, o inquérito policial fornece os elementos suficientes que ensejam justa causa para o oferecimento da persecução penal. Nas lições de De Moraes:

O inquérito policial hoje deve funcionar como um filtro garantista, assegurador de uma intervenção estatal harmônica aos direitos fundamentais, de modo a viabilizar a persecução penal plena nos casos necessários e fundados e, acima de tudo, impedir injustiças e repressões inúteis, arbitrarias ou precipitadas, revelando-se como verdadeiro instrumento de promoção de justiça criminal ao conciliar as garantias individuais da pessoa investigada com o direito à segurança da coletividade (DE MORAES, 2017, p.57).

Assim, por meio do inquérito policial, o delegado de polícia busca a verdade atingível dos fatos, com escopo em revelar o que de fato aconteceu. Diante disso, a autoridade policial pode atuar de ofício, a qual assume posição ativa no âmbito da investigação preliminar. Nessa concepção, atribui-se ao delegado de polícia a função social de ser o primeiro garantidor dos direitos fundamentais do indiciado, revelando-se como um profissional capaz de conciliar o respeito as garantias individuais do investigado com a promoção do dever de segurança pública.

O inquérito policial possui natureza inquisitória, pois no seu curso não há contraditório e nem ampla defesa. Todavia, nada impede que o advogado possa assistir o seu cliente no âmbito da investigação criminal, conforme previsão expressa do Art. 7º, Inciso XXI, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/1994) que dispõe da seguinte forma:

assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subseqüentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração.

Cabe ressaltar que a assistência do advogado não constitui uma obrigação no curso do inquérito policial, tratando-se de uma faculdade do indiciado. Porém, quando o direito de assistência for requerido pelo indiciado, não poderá ser rejeitado pela autoridade competente, sob pena de nulidade absoluta do interrogatório e depoimentos. Assim, deve-se concluir que o inquérito policial é um procedimento administrativo, constituindo uma fase pré-processual preparatória da ação penal, com função garantidora, cuja natureza jurídica, características e demais aspectos serão abordados nos tópicos a seguir.

3.3 NATUREZA JURÍDICA

O inquérito policial tem a natureza de um procedimento administrativo, preparatório da ação penal. Não se trata de um processo judicial e nem de processo administrativo, pois não há a aplicação de uma sanção penal materializada pelo exercício da pretensão punitiva estatal. O que existe no inquérito policial é a apuração da ocorrência de uma infração penal, sendo tratado pela doutrina como um procedimento, conforme explica Renato Brasileiro:

Apesar de o inquérito policial não obedecer a uma ordem legal rígida para a realização dos atos, isso não lhe retira a característica de procedimento, já que o legislador estabelece uma sequência lógica para sua instauração, desenvolvimento e conclusão. Por sua própria natureza, o procedimento do inquérito policial deve ser flexível. Não há falar, em sede de investigação policial, em obediência a uma ordem predeterminada, rígida, o que não

infirmar sua natureza de procedimento, já que o procedimento pode seguir tanto um esquema rígido quanto flexível (BRASILEIRO, 2016, p.165).

Todavia, embora o inquérito policial seja um procedimento com o escopo de averiguar a ocorrência de uma infração penal, não há que se legitimar a ausência do princípio do contraditório em seu bojo. Assim embora na fase de investigação criminal não esteja sendo imputada ao indiciado a prática de um crime, porém, é onde são produzidas as provas que serão apreciadas na esfera judicial. Em síntese, o inquérito policial é caracterizado por ter caráter inquisitivo. Entretanto, isso não impede que o indiciado e a sua defesa tenham participação ativa no curso das investigações, podendo de tal modo acessar os autos do inquérito policial e produzirem as provas que julgarem pertinentes.

Ainda, na fase de investigação preliminar, o indiciado corre o risco de sofrer restrições nos seus direitos, conforme explica Marta Cristina Cury Saad Gimenes (2018, p.63), pois com a instauração do inquérito policial, são realizados atos capazes de acarretar privações dos direitos constitucionalmente assegurados, como os decretos de prisão preventiva e temporária que afetam o direito à liberdade, as medidas cautelares, como a busca pessoal e domiciliar, responsáveis por ocasionar restrições ao direito à vida privada, a intimidade e a inviolabilidade da propriedade, dentre outras situações ocorridas no caso concreto.

Em suma, é importante ressaltar que apesar de ser um procedimento de natureza administrativa que não acarreta a incriminação do indiciado, os direitos e garantias fundamentais devem ser tutelados durante a investigação criminal, de tal modo que não ocorram arbitrariedades capazes de resultarem em prisão e condenação injusta.

Por fim, por ser um procedimento essencial para a produção de provas e que tem o condão de gerar restrições aos direitos constitucionalmente assegurados, é necessário que o princípio do contraditório seja observado no âmbito do inquérito policial, para que o indiciado tenha participação ativa de modo que organize e prepare adequadamente a sua defesa.

3.4 CARACTERÍSTICAS

O inquérito policial é um procedimento provido de diversas características, dentre elas a discricionariedade, o sigilo, a inquisitorialidade, indisponibilidade, oficiosidade e forma escrita. Com isso, serão abordadas cada uma dessas particularidades com o intuito de compreender o real objetivo desse instrumento.

A autoridade policial atua de forma discricionária no âmbito do inquérito policial, ou seja, age pautada na conveniência e oportunidade conferida por lei. Nesse sentido, o código de processo penal, decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, por meio do artigo 14, o qual estabelece que “O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.”

Assim, a autoridade policial pode deferir ou indeferir qualquer produção de provas requerida pelas partes, sem que isso importe em suspeição. Com isso, conforme explica Lemos Jorge (2011, p. 68), o ato de polícia é autoexecutável, pois não depende de apreciação jurisdicional para que se concretize. Porém, não constitui atividade arbitrária, uma vez que será submetido a um posterior controle jurisdicional, sendo este realizado na 2ª fase da persecução penal.

O sigilo do inquérito policial é uma característica com fundamento no artigo 20 do CPP, o qual leciona que “A autoridade policial assegurará no inquérito policial o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.” Esse sigilo não se estende ao representante do Ministério Público e nem a autoridade judiciária. No tocante ao exercício do direito de defesa, os advogados só terão acesso ao inquérito policial caso as diligências realizadas tenham sido documentadas nos autos. Esse é o entendimento consagrado pelo Supremo Tribunal Federal por meio da súmula vinculante nº 14, que assim dispõe:

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Outra característica do inquérito policial é a inquisitorialidade, de modo que os atos persecutórios estão concentrados na figura do delegado de polícia, o qual é presidente desse instrumento. Com isso, não se admite o contraditório e nem ampla defesa, exceto no inquérito realizado pela polícia federal visando a expulsão de estrangeiro (Art. 70, Lei nº 6.815/80), onde a presença do contraditório faz-se obrigatória.

Entretanto, com o advento da lei nº 13.245, de 12 de janeiro de 2016, que deu redação ao art. 7º, in¹ciso XIV do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94), foi conferido

¹ O Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94), por meio do Art. 7º, Inciso XIV, confere aos advogados o direito de examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de

ao advogado o direito de acompanhar os seus clientes investigados na realização das diligências, sob pena de nulidade absoluta do interrogatório, depoimento, dos respectivos atos praticados e, subsequente, dos demais elementos probatórios deles decorrentes ou derivados. Com isso, parte da doutrina passou a atribuir ao inquérito policial a natureza jurídica de procedimento acusatório.

Todavia, o caráter inquisitório do inquérito policial não foi afastado. Na verdade, a lei nº 13.245/2016 conferiu um viés garantista a este instrumento, destinando-se a preservar os direitos fundamentais do investigado. O fundamento disso não é fruto de nenhuma novidade legislativa, mas sim de uma interpretação extensiva do art. 7º, inciso XIV, da Lei nº 8.906/94, de modo a alcançar o inquérito policial, que por sinal não perdeu a sua natureza inquisitiva.

Tratando-se de um procedimento administrativo, o Artigo 9º do CPP estabelece que o inquérito deve ser escrito, dispondo da seguinte forma: “Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.”

Como a finalidade do inquérito policial é fornecer os elementos necessários para o ajuizamento da ação penal, não se admite que seja feito oralmente. Com isso, os depoimentos, exames, reconhecimentos e as demais diligências serão reduzidas a escrito e posteriormente rubricadas pela autoridade policial. Nesse sentido, Rangel (2019, p. 195) destaca que essa formalidade é exigida com o intuito de fazer as autoridades policiais acompanharem todo o curso da investigação criminal realizada pelos seus agentes, evitando, por exemplo, que os escrivões de polícia lavrem o flagrante e o delegado somente assinem.

O inquérito policial é um procedimento indisponível, pois uma vez instaurado, a autoridade policial não poderá, por iniciativa própria, promover o seu arquivamento. A característica da indisponibilidade encontra-se prevista no artigo 17 do CPP, o qual estabelece que “A autoridade policial não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial.” Portanto, se delegado de polícia constatar a ausência de indícios referentes a autoria ou a atipicidade do fato, deverá concluir o inquérito e remetê-lo à autoridade competente para que promova o arquivamento.

Por fim, como última característica do inquérito policial a ser abordada, está a oficiosidade. Por oficiosidade, entende-se que a autoridade policial deverá instaurar o inquérito diante da notícia de um crime de ação penal pública incondicionada, nos termos do Art. 5º, inciso

investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.

I, do CPP. Nota-se que trata de uma obrigação e não uma faculdade. Em relação aos delitos de ação penal pública condicionada ou ação penal privada, o delegado de polícia somente poderá instaurar o inquérito policial se houver provocação da vítima ou de seu representante legal. Dessa forma, conforme assevera Renato Brasileiro:

Essa característica da oficiosidade do inquérito policial não é incompatível com a discricionariedade de que tratamos acima: aquela está relacionada à obrigatoriedade de instauração de inquérito policial quando a autoridade policial toma conhecimento de infração penal de ação penal pública incondicionada; a discricionariedade guarda relação com a forma de condução das investigações, seja no tocante à natureza dos atos investigatórios (provas periciais, acareações, oitiva de testemunhas, etc.), seja em relação à ordem de sua realização (BRASILEIRO, 2020, p.195).

Assim dizendo, a oficiosidade do inquérito policial não é contrária à discricionariedade, uma vez que aquela refere-se a obrigação que a autoridade policial de instaurar o inquérito policial quando toma ciência da ocorrência de um crime de ação penal pública incondicionada. Já a discricionariedade surge após a instauração do inquérito, a qual confere liberdade na condução das investigações, de modo que a autoridade policial tem a faculdade de realizar as diligências que refutar necessárias.

3.5 COMPETÊNCIA

Inicialmente, a competência da polícia judiciária foi fixada pelo caput do art. 4º do CPP ao “território de suas respectivas jurisdições”. Entretanto, o termo jurisdição refere-se ao poder de aplicar o direito no caso concreto, função que compete exclusivamente ao poder judiciário. Já o termo circunscrição denota o local em que a autoridade policial tem competência para desempenhar as suas funções eminentemente administrativas. Por esta razão, deve-se ler “circunscrições” ao invés de “jurisdições”.

No contexto da investigação preliminar, entende-se por competência a responsabilidade da autoridade policial em desempenhar as suas funções no âmbito de sua circunscrição. Em outras palavras, a competência é responsável por determinar o local de atuação da autoridade policial. No âmbito do inquérito policial, a sua competência incumbe a polícia judiciária, representada pela polícia civil dos estados e pela polícia federal.

A competência é fixada levando em consideração o local onde o crime foi consumado (*ratione loci*), como também a sua natureza (*ratione materiae*). Capez (2014, p.105) destaca que

² Segundo o Código de Processo Penal, Art. 4º, a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria

em cidades pequenas, a autoridade policial não poderá praticar qualquer ato alheio ao limite de sua circunscrição, devendo realizar uma cooperação com a autoridade local competente nos casos em que necessitem de diligências.

A regra destacada pelo autor possui uma ressalva caso existam mais de uma circunscrição policial no mesmo território, o que é muito comum nas capitais e cidades metropolitanas. Nesse contexto, a autoridade policial de uma circunscrição poderá realizar diligências em outra independentemente da anuência da autoridade local. Tal fato encontra-se consagrado pelo Supremo Tribunal Federal:

AO EXPRESSAR QUE A POLICIA JUDICIÁRIA E EXERCIDA PELAS AUTORIDADES POLICIAIS NO TERRITÓRIO DE SUAS RESPECTIVAS JURISDIÇÕES (RECTIUS CIRCUNSCRIÇÃO), O ART. 4 DO C.PR.PENAL NÃO IMPEDE QUE AUTORIDADE POLICIAL DE UMA CIRCUNSCRIÇÃO (ESTADOS OU MUNICÍPIOS) INVESTIGUE OS FATOS CRIMINOSOS QUE, PRATICADOS NOUTRA, HAJAM REPERCUTIDO NA DE SUA COMPETÊNCIA, POIS OS ATOS DE INVESTIGAÇÃO, POR SEREM INQUIRITORIOS, NÃO SE ACHAM ABRANGIDOS PELA REGRA DO ART. 153, PAR.12, DA CONSTITUIÇÃO, SEGUNDO A QUAL SÓ A AUTORIDADE COMPETENTE PODE JULGAR O RÉU.

Destarte, se a autoridade policial realizar diligências fora de sua circunscrição, tal ato não acarretará nulidade. A consequência prática disto é a inexistência da figura do delegado natural no ordenamento jurídico brasileiro, de modo que não se pode alegar a incompetência do delegado de polícia.

Com relação a prisão em flagrante, a competência para a lavratura do auto de prisão em flagrante incumbirá a autoridade policial do local em que foi concretizada a prisão. No tocante aos atos posteriores, estes serão praticados pela autoridade policial do local da consumação do delito. Nessa mesma linha, a inobservância desta regra de competência não acarretará na nulidade do procedimento, conforme foi exposto no parágrafo anterior. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento jurisprudencial referente ao assunto:

PROCESSUAL PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE. AUTORIDADE POLICIAL COM ATUAÇÃO FORA DO LOCAL DO CRIME. COMUNICAÇÃO. NULIDADE. INEXISTENCIA - A Autoridade Policial, no exercício da função de polícia judiciária, não exerce jurisdição, não lhe sendo vedado lavrar auto de prisão em flagrante relativamente à infração penal ocorrida em local diverso de sua sede funcional - o Inquérito Policial, inclusive o auto de prisão em flagrante, é um procedimento de natureza administrativa, não implicando nulidade a circunstancia de haver sua lavratura ter sido comunicada a juízo sem jurisdição no local do crime.10 (STJ – HC 5735/SP – 6ª Turma, Min. Vicente Leal, DJ 30.09.196 P. 36654).

Por fim, conforme dispõe o parágrafo único do art. 4º, do CPP, a competência da autoridade policial não exclua a de outras autoridades administrativas que tenham a competência

legal em promover as investigações criminais. Pode-se exemplificar a existência de comissões parlamentares de inquérito, realizadas pelo poder legislativo, os inquérito policiais militares, com o fim de apurar as infrações de natureza militar, com também as investigações promovidas por membros do ministério público.

3.6 VALOR PROBATÓRIO

O inquérito policial é uma peça informativa, porque sua finalidade consiste em fornecer todos os elementos essenciais para o ajuizamento da ação penal. É por meio deste instrumento onde são colhidos os elementos que dizem respeito a autoria e materialidade do crime, o que de certa forma fundamenta a convicção do julgador ao apreciar a denúncia oferecida pelo ministério público.

Na fase de investigação preliminar faz-se o uso de diversos meios de provas, tais como as cautelares, não-repetíveis e antecipadas. Embora não tenham a participação do indiciado, sendo desprovida de contraditório e ampla defesa, as provas produzidas em sede de investigação preliminar gozam de veracidade, de que modo que possuem valor idêntico ao das provas colhidas em juízo. Assim, destaca Jaíne Lopes:

É verdade que o inquérito não chega a ter consistência de um conjunto probatório obtido em juízo, quando as garantias do agente ou autor do delito são maiores, na medida em que existe o contraditório, com ampla participação da acusação e defesa, porém não se pode negar o seu devido valor como integrante de um conjunto probatório, cuja finalidade é formar a livre convicção do julgador na busca da verdade real (LOPES, 2014, p.26).

Nesse sentido, o inquérito policial não desfruta da mesma estrutura dos meios probatórios produzidos em juízo, uma vez que esta fase possui contraditório, ampla defesa e demais direitos atinentes ao indiciado. Entretanto, não pode-se negar o valor das provas produzidas no inquérito policial, pois este tem o condão de influenciar na convicção do juiz, o qual tem liberdade na busca da verdade real que irá influir na formação de seu convencimento.

Em relação as provas não-repetíveis, também chamadas de não renováveis, alguns doutrinadores aconselham que a autoridade policial competente permita que o indiciado e a sua defesa acompanhem a produção desses elementos probatórios. O argumento utilizado deve-se ao fato dessas provas se perderem em um curto espaço de tempo, pois não podem ser reproduzidas. Um exemplo clássico desse meio de prova é o exame de corpo delito, o qual não pode ser produzido novamente.

Em síntese, as provas que devem fundamentar a decisão judicial são aquelas produzidas durante a instrução criminal, pois contemplam o contraditório, ampla defesa e apreciação pelo juiz. Com isso, o inquérito policial possui um valor probatório relativo, de modo que não pode, exclusivamente, servir de base para fundamentar uma sentença condenatória.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Por meio da presente pesquisa, foi analisada a estrutura do inquérito policial, apontando-se a sua importância para a materialização do direito de punir do Estado. Por ser um procedimento formal, o inquérito policial serve de justa causa para a ação penal, uma vez que são fornecidos os elementos probatórios responsáveis por apresentar os indícios relativos à existência do crime e sua autoria, evitando-se a submissão de uma pessoa inocente a um processo criminal.

5 AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus por estar aqui, agradeço aos meus pais por todo suporte destinado a mim, também estendo meus agradecimentos a minha querida orientadora e professora Jackline Ribeiro e Sousa por toda a disponibilidade e orientações repassadas a minha pessoa.

6 REFERÊNCIAS

AVENA, Noberto. Processo penal. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2019.

BARBOSA, Emerson Silva. **O devido processo penal e as garantias do contraditório e da ampla defesa no inquérito policial**. Sistema Penal & Violência, v. 3, n. 1, 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em 20 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.906/94 de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm> . Acesso em 20 out. 2021.

CARAÇA, Luis Felipe; BONATO, Patrícia de Paula Queiroz. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL E O PLS 366/2015. **Revista de Estudos Jurídicos**, v. 2, n. 29, 2019.

DE MORAES, Rafael Francisco Marcondes. **A defesa no inquérito policial**. Revista de direito de polícia judiciária, v. 1, n. 2, p. 49-99, 2017.

GIMENES, Marta Cristina Cury Saad. **Defesa no inquérito policial**. Revista de direito de polícia judiciária, v. 2, n. 4, p.59-83, 2018.

JORGE, Estêvão Luís Lemos. **O contraditório no inquérito policial a luz dos princípios constitucionais**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 2011, 128 p.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 8ª ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

LOPES JR, Aury. Direito processual penal. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LOPES, Jaíne. **O princípio constitucional do contraditório no inquérito policial**. Monografia (Bacharelado em direito). Universidade Municipal de São Caetano do Sul. 2014, p.26.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RIBEIRO, Francisco Gustavo Pinto. **Contraditório e ampla defesa no âmbito do inquérito policial**. Monografia (Bacharelado em Direito). Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 2017, 13 p.

RODRIGUES, Rodolfo Silveira. **O princípio do contraditório no inquérito policial**. Monografia (Bacharelado em Direito). Universidade Luterana do Brasil. Campus Torres. 2010, 13 p.

TÁVORA, N.; ALENCAR, R.R. Curso de direito processual penal. 12ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: DIREITO

ÁREA: HUMANIDADES

LEI MARIA DA PENHA E SUA APLICABILIDADE PARA OS TRANSGÊNEROS FEMININOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: APORTE JURISPRUDENCIAL A PARTIR DE ALGUMAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS BRASILEIROS.

MARIA DA PENHA LAW AND ITS APPLICATION TO TRANSGENDER FEMALE VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE: JURISPRUDENTIAL APPLICATION BASED ON SOME DECISIONS OF THE COURTS OF JUSTICE OF THE BRAZILIAN STATES.

Emiliana Gomes Machado – Aluna do 4º período de direito.g_emiliana2602@yahoo.com

Orientador: Prof. Me. Francisco das Chagas da Silva – Professor do curso de Direito da FVJ

RESUMO

O presente artigo é uma abordagem a partir da Lei nº 11.340/2006 sobre o viés da proteção para as vítimas de violência doméstica mulheres, visando criar meios para reprimir a violência familiar e doméstica. Os organismos internacionais pontuaram negligências do Estado Brasileiro relacionado à proteção dada as mulheres no que dizia respeito aos Direitos Humanos. Até o momento da criação da lei, muitas vezes as vítimas tinham as orientações feitas pelas autoridades públicas no ângulo da simplicidade e economia processual, se fazendo inábil de participar de forma efetiva da solução do conflito. O objetivo da Lei não é somente punir homens agressores, também prevenir as agressões e obter proteção de mulheres vítimas de violência no ambiente doméstico, sendo um dos principais instrumentos para favorecer a vida sem violência, seja ela física, psicológica, patrimonial, sexual ou moral. Mesmo apresentando essa lei um grande avanço na proteção contra mulheres, é relevante o erro material do legislador no art. 2º, ao utilizar-se do termo “mulher”, sendo que na mesma lei em seu art. 5º é configurada a partir da ação ou omissão que forem baseados no gênero. Percebe-se assim a necessidade na melhoria da abrangência da Lei, prevista no art. 1º e ainda no art. 2º, tendo em vista que o termo empregue não denomina todos

os indivíduos que estão postas no gênero feminino, como os transgêneros. O método utilizado foi a revisão bibliográfica, utilizado a legislação, a jurisprudência e a doutrina.

ABSTRACT

This article is an approach based on Law No. 11.340/2006 on the protection bias for victims of domestic violence among women, aiming to create means to repress family and domestic violence. International organizations pointed out negligences by the Brazilian State related to the protection given to women with regard to Human Rights. Until the creation of the law, victims often had the guidelines given by the public authorities in terms of simplicity and procedural economy, making them unable to effectively participate in the solution of the conflict. The objective of the Law is not only to punish male aggressors, but also to prevent aggression and to obtain protection for women victims of violence in the domestic environment, being one of the main instruments to promote a life without violence, whether physical, psychological, patrimonial, sexual or moral . Even though this law presents a great advance in the protection against women, the material error of the legislator in art. 2, when using the term "woman", and in the same law in its art. 5th is configured from the action or omission that are based on gender. Thus, the need to improve the scope of the Law, provided for in art. 1st and also in art. 2, considering that the term used does not refer to all individuals who are placed in the female gender, such as transgenders. The method used was the literature review, using legislation, jurisprudence and doctrine.

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.340/2006 conceituada como Lei Maria da Penha, um instrumento jurídico essencial para o combate da violência doméstica e familiar contra as mulheres sendo um marco essencial para essa luta incessante.

No cenário da violência doméstica e das repercussões sociais entra em cena os transgêneros e a ideologia de gênero, temas de um imenso debate social nos tempos atuais, gerando grandes consequências no momento que exige a aplicação da Lei Maria da Penha. São inúmeros casos de violência doméstica contra mulheres transexuais e transgêneros no Brasil, percebe-se a grande necessidade para a proteção dessas pessoas, levando em consideração a falta de legislação específica para esse público, e sabendo que a 11.340/2006, representando claro o maior avanço no meio legal protegendo diretamente as mulheres, não amparando sob sua base as mulheres transexuais e transgêneros. Sendo assim, o presente estudo irá abordar a aplicabilidade da Lei

11.340/06 existentes a fim de demonstrar o direito ao reconhecimento das transexuais e transgêneros femininas.

O Brasil lidera *ranking* mundial de assassinatos de transexuais com 47% de mortes notificadas e de acordo com a *Transgender Europe*, que faz o monitoramento dos assassinatos de Transexuais e Travestis pelo mundo, foram assassinadas 167 pessoas Trans no Brasil entre 01.10.2017 e 30.09.2018 (ANTRA- Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018). Sendo essencial ressaltar que a expectativa de vida de um indivíduo transexual e transgêneros no Brasil é de 35 anos.

Sabendo desses números elevados de violência ao segmento trans se tornando perceptível o acompanhamento do ordenamento jurídico as mudanças sociais, pode se entender que a Lei Maria da Penha deveria ampliar seu alcance, mesmo que a referida lei tenha uma interpretação ampla em relação as mulheres transexuais, não tendo ainda a representação expressa no texto legal que ampare diretamente as mulheres transgêneros, não protegendo aqueles que se identificam com o gênero feminino, vivem e se comportam em um contexto social de mulher e sofrem da mesma forma violência, física, psicológica, sexual, patrimonial e moral por familiares, desconhecidos, companheiros ou conviventes.

Sobre essa perspectiva alguns tribunais judiciais já tem decisões favoráveis aplicando a lei Maria da Penha a favor das mulheres transgêneros, e é o que buscamos nesse primeiro estudo apresentar no presente artigo.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

A farmacêutica e personagem relevante para a Lei 11.340/2006, chamada Maria da Penha vivenciou uma sequência de grandes agressões e violência de seu esposo tendo por base a questão do seu gênero, pois, por ser mulher reforçava um padrão repetitivo desse tipo de violência e não era só isso, também se ressaltava a impunidade dos agressores.

Havia aí uma necessidade de ser elaboradas medidas legais e ações efetivas e afirmativas, com garantias do acesso à justiça, proteção e direitos humano, e combate a violência sofrida por essas vítimas, surgindo em 2002 Consórcio de ONGs Feministas para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher:

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (**CFEMEA**); Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (**ADVOCACI**); Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (**AGENDE**); Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (**CEPIA**); Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (**CLADEM/BR**); e Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (**THEMIS**), além de feministas e juristas com especialidade no tema.

Considerando que uma das recomendações da CIDH foi reparar Maria da Penha tanto material quanto simbolicamente, o Estado do Ceará pagou a ela uma indenização e o Governo Federal batizou a lei com o seu nome como reconhecimento de sua luta contra as violações dos direitos humanos das mulheres.

A Lei Maria da Penha surgiu após inúmeros debates com o legislativo, o executivo e a sociedade, o projeto de Lei n. 4.559/2004 da Câmara dos Deputados chegou ao Senado Federal (Projeto de Lei de Câmara n. 37/2006) e foi aprovado por unanimidade em ambas as Casas. E em 7 de agosto de 2006, o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei n. 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Desde que foi criada, vários projetos de lei tentaram enfraquecer a Lei Maria da Penha, porém, em uma ação conjunta e contínua de Maria da Penha com movimentos feministas e intuições governamentais, a referida Lei jamais sofreu retrocessos, pelo contrário se torna cada dia mais forte, sofrendo alterações benéficas para vítimas de violência doméstica, fazendo também com que seus agressores cada vez mais não fiquem impunes.

3 DEFINIÇÃO E CONCEITO DE TRANSGÊNERO

As (os) transexuais estão cada dia mais em evidência, porém, a representatividade nem sempre vem da forma correta. Ainda se vê muitos discursos preconceituosos e acaba sendo distorcida o que realmente representa a transexualidade.

Esse conceito se integra a quem não se identifica com o gênero que lhe foi aferido no seu nascimento, como essas pessoas, homens, mulheres, trans, e as travestis. Incluindo também pessoas que não se identificam com nenhum desses gêneros citados ou até com mais de um deles.

"A identidade de gênero é a forma pela qual eu expesso o gênero com o qual eu me identifico" (Bruna Benevides que é TransAtivista e Secretária de articulação política da Antra - Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

A expressão de gênero envolve outros fatores além do fator biológico. Por isso, um indivíduo que nasce e se categoriza como menino pode querer não assumir essa identidade ao longo de sua vida por se sentir desconfortável com essa identidade, e se assumir da forma que melhor se identifica.

... trata-se da convicção do indivíduo de se enquadrar no universo masculino ou feminino, de ser homem ou mulher, embora tenha nascido com o sexo biológico antagônico. Quando a autopercepção quanto ao gênero entra em conflito com o sexo biológico, que no plano de vida se demonstra antagônicos e distintos do tradicional modelo binário, tem-se que o sujeito é transexual ou transgênero. (COMÉRIO, Murilo Siqueira, A tutela antidiscriminatória dos(as) trabalhadores(as) trans, p. 24)

O indivíduo se percebe, se identifica com o sexo oposto ao seu de quando nasceu, entrando em conflito consigo mesmo através da autopercepção, ...

Em termos jurídico, o direito a identidade de gênero também conhecido como identidade sexual, consiste na efetivação dos direitos da liberdade, dignidade humana, universalidade, igualdade ou não discriminação das pessoas transexuais e transgêneros, bem como na busca pela sua própria identidade e consciência no campo do gênero, independente do sexo biológico. (*apud*, COMÉRIO, 2019 p. 25).

4 LEI Nº 11.340/2006 E SUA APLICAÇÃO A VÍTIMA TRANSEXUAL

A Lei ampara em seus artigos que serão citados abaixo qualquer ação ou omissão baseada no gênero, se uma pessoa se auto identifica do gênero feminino, teria, portanto o amparo, através desse dispositivo legal.

O art. 5º, parágrafo único, da Lei n º 11.340/2006:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

... a Lei n º 11.340/2006 deve ser aplicada, independente da orientação sexual, razão pela qual, na relação entre mulheres hétero ou transexuais (sexo biológico não correspondente à identidade de gênero; sexo masculino e identidade de gênero feminino), caso haja violência baseada no gênero, deve haver incidência do referido diploma legal. BIANCHINI, A. **SABERES MONOGRÁFICOS - LEI MARIA DA PENHA**. 2. ed. São Paulo: SARAIVA, 2014)

Sendo assim a Lei Maria da Penha deveria ser empregada também para as vítimas transexuais, pois apesar de não ter nascido com o sexo biológico feminino, a sua identidade de gênero é o feminino, quando o caso da violência praticada for em razão do gênero a Lei poderá ser aplicada.

Vale ressaltar também o artigo 2º da lei:

Toda mulher, **independentemente** de classe, raça, etnia, **orientação sexual**, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Em outras palavras o artigo fala que independe da orientação sexual da vítima para que a lei possa ser aplicada, sendo assim o transexual feminino pode ser amparada pelo citado dispositivo legal.

5 DECISÕES DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS:

Em razão da violência de gênero envolvendo violência doméstica e familiar, o MINISTÉRIO PÚBLICO pugnou pelo deferimento das medidas protetivas de urgência, objeto de requerimento por parte da vítima (fls. 21/23). O Juízo de origem, por sua vez, indeferiu a representação pelas medidas de urgência:

“...tem-se que a orientação sexual é a capacidade de cada indivíduo atrair-se emocional, afetiva ou sexualmente por indivíduos de gênero distinto, do mesmo ou de mais de um gênero, assim como de manter relações íntimas e sexuais com essas pessoas; por sua vez, a identidade de gênero é definida como a experiência pessoal de gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, englobando o sentimento em relação aos seus aspectos corporais e outras expressões de gênero, como a vestimenta, o modo de falar e maneirismos” (fls. 25/26).¹

Inconformado com a decisão, o MINISTÉRIO PÚBLICO interpôs recurso em sentido estrito, pugnando pelo deferimento das medidas de urgência, por entender que a Lei n. 11.343/06 tem aplicação para vítimas que se identificam como mulher (fls. 62/69).

A Colenda 10ª Câmara de Direito Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferiu a seguinte decisão: “por maioria de votos, negaram provimento ao recurso, vencida a Desembargadora Rachid Vaz de Almeida, nos termos de sua declaração de voto, de

¹ Processo 1500028-93.2021.8.26.0312

conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão”. (Acórdão fls. 87/93). O voto divergente, por sua vez, dava provimento ao recurso em sentido estrito, deferindo as medidas de urgência, sustentando que:

“Reconhecida a relação de gênero em favor de vítima mulher transexual e, havendo indícios suficientes para aferir que se encontrava em contexto de violência doméstica, sofrendo agressão física noticiadas no boletim de ocorrência, cujo responsável seria o seu genitor, ora investigado, necessário se faz aplicar medidas cautelares de protetivas previstas na Lei 11.343/06 e, assim, evitar maior agravamento do dano (*periculum in mora*), acolhendo-se o pleito recursal.” (fls. 94/98).

Nesse processo o TJ/SP indeferiu as solicitações da vítima, como vítima de violência doméstica, assim como também indeferiu as medidas protetivas de urgência, o MP não satisfeita com essa decisão por sua vez entrou com recurso em sentido estrito, solicitando a deferência das medidas de urgência, por entendimento que a Lei n. 11.343/06 tem aplicação para vítimas que se identificam como mulher.

6 CONSIDERAÇÕES FIINAIS

A Lei 11.340/2006 é sem dúvida o dispositivo legal de maior avanço na luta das mulheres contra a violência doméstica motivada pelo gênero. O sistema patriarcal que regeu as famílias durante décadas ainda se encontra intrínseco em nossa sociedade, embora claro podemos dizer que a sociedade brasileira tenha mudado muito sua perspectiva nos últimos anos.

E ainda que haja um grande avanço relacionado aos direitos e em respeito às mulheres, a Lei Maria da Penha deve evoluir, possibilitando a aquelas pessoas que ainda não foram amplamente amparadas por esse mecanismo do sistema jurídico brasileiro. Garantindo para todas as mulheres biologicamente nascidas ou não com o gênero feminino, o direito a vida, a dignidade, a não violência, ao respeito, em seu ambiente familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 11.340, de 7 de Agosto de 2006.** Lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm - acesso em 19 out. 2021

<https://jus.com.br/artigos/90224/a-aplicabilidade-da-lei-maria-da-penha-as-transgeneros-femininas-vitimas-de-violencia-> acesso em 17 out. 2021

<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52788/a-aplicabilidade-da-lei-maria-da-penha-para-travestis-e-transexuais> - acesso em 15 out. 2021

<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html> - acesso em 11/10/2021
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS/ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Relatório n. 54/01, Caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes, 4 abr. 2001, Brasil. Disponível em:

http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/transexualidade-entenda-o-que-e-identidade-de-genero> - acesso em 19/10/2021

COMÉRIO, Murilo Siqueira, A tutela antidiscriminatória dos(as) trabalhadores (as) trans, p. 24
BIANCHINI, A. **SABERES MONOGRÁFICOS - LEI MARIA DA PENHA**. 2. ed. São Paulo: SARAIVA, 2014

<https://www.conjur.com.br/dl/recurso-stj-decisao-negou-medida.pdf>

https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.ControladorBuscaAcordao&visaoAnterior=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=resultado&comando=abrirDadosDoAcordao&enderecoDoServlet=sistj&historicoDePaginas=buscaLivre&quantidadeDeRegistros=20&baseSelecionada=BASE_ACORDAO_TODAS&numeroDaUltimaPagina=1&buscaIndexada=1&mostrarPaginaSelecaoTipoResultado=false&totalHits=1&internet=1&numeroDoDocumento=1152502 Acesso em 19 out. 2021

<https://www.conjur.com.br/dl/juiz-determina-aplicacao-lei-maria.pdf> , Acesso em 21 out. 2021

<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/TJGOProcessoJudicialn201103873908.pdf> Acesso em 21 out. 2021



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Educação Física



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO

ÁREA: SAÚDE

A GINÁSTICA LABORAL NA SAÚDE DO TRABALHADOR: Um relato de experiência

Wesley Islan Da Silva Costa

Francisco Manoel Porto Maia

Ana Luisa Batista Santos

Informações do autor

luisa.batista@fvj.br Wesley.silva@fvj.br manoel.maia@fvj.br

RESUMO

A ginástica laboral apresenta benefícios para a saúde dos trabalhadores no âmbito biopsicossocial. Nesse sentido foi desenvolvido pelo curso de Educação Física uma atividade extensionista voltada para a saúde dos colaboradores, que foi desenvolvida por professores e alunos. Esse estudo tem o objetivo de relatar a experiência da atividade extensionista que envolveu as disciplinas de: Atividades Rítmicas e Expressivas; Lazer e Recreação; Fisiologia do Exercício e Treinamento Físico Esportivo I do curso de Educação Física Bacharelado. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Foi realizado o planejamento e a execução do plano de ação, com fundamentos nos exercícios de ginástica laboral que tinha como objetivo contribuir para a melhoria da saúde dos colaboradores. Tendo em vista que esse público passa muito tempo sentado, trabalhando em computadores, foi dado ênfase nas musculaturas de membro superiores como: pescoço, ombro, cotovelo, punho e dedos e de membros inferiores, musculatura do quadril, joelho e tornozelo. Quando chegamos na faculdade, nos reunimos com os professores no auditório para revisarmos a abordagem. Por conseguinte, fomos nos setores fazer o convite aos funcionários para participar da ação. Logo após todos estarem no auditório, os professores iniciaram a ação, falando sobre a importância da atividade de extensão e da ginástica laboral. A partir daí as atividades foram desenvolvidas pelos alunos do curso de Educação Física Bacharelado, as quais consistiram em exercícios para membros superiores e inferiores que foram realizados com os funcionários em pé, sempre com muito cuidado, pedindo que eles se apoiassem nas cadeiras para fazer as atividades para evitar

algum desequilíbrio. A atividade teve muita adesão a ação realizada. O público relatou que gostou muito das atividades. Conclui-se que, se fosse desenvolvido um projeto intermitente com ações aos colaboradores, teria uma grande demanda para se trabalhar e possibilitaria um benefício maior aos funcionários. **Palavras-chave:** forneça palavras importantes para ajudar o leitor a encontrar o trabalho na literatura.

Palavras-chave: Ginástica laboral. Saúde do Trabalhador. Extensão.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO

ÁREA: SAÚDE

AS PRÁTICAS CORPORAIS/ATIVIDADES FÍSICAS NO CENTRO DE ATENÇÃO

PSICOSSOCIAL DE ARACATI-CE: Um relato de experiência

Francisco Manoel Porto Maia

Ana Luisa Batista Santos

Ana Karênina Sá Fernandes

Mauro Sérgio da Silva Freire

Informações do autor

manoel.maia@fvj.br; luisa.batista@fvj.br; ana.karenina@fvj.br; mauro.freire@fvj.br

RESUMO

As práticas corporais têm ganhado um espaço importante na saúde coletiva. Na saúde mental, esse processo acontece nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), onde ocorre a reinserção social, familiar e a redução de danos em indivíduos em sofrimento psiquiátrico. O tratamento não farmacológico através das práticas corporais contribui para a diminuição da ansiedade, depressão, estresse e para o aumento da autoestima, do bem-estar e da autoconfiança. Esse estudo tem o objetivo de relatar as experiências das atividades da disciplina de Estágio Supervisionado II: Saúde Coletiva, do curso de bacharelado em Educação física vivenciadas no CAPS/Aracati-CE. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Para as intervenções foram desenvolvidos planos de ação que propuseram práticas corporais em um grupo de pacientes. A exemplo, podemos citar a realização de atividades de alongamento, agilidade, flexibilidade e resistência, o que ajuda a diminuir o quadro de inatividade física destes pacientes, aumentando o convívio social e o sentimento de bem-estar. Dentro desta perspectiva, foi possível perceber que todos os membros do grupo sempre estão dispostos a participar de todas as atividades propostas pelo profissional de educação física responsável. Obtive a oportunidade de ampliar o conhecimento sobre o desenvolvimento de atividades em grupo, atendimento de pacientes com diversos tipos de patologias e participar de atividades interdisciplinares com os profissionais da psicologia, por exemplo. Nesse contexto, além das práticas corporais foram realizadas ações no âmbito da atenção básica, como a campanha Setembro amarelo. Assim, percebe-se o trabalho de interdisciplinaridade onde estavam presentes os profissionais da área de enfermagem, psicologia, assistência social e educação física que atuaram na disseminação e conscientização sobre essa temática para a população. Conclui-se que as informações deste relato são importantes para o campo da saúde mental, pois podem contribuir para os profissionais do CAPS, sobretudo para os profissionais de Educação Física.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: Educação Física

ÁREA: Saúde

IMAGEM CORPORAL EM PRATICANTES DE CROSSFIT: Uma revisão sistemática

BODY IMAGING IN CROSSFIT PRACTITIONERS: A systematic review

Lídia Maria Lima de Sousa¹

Marília Cavalcante Araújo²

Mauro Sérgio Silva Freire³

Ana Karênina Sá Fernandes⁴

¹Box Completo 83, ³Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ, ^{2,4} Programa de Pós-graduação em Ciências Fisiológicas - UECE.

lidiamarialimadesousa@gmail.com, mariliaraujo@outlook.com, mauro.freire@fvj.br, karensafernandes@gmail.com

RESUMO

A percepção da imagem corporal é uma análise individual e particular que o sujeito faz de seu próprio corpo e que, muitas vezes, pode levar a alteração da sua própria visão de sua composição corporal real em que se apresenta. Esse equívoco pode ser subestimando ou superestimando o seu biotipo e massa corporal total. Assim, muitas pessoas, independente da idade e gênero, procuram melhorar sua aparência física pela prática de exercícios físicos como o Crossfit. A prática dessa modalidade vem crescendo pois é constituída de exercícios físicos de alta intensidade que proporciona um bom condicionamento físico geral e conseqüentemente pode levar ao aumento da massa magra e diminuição da massa gorda e com tudo isso pode acarretar, também, numa mudança na percepção da imagem corporal para um estado satisfatório. O objetivo deste estudo foi investigar a percepção corporal de adultos praticantes de Crossfit. Utilizou-se a base de dados do Google acadêmico para a busca de trabalhos com esta temática nos anos de 2016 a 2020, e utilizando os descritores e operadores booleanos: Crossfit e "imagem corporal" não musculação. A análise de todas as etapas metodológicas foi aos pares, sendo aplicada uma escala de avaliação da qualidade metodológica dos trabalhos incluídos neste estudo (DOWNS; BLACK, 1998). Os resultados foram os seguintes: 60 trabalhos na fase da identificação; 07 trabalhos na fase da elegibilidade e 04 trabalhos na fase da inclusão. Esses estudos apontam que os indivíduos adultos praticantes da modalidade de Crossfit buscam uma possível mudança na sua própria imagem corporal com essa prática e que ao executá-la se percebem com satisfação por atingir o seu desejo. Já a insatisfação da percepção da imagem corporal em indivíduos praticantes da modalidade de Crossfit foi identificada na maior parte das pesquisas que compuseram esta revisão sistemática (n=3; 75%). Logo, esse resultado pode ser atribuído a busca incessante dos indivíduos em se adequar a um corpo fisicamente/esteticamente "bonito", muitas vezes ditado pelas representações sociais e pela mídia, sendo esse, um dos principais motivos pelo desejo de melhoria da percepção de imagem corporal.

Palavras-chave: Imagem corporal. Percepção da imagem corporal. Crossfit.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Enfermagem



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: Enfermagem e Fisioterapia

ÁREA: Saúde

Importância e desafios da monitoria acadêmica frente à pandemia de COVID-19.

The role and challenges of academic monitoring in the face of the pandemic

GLÓRIA MARIA ALVES FERREIRA ¹

ÉRISSON RUBENS ARAÚJO FREITAS ²

JOSÉ OSSIAN ALMEIDA SOUZA FILHO ³

RESUMO

A Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1969 (Lei 5.540/68), além de fixar as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio, também traz outras providências, como a determinação de que as universidades deverão criar as funções de monitor para os alunos de graduação (Art. 41). Assim surgiram as monitorias acadêmicas, as quais tem como papel principal fornecer suporte educacional aos discentes de diversas disciplinas; alunos já aprovados nestas (com ótimo aproveitamento) auxiliam outros que ainda estão cursando. Desse modo, a monitoria assume a missão de ser uma iniciação à docência. Ainda, os monitores auxiliam o docente da disciplina na elaboração de conteúdos e aulas práticas, além de realizar revisões periódicas, fatos que colaboram para a melhoria do rendimento global discente. O presente trabalho tem como objetivo apresentar a importância e os desafios da monitoria acadêmica frente à pandemia de COVID-19. Trata-se de uma revisão de literatura, realizada no período de outubro de 2021, na qual foram utilizados cinco artigos indexados no Google acadêmico. No

¹Glória Maria Alves Ferreira – Discente de Enfermagem – Faculdade do Vale do Jaguaribe - gloria.ferreira@fvj.br.

²Érisson Rubens Araújo Freitas – Discente de Fisioterapia – Faculdade do Vale do Jaguaribe – erisson.freitas@fvj.br.

³José Ossian Almeida Souza Filho – Docente Eixo Saúde, orientador – Faculdade do Vale do Jaguaribe - ossian@fvj.br.

contexto de pandemia, a monitoria ficou limitada a plataformas digitais, enfrentando desafios como participação, assiduidade e falta de interesse por parte dos alunos. Tais motivos impuseram aos monitores a necessidade de mudança de estratégia, com o fito de adaptação à nova situação, para, assim, dar continuidade à referida assistência. Para isso, foram realizados atendimentos através do aplicativo WhatsApp (revisões, envio de questionários, tira-dúvidas), aulas síncronas por meio das plataformas Google Meet e Zoom, além de recursos como resumos, slides, artigos, livros em pdf etc. Tudo para que, mesmo de longe, o aluno conseguisse ter um melhor aproveitamento da referida monitoria. Conclui-se que, apesar dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, o papel da monitoria seguiu firme e inabalável, sendo de fundamental importância para a manutenção da qualidade do ensino e aumento do rendimento acadêmico.

Palavras-chave: Desafios. Monitoria acadêmica. Pandemia.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Farmácia



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: FARMÁCIA

ÁREA: SAÚDE

GUIA DO HORTO MEDICINAL - FVJ

MEDICINAL GARDEN GUIDE - FVJ

Samuel de Lima Gondim¹; Daynna dos Santos Oliveira²; Jorge Ricardo Almeida de Souza Filho².

¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da FVJ – samuel.gondim@fvj.br | daynna.oliveira@fvj.br

² Professor Titular do curso de Farmácia da FVJ – jorge.ricardo@fvj.br

RESUMO

O uso terapêutico das plantas medicinais e de suas propriedades biológicas provém desde os tempos imemoráveis, atravessando gerações, se enraizando em nossa sociedade, e gerando um acúmulo de diversas informações, lembrando que, toda planta medicinal só irá ter o seu efeito medicinal atingido, se for utilizada de maneira adequada. O projeto de extensão Farmácia Viva, implantado na Sede da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) em 2017, e integrado ao Horto da UFC, tem como base a iniciativa do professor Dr. Francisco José de Abreu Matos, que idealizou e criou a primeira Farmácia Viva no Brasil. Essa foi uma grande conquista para o Curso de Farmácia da FVJ, pois o Horto irá promover a vivência dos alunos da referida graduação, além de ampliar os seus conhecimentos sobre as ervas, o seu modo de utilização, e sobre a prescrição e dispensação de fitoterápicos. Pensando em auxiliar mais os alunos nessa aprendizagem, surgiu a ideia da criação de um Guia do Horto Medicinal da FVJ. A metodologia utilizada para sua elaboração foi: catalogar as plantas presentes no horto, com o auxílio dos livros escritos pelo Dr. Matos, além da revisão de outras bibliografias abordando as Plantas medicinais, a Fitoterapia, o manejo correto e adequado das plantas, desde o cultivo até a colheita, onde será destinada para auxiliar no tratamento ou na prevenção de doenças. Destarte, a Farmácia Viva tem como missão o desenvolvimento de trabalhos comunitários com disseminação de conhecimentos sobre a fitoterapia, além da orientação sobre o uso correto das plantas medicinais e a preparação de remédios caseiros, ajudando a comunidade como um todo e potencializando o profissional farmacêutico no protagonismo da fitoterapia. Vale salientar que muitos fitoterápicos já têm seus usos comprovados cientificamente, no entanto, ainda existem muitas plantas comumente usadas que não foram comprovadas, por isso, precisamos compreender exatamente como cada uma funciona e em que momentos ou como podemos utilizá-las, pois se ingeridas incorretamente, podem ocorrer intoxicações ou apresentar efeitos colaterais e uma má atividade farmacológica, atrapalhando sua ação medicinal. Na dúvida procure sempre a orientação de um médico ou do farmacêutico.

Palavras-chave: Fitoterapia. Fitoterápicos. Formas farmacêuticas. Plantas medicinais.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

FARMÁCIA

SAÚDE

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO NO MANEJO DA DOR

PERFORMANCE OF PHARMACEUTICAL PROFESSIONALS IN PAIN MANAGEMENT.

Ana Beatriz de Sousa Silva¹; Antonia Paloma Valente Maia¹; Maria Eduarda Sales
Rebouças¹; Samuel de Lima Gondim¹; Jorge Ricardo Almeida de Souza Filho².

¹ Acadêmicos do curso de Farmácia – FVJ | beatriz.silva@fvj.br; paloma.maia@fvj.br;
eduarda.reboucas@fvj.br; samuel.gondim@fvj.br.

² Docente do curso de Farmácia – FVJ | jorge.ricardo@fvj.br.

RESUMO

Segundo a Associação Internacional Para o Estudo da Dor – IASP, a dor é uma experiência desagradável, multidimensional, que pode envolver os componentes sensoriais e emocionais. Além disso, pode ser vista como um sinal de alerta, ativando respostas protetoras do organismo, de forma a minimizar os danos. Ela pode ser classificada de acordo com sua duração em: aguda ou crônica. A dor aguda, conhecida como dor rápida, é causada por estímulos mecânicos extremos. A dor crônica ou lenta, é causada por estímulos químicos, relacionados a inflamação ou lesão celular. Seguindo a escala da dor, elaborada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, ela pode ser classificada de acordo com sua intensidade em: leve, moderada ou intensa. Dependendo da intensidade saberemos a farmacoterapia adequada para seus sintomas. Para a construção deste trabalho, realizou-se uma revisão integrativa de literatura. Foram pesquisados artigos no banco de dados Scielo, Lilacs, PubMed, BVS e Google Scholar, utilizando os seguintes descritores: Dor, analgesia, farmacoterapia, mecanismo da dor e dor crônica. Os critérios de inclusão foram: artigos em português e espanhol, publicados entre 2017 a 2021 e que obedecessem às palavras chaves descritas. Foram excluídos artigos que não seguiam esses parâmetros. De acordo com a OMS, o tratamento da dor deve estar baseado sempre no bem-estar do paciente, sendo assim, torna-se necessário buscar soluções para promover ao paciente uma boa qualidade de vida. Para o manejo da dor, diversos tratamentos farmacoterapêuticos vêm sendo desenvolvidos, necessitando de uma forte atuação do profissional farmacêutico, junto a equipe multidisciplinar, com o objetivo de promover o uso racional de medicamentos e evitar possíveis problemas relacionados aos fármacos.

Palavras-chave: Dor. Analgesia. Farmacoterapia. Mecanismo da dor. Dor crônica.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: FARMÁCIA

ÁREA: SAÚDE

MANIFESTAÇÕES IMUNOHEMATOLÓGICAS ASSOCIADAS A COVID-19

IMMUNOHEMATOLOGICAL MANIFESTATIONS ASSOCIATED WITH COVID-19

Samuel de Lima Gondim¹; Darcielle Bruna Dias Elias²

¹Acadêmico do curso de Farmácia da FVJ | samuel.gondim@fvj.br

²Professora Titular do curso de Farmácia da FVJ | darcielle.elias@fvj.br

RESUMO

O novo Coronavírus evoluiu de um surto para uma pandemia, sendo considerado uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, causando diversas mudanças e adaptações em nossa sociedade. A COVID-19 além de causar diversos problemas respiratórios pode apresentar alterações importantes do sistema hematopoiético, juntamente com o imunológico. O bom conhecimento dessas alterações, além da correta análise dos índices laboratoriais podem auxiliar os profissionais no seu manejo clínico aos pacientes infectados.

Palavras-chave: Alterações hematológicas. COVID-19. Hematologia. Imunoematologia.

ABSTRACT

The new Coronavirus has evolved from an outbreak to a pandemic, being considered a Public Health Emergency of International Importance, causing several changes and adaptations in our society. COVID-19, in addition to causing several respiratory problems, can present important alterations in the hematopoietic system, together with the immune system. Good knowledge of these changes, in addition to the correct analysis of laboratory indices, can help professionals in their clinical management of infected patients.

Keywords: Hematological changes. COVID-19. Hematology. Immunoematology.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o dicionário ilustrado de saúde, a Hematologia é o ramo da histologia que estuda as células do sangue e dos órgãos hematopoiéticos, que são responsáveis pela produção dos elementos do sangue, como a medula óssea. À vista disso, torna-se também responsável por

estudar as alterações hematológicas, que podem ser identificadas no hemograma, por exemplo. (SILVA, SILVA e VIANA, 2007).

Em consonância, a Imunohematologia estuda as propriedades antigênicas das células sanguíneas, os diferentes anticorpos presentes no soro sanguíneo e as manifestações patológicas resultantes da reação desses anticorpos com determinados antígenos, que podem ser capazes de comprometer o bom funcionamento hematopoiético e hemostático do sangue, como seria o caso do “novo coronavírus”. (SILVA, SILVA e VIANA, 2007).

Segundo a OMS, A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, evoluindo de um surto para uma pandemia. Têm como sintomas principais a febre, cansaço, tosse seca, além da perda de paladar ou olfato. O vírus causador dessa patologia pode ser transmitido por meio do contato direto, indireto das superfícies ou objetos contaminados, ou através de contato próximo com pessoas infectadas, sendo o uso de uma máscara de tecido, e a boa higiene das mãos, uma medida importante para se proteger e diminuir a sua transmissibilidade. (PAHO - OMS/OPAS, 2021).

Existem dados que indicam que o Covid-19 pode ser capaz de se manifestar no sistema hematopoiético e imunológico, causando alterações nos parâmetros laboratoriais e distúrbios nas linhagens celulares. Devido a essa dimensão de emergência em saúde pública, a análise dos parâmetros imunohematológicos que se alteram na COVID-19 e a análise do seu perfil laboratorial, para o monitoramento, serão de grande valia no diagnóstico.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

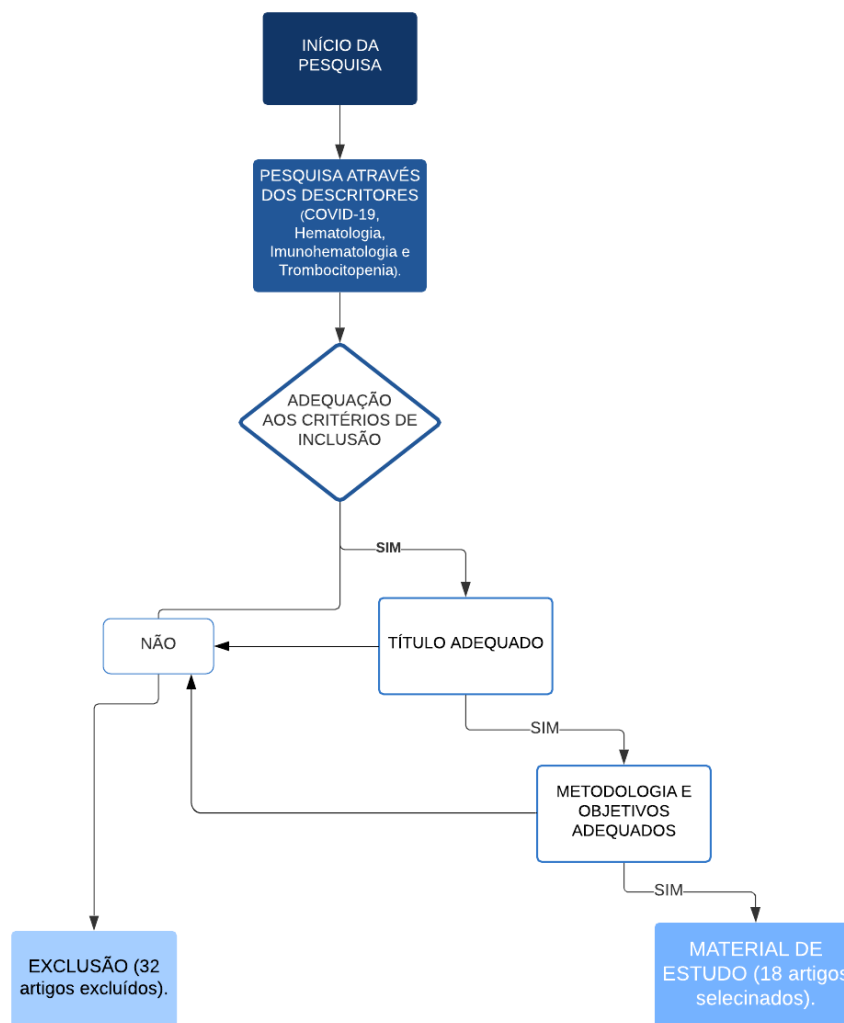
A abordagem metodológica aqui utilizada foi uma revisão de literatura durante o período de 03/2020 a 10/2021. Foram pesquisados artigos nos bancos de dados PubMed, Elsevier e Google Scholar, utilizando os seguintes descritores: COVID-19, Hematologia, Imunohematologia e Trombocitopenia. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2020 e 2021, em língua portuguesa, espanhola e inglesa, que obedecessem às palavras chaves descritas. Foram excluídos os artigos que não obedecessem às palavras chaves descritas.

3 RESULTADOS

Durante a elaboração desta revisão sistemática, com o resultado do processo de busca e seleção nos bancos de dados e revistas científicas eletrônicas foram encontrados 50 artigos sobre o tema abordado, porém apenas 18 foram selecionados por se enquadrarem nos critérios de inclusão (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma da seleção dos artigos utilizando a metodologia proposta.

Samuel Gondim | 19/10/2021



FONTE: Elaborado pelo autor. (2021).

3.1 DISCUSSÃO

A hemoglobina tem como uma de suas funções, o transporte das moléculas de oxigênio dos pulmões para o restante do corpo, além de captar o CO₂ abundante nos tecidos periféricos e transportar aos pulmões para expiração. Dessa forma, essa molécula pode ser considerada um parâmetro a ser analisado nos casos de COVID-19, já que essa doença, geralmente, é associada à falta de oxigenação, hipóxia, estimulando a trombose. Essa diminuição muito acentuada dos níveis de hemoglobina pode piorar ainda mais os casos das pessoas gravemente afetadas ou criticamente enfermas, principalmente se o indivíduo apresentar outras comorbidades, como anemia, hipertensão e diabetes. (CÂNDIDO, 2021). Ademais, este fato pode desencadear quadros de

anemia, os quais podem ser explicados pela diminuição da eritropoiese e aumento dos danos aos glóbulos vermelhos, devido ao aumento de fatores inflamatórios desencadeados pela COVID-19, além da possível a desregulação do metabolismo do ferro induzida por citocinas. (PEREIRA, TERRA, et al., 2021).

Neste interim, fica evidente que a redução de hemoglobina está diretamente relacionada com o agravamento da COVID-19 e com a redução da saturação de oxigênio, pelo fato que a saturação de oxigênio é função da concentração de hemoglobina. Uma redução na concentração de hemoglobina resulta na redução da capacidade do transporte do oxigênio, e sucessivamente no conteúdo arterial de oxigênio, portanto, medir a saturação de oxigênio pode auxiliar os médicos a identificar os pacientes que podem precisar de ventilação mecânica ou de altos níveis de oxigênio durante a internação. (PEREIRA, TERRA, et al., 2021).

A enzima conversora de angiotensina-2 (ECA-2) é encontrada em muitos tipos de células e tecidos, principalmente nos pulmões, funcionando como uma porta de entrada para o vírus entrar e infectar as células do hospedeiro. Isso faz com que as células liberam fatores de processos inflamatórios e ativam macrófagos presentes nos alvéolos, os quais são importantes na indução de citocinas inflamatórias que recrutam muitas células do sistema imune para infiltrar nos pulmões. Essa ativação imunológica adicional causa inflamação e danos endoteliais, podendo contribuir na evolução da doença além induzir a liberação de agonistas de ativação plaquetária. (PEREIRA, TERRA, et al., 2021).

Entre 7 a 14 dias após o início dos sintomas iniciais, há aparecimento das manifestações clínicas típicas do COVID-19. Isso ocorre com um aumento sistêmico de mediadores inflamatórios e citocinas, que podem eventualmente ser caracterizadas como uma tempestade de citocinas, devido aos níveis aumentados de interleucinas, principalmente as IL-6, IL-2, IL-7, tornando evidente a linfopenia, linfócitos abaixo dos valores de referência. Lembrando que os linfócitos são células essenciais na defesa de infecções virais e as principais células imunoativas do corpo humano. A sua contagem representa um marcador precoce de estresse fisiológico e inflamação sistêmica, a exemplo, podemos ver que em um hemograma de indivíduos com doenças virais, os linfócitos irão se encontrar aumentados em números como resposta à presença do vírus. Porém, nos casos de COVID-19 mais graves, foi observada uma diminuição acentuada dessas células, assim, a contagem diferencial dos leucócitos com linfopenia, tornou-se um bom medidor prognóstico para avaliar a gravidade da doença (NETO, 2021).

A linfopenia é a alteração mais frequente na COVID-19, com prevalência em 40-91,6% dos pacientes, podendo ser considerada um biomarcador. O fato do coronavírus utilizar a ECA-2, hipoteticamente, acaba culminando na invasão direta dos linfócitos pelo SARS-CoV-2, ocorrendo a multiplicação viral, com posterior lise celular; e a atrofia de órgãos linfáticos secundários através da atividade intensa de citocinas, prejudicando ainda mais a renovação dos linfócitos, causando a linfopenia. O decréscimo de linfócitos é mais acentuado em formas graves, sendo que as subpopulações de linfócitos T CD4+ e CD8+ se mostram significativamente reduzidas em



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

pacientes internados em UTI, indicando o risco de morte. Esses fatores nos levam a entender que a linfopenia é um fator que pode nos mostrar uma possível piora no prognóstico do paciente, tendo em vista que os não sobreviventes apresentaram enorme diminuição dos linfócitos, sendo os T CD4+ mais evidentes nos casos graves. (PAULA, AMORIM, et al., 2021).

Com relação à contagem global de leucócitos, o que ficou evidente foi à existência de uma mudança dinâmica entre leucopenia e leucocitose. Foi notável que no início da doença predominava, na maioria dos relatos, uma leucopenia acompanhada de uma linfopenia. Entretanto, nos pacientes que apresentaram um pior prognóstico ou morreram de COVID-19 ocorreu um aumento significativo no número de neutrófilos. Isso fazia com que a contagem total dos leucócitos aumentasse bastante, mesmo ainda tendo níveis baixos de linfócitos, provavelmente associado a uma hematopoiese ineficaz e um mau funcionamento do sistema imune. (CÂNDIDO, 2021).

Os neutrófilos também são um bom achado, sendo encontrados bastante aumentados em pacientes com risco de morte, pois, devido ao estado inflamatório desses pacientes, a tempestade de citocinas provavelmente os atrai, aumentando a migração de neutrófilos para o local da infecção, em resposta aos linfócitos. (PAULA, AMORIM, et al., 2021). Níveis elevados dessas citocinas são responsáveis por causar danos aos tecidos pelo fato de gerar uma série de respostas imunes, desencadeando insuficiência respiratória ou insuficiência de múltiplos órgãos. A interleucina 6 é uma das principais citocinas aumentadas no sangue em pacientes não sobreviventes, indicando que níveis elevados desta interleucina condiz com quadros fatais de infecção pelo SARS-CoV-2. (PEREIRA, TERRA, et al., 2021). Portanto, a análise dos neutrófilos no leucograma torna-se um parâmetro importante para descrever a progressão da COVID-19, já que está associada a um pior prognóstico, quando alterada. (CÂNDIDO, 2021).

Além do mais, a NLR (razão de neutrófilos para linfócitos) é um outro marcador importante na avaliação da progressão e prognóstico de pacientes infectados pelo SARS-CoV-2, devido às grandes alterações na contagem de linfócitos. O aumento de NLR representa um aumento significativo de neutrófilos com redução de linfócitos. Em uma análise de 72 pacientes com COVID-19, linfopenia e leucopenia ocorreram em 54,2% e 27,8% dos pacientes, respectivamente. Nesse mesmo estudo, a contagem de leucócitos e neutrófilos, e a proporção de neutrófilos para linfócitos (NLR) foram relativamente maiores, visto que, o NLR elevado indica um fator de risco para o agravamento da doença e mortalidade de pacientes com COVID-19. (PEREIRA, TERRA, et al., 2021).

Juntamente com o aumento de neutrófilos e de NLR, há um aumento de procalcitonina, marcador útil de infecção bacteriana sistêmica, indicando possíveis quadros de infecções bacterianas secundárias, devido ao sistema imunológico desregulado. (PEREIRA, TERRA, et al., 2021).

Paralelamente, os granulócitos possuem ampla gama de alterações em pessoas internadas por COVID-19. Em esfregaços de sangue periférico desses indivíduos, percebe-se imaturidade

granulocítica, dismorfismo celular, presença de granulações escuras aglomeradas no citoplasma, áreas agranulares periféricas azuis claras e morfologia apoptótico-degenerativa, principalmente de neutrófilos. (PAULA, AMORIM, et al., 2021).

Um achado importante foi relacionado a diminuição do número de plaquetas no sangue circulante, que são produzidas por megacariócitos maduros na medula óssea, trombocitopenia, que possui incidência é variada conforme a gravidade da doença. Enquanto em casos mais leves a contagem de plaquetas pode ser normal ou levemente elevada, os pacientes mais graves apresentam trombocitopenia, durante a internação, podendo significar um risco cinco vezes maior de ter a forma mais grave da doença, aumentando as chances de mortalidade por COVID-19 (PAULA, AMORIM, et al., 2021), pois, baixos níveis de plaquetas podem gerar quadros de coagulação intravascular disseminada - CIVD, levando o indivíduo ao óbito de forma mais rápida. (CÂNDIDO, 2021). Esse achado foi condizente com um estudo inicial chinês, com 1.099 pacientes, segundo o qual a trombocitopenia foi detectada em 36,2% dos pacientes, e aqueles com doença grave apresentaram contagem plaquetária significativamente menor. Da mesma maneira, podemos dizer que a melhora na trombocitopenia nesses pacientes pode indicar melhora clínica e maior sobrevida. (PAULA, AMORIM, et al., 2021).

Outras hipóteses encontradas para a trombocitopenia, seriam devido a formação de coágulos resultar no consumo excessivo de plaquetas, ou a hipercoagulação, causada pelas lesões pulmonares, microtromboses, além da oclusão de pequenos vasos pulmonares, o que pode agravar a hipóxia, contribuindo na hipótese de coagulopatias induzida pelo vírus, ou a diminuição da produção plaquetária devido as citocinas. (CRUZ, STRINGHETTA e ALMEIDA, 2020). Ou ainda mais de que o Coronavírus seria capaz de invadir diretamente células hematopoiéticas ou células do estroma da medula óssea, levando à inibição hematopoiética. (FLEURY, 2020). Assim podemos inferir que a trombocitopenia nos pacientes parece ser multifatorial, pois podemos ter dano endotelial, além da ocorrência da ativação plaquetária com agregação e trombose, devido ao comprometimento da medula óssea e atividade dos megacariócitos. (BRAGA e SASS, 2020). A trombocitopenia também pode estar associada ao uso de heparina na tromboprofilaxia, para tratar por exemplo algum caso de tromboembolismo venoso, pois funcionam como um anticoagulante, retardando ou impedindo a coagulação do sangue. (CARRANCO, MALDONADO, et al., 2020).

Ademais, ao analisarmos o D-dímero, o tempo prolongado de protrombina (TP) e a tromboplastina parcial ativada (TTPa) podemos inferir que os distúrbios da coagulação podem ser encontrados com relativa frequência entre os pacientes com Covid-19, especialmente entre aqueles com doença grave, sendo constatados. A lesão do tecido pulmonar e das células endoteliais pulmonares pode levar à ativação, agregação e retenção de plaquetas no pulmão. (FLEURY, 2020). Essas alterações podem desencadear microtrombos em diversos órgãos, principalmente nos pulmões, nos seus locais lesionados, este fato pode ser explicado por conta que a formação das plaquetas pode ocorrer nos pulmões, onde as plaquetas são liberadas dos megacariócitos maduros, e com a danificação dos pulmões, os megacariócitos são aprisionados, impedindo a liberação das

plaquetas. (PEREIRA, TERRA, et al., 2021). Esta situação pode levar à depleção de plaquetas e megacariócitos, resultando em diminuição da produção de plaquetas e aumento do consumo, causando a trombocitopenia. (FLEURY, 2020). Além disso, conclui-se que a enzima ciclooxigenase estimulada pelo vírus exerce um papel crucial nos eventos tromboembólicos, pelo fato de gerar marcadores inflamatórios como prostaglandinas e tromboxano A2, os quais são responsáveis por hiperativar as plaquetas, causando agregação plaquetária. Sendo assim, medicamentos inibidores da enzima ciclooxigenase ou até mesmo antagonistas de tromboxano A2, podem ser usados de maneira a reduzir a evolução da coagulopatia na COVID-19. (PEREIRA, TERRA, et al., 2021).

O D-dímero elevado está associado à maior gravidade e mortalidade nesses pacientes, sendo ainda mais grave em portadores de lesões cardíacas. O D-dímero elevado ($>1,5\mu\text{g/L}$) foi detectado em 36% dos pacientes em um estudo descritivo de 99 casos de Covid-19 em Wuhan, na China. Outro estudo retrospectivo na China, incluindo 41 pacientes, mostrou que o D-dímero e o tempo de protrombina (TP) foram maiores na admissão entre os pacientes que necessitavam de admissão na UTI. Em outro estudo retrospectivo, com dados de 183 pacientes consecutivos com Covid-19, os não sobreviventes apresentaram níveis muito mais altos de D-dímero, em comparação com os sobreviventes na avaliação inicial ou com manifestação mais leve. Esses casos se tornam uma possível explicação aos eventos trombóticos observados na COVID-19. (NETO, 2021).

A análise do tempo de protrombina em relação à gravidade da doença foi realizada em alguns estudos, nos quais o TP foi notado por maior tempo em pacientes com quadros graves de COVID-19. O prolongamento do TP foi mais visível em pacientes que vieram a óbito com valores superiores a 15 a 16 segundos. Uma análise em 191 pacientes com COVID-19 em Wuhan, relatou a morte de 54 pacientes, e os fatores associados à mortalidade incluíram elevação de dímero D na admissão, aumento do TP, elevações na interleucina 6 e de ferritina sérica, e outros biomarcadores de inflamação. (PEREIRA, TERRA, et al., 2021).

De acordo com os critérios de diagnóstico da Sociedade Internacional de Trombose e Hemostasia (ISTH) para o diagnóstico da CIVD, 71,4% dos pacientes que não sobreviveram à pneumonia associada a COVID-19 tiveram diagnóstico confirmado. Entre os sobreviventes, apenas um paciente teve o diagnóstico de CIVD confirmado. O tempo médio para a manifestação da CIVD foi de quatro dias a partir da internação, com variação de 1 a 12 dias. (FLEURY, 2020).

Pacientes que apresentam infecção por vírus podem evoluir para sepse associada à disfunção orgânica. A sepse está bem estabelecida como uma das causas mais comuns de CIVD, que se inicia quando monócitos e células endoteliais são ativados ao ponto de liberação de citocinas, com expressão do fator tecidual e secreção do fator Von Willebrand. A circulação de trombina livre, não controlada pelos anticoagulantes naturais, pode ativar plaquetas e estimular a fibrinólise. (FLEURY, 2020).

Adicionalmente, alguns estudos apontam para a presença de eosinopenia em pacientes com quadros graves de COVID-19, e a elevação do número dessas células pode ser marcadora de um bom prognóstico, por isso a atenção deve ser redobrada nesse quesito. As funções dos eosinófilos estão associadas com respostas alérgicas e defesa contra parasitas. (PAULA, AMORIM, et al., 2021).

Outro parâmetro relacionado às hemácias, citado pelos estudos, é o aumento na velocidade de hemossedimentação (VHS) à medida que o estado clínico do paciente se deteriorava. Esses achados sobre o aumento dos valores de VHS confirmam a sua ligação clássica com os processos inflamatórios em geral, considerando que o quadro de COVID-19, por si só, leva a um processo inflamatório generalizado, sendo essa a causa principal da morte, na maioria dos casos. (CÂNDIDO, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas análises realizadas pelos mais diversos pesquisadores podemos concluir que as principais alterações que podem predizer um mau prognóstico nos casos de COVID-19, são a linfopenia, trombocitopenia, a neutrofilia em casos com infecção bacteriana secundária ou tempestade de citocinas, o aumento da concentração do D-dímero e o alargamento do TP. Por isso, é importante ter um bom conhecimento acerca das alterações hematológicas na COVID-19, já que a avaliação cuidadosa dos índices laboratoriais hematológicos pode ajudar os médicos no diagnóstico e a formular o melhor tratamento para o paciente, como a realização de medidas preventivas para os eventos trombóticos e a identificação rápida e efetiva de complicações com maior letalidade, incluindo o CIVD. Isso pode melhorar o desfecho do paciente, com um bom prognóstico, além de aumentar as chances de sobrevivência dos infectados, reduzindo a taxa de mortalidade.

5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, MVC *et al.* Repercussões Hematológicas na Infecção por COVID-19. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**, Teresina, v. 42, n. 02, p. 555, out. 2020. ISSN 2531-1379.

BASTOS, Hiago. Covid-19: O que fazer com o valor do D-dímero no paciente com Covid-19? **PEBMED**, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://pebmed.com.br/o-que-fazer-com-o-valor-do-d-dimero-no-paciente-com-covid-19/>. Acesso em: 17 out. 2021.

BESALDUCH, Joan. Alteraciones hematológicas y COVID-19. **Medicina Balear**, España, v. 35, n. 4, p. 69-73, jun. 2020. ISSN 2255-0569.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

BRAGA, Luiz F. B.; SASS, Nelson. Coronavirus 2019, Thrombocytopenia and HELLP Syndrome: Association or Coincidence? **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetricia**, São Paulo, v. 42, n. 10, p. 669-671, out. 2020. ISSN 1806-9339.

CÂNDIDO, Rômulo F. D. L. **Alterações Hematológicas Associadas à COVID-19 em Pacientes Sintomáticos**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 01-37. 2021.

CARRANCO, Andrés O. *et al.* Respuesta a diferentes escenarios y complicaciones hematológicas en COVID-19. **Cambios rev. méd.**, Quito, v. 19, n. 01, p. 110-120, 2020.

CREMESP; CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Notícias: Fenômenos Tromboembólicos na Covid-19. **CREMESP - Coronavírus**, 01 jul. 2020. Disponível em: <http://covid-19.cremesp.org.br/?p=1010>. Acesso em: 17 out. 2021.

CRUZ, L.A.; STRINGHETTA, G.R.; ALMEIDA, E.B. Fracção Plaquetária Imatura (IPF) como parâmetro de coagulação em pacientes com COVID-19: Um Estudo Prospectivo. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**, Campo Grande, v. 42, n. 02, p. 535, out. 2020. ISSN 2531-1379.

FLEURY, Marcos K. A COVID-19 e o laboratório de hematologia: uma revisão da literatura recente. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 02, p. 131-137, ago. 2020. ISSN 2448-3877.

GÓES, F.S.R. *et al.* Mecanismos Moleculares das Respostas Imunohematológicas contra o SARS-CV-2 em pacientes com Quadro Clínico Grave. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**, Feira de Santana, v. 42, n. 02, p. 542-543, out. 2020. ISSN 2531-1379.

J.R.B.FRANCO *et al.* Trombocitopenia Imune Associada à Infecção por SARS-COV-2. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**, Santos, v. 42, n. 02, p. 562, out. 2020. ISSN 2531-1379.

NETO, Rodrigo A. B. Infectologia: Alterações Hematológicas em Pacientes com Infecção pelo COVID-19. **MedicinaNET**, 12 abr. 2021. Disponível em: https://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/8059/alteracoes_hematologicas_em_pacientes_com_infeccao_pelo_covid_19.htm. Acesso em: 11 out. 2021.

NICOLAU, Dario I. Protocolo COVID-19: manejo das complicações hematológicas. **Maria dos Remédios Branco**, 28 jun. 2020. Disponível em: https://mariadosremedios.com.br/coronavirus-covid19/protocolo-covid-19-manejo-das-complicacoes-hematologicas/?utm_source=pdf&utm_medium=rodape&utm_campaign=coronavirus&utm_content=manejo-dario. Acesso em: 11 out. 2021.

PAHO - OMS/OPAS. Folha informativa sobre COVID-19. **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 15 out. 2021.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

PALACIO, María I. V.; HENAO, Elizabeth L. Alteraciones hematológicas en COVID-19. **NOVA**, Bogotá DC, v. 18, n. 35, p. 73-77, set. 2020. ISSN Impreso: 1794-2470 | ISSN Electrónico: 2462-9448.

PAULA, Henrique I. D. *et al.* Alterações Hematológicas da COVID-19. **Brasília Med**, Brasília, v. 58, n. Anual, p. 01-06, ago. 2021. ISSN 0524-2053 ISSN (Online) 2236-5117.

PEREIRA, Ana F. *et al.* Alterações hematológicas e hemostasia na COVID-19: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, Alfenas, v. 10, n. 11, p. 01-17, ago. 2021. ISSN 2525-3409.

SILVA, Carlos R. L. D.; SILVA, Roberto C. L. D.; VIANA, Dirce L. **Compacto Dicionário Ilustrado de Saúde**. 2^a. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora Ltda, 2007.

SOUZA, Karolayne S. *et al.* Associação dos principais parâmetros hematológicos, bioquímicos e imunológicos em pacientes graves e não graves com COVID-19: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, Recife, v. 09, n. 11, p. 01-24, nov. 2020. ISSN 2525-3409.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Fisioterapia



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: FISIOTERAPIA

ÁREA: SAÚDE

AVALIAÇÃO DA CORRELAÇÃO DO USO DO CELULAR E DORES NA COLUNA CERVICAL EM UNIVERSITÁRIOS: REVISÃO INTEGRATIVA

EVALUATION OF THE CORRELATION OF CELL PHONE USE AND CERVICAL SPINE PAIN IN UNIVERSITY: INTEGRATIVE REVIEW

Antônio Rogério da Silva¹

Érisson Rubens Araújo Freitas²

Roque Ribeiro da Silva Júnior³

1 - Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ - Graduado em Letras Inglês pela FAFIDAM/UECE - Especialista em Gestão Educacional pela FAS - Especialista em Educação Global, Construção da Cidadania e Inteligências Humanas, FADIRE - Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa e Espanhola-PROMINAS - Mestre em Ciências da Educação- FCU, Orlando, USA.

2 - Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

3 - Especialista em Fisiologia Humana – UECE, Bacharel em Fisioterapia – FVJ e Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ-mail atualizado do primeiro autor e orientador.

RESUMO

Introdução: A coluna vertebral é uma estrutura forte e flexível que protege os elementos neurais, bem como sustenta o corpo na posição ereta. Devido ao esforço, pode ocorrer um desgaste da estrutura comprimindo a raiz nervosa ocasionando o aparecimento de patologias diversas. **Objetivo:** este estudo tem como finalidade responder à seguinte questão norteadora: o uso excessivo do celular é um fator causador de dores na cervical? **Métodos:** revisão integrativa da literatura com dados coletados nas bases de dados

LILACS, PEDro, PubMed e ScienceDirect. Resultados: foram identificadas 254 publicações e sua análise textual facilitada por meio da plataforma Rayyan com o sistema duplo cego e de quatro abordagens temáticas do PRISMA: Identificação; Triagem; Elegibilidade e Inclusão; Resultando em 9 artigos que foram incluídos na síntese, ambos relevantes ao tema abordado. Conclusão: Este estudo analisou a relevância dos trabalhos catalogados, percebemos que há diante das informações expressadas que o uso do smartphone pode ser considerado um dos gatilhos de geradores de dores musculoesquelética da região do pescoço e há necessidade do desenvolvimento de novos estudos para disseminar o conhecimento sobre o tema.

Palavras-chave: Dor de pescoço; Modalidades de fisioterapia; Smartphone;

ABSTRACT

Introduction: The spine is a strong and flexible structure that protects the neural elements as well as supports the body in the upright position. Due to this effort a wear of the structure can occur compressing the nerve root causing the development of various pathologies. **Objective:** This study aims to answer the following guiding question: is the excessive use of the cell phone a factor causing pain in the cervical? **Methods:** an integrative review of the literature with data collected from LILACS, PEDro, PubMed and ScienceDirect databases. **Results:** 254 publications were identified and their textual analysis facilitated through the Rayyan platform with the double blind system and four PRISMA thematic approaches: Identification; Screening; Eligibility and Inclusion; Resulting in 9 articles that were included in the synthesis, both relevant to the topic addressed. **Conclusion:** This study analyzed the relevance of the catalogued works, we realized that there is, in face of the expressed information, that the use of the smartphone can be considered one of the triggers of musculoskeletal pain generators on the neck region and the need to develop further studies to disseminate knowledge on the subject.

Keywords: Neck Pain; Physical Therapy Modalities; Smartphone;

1 INTRODUÇÃO

A coluna vertebral é uma estrutura forte e flexível que protege os elementos neurais, bem como sustenta o corpo na posição ereta. Devido ao esforço, pode ocorrer um desgaste da estrutura comprimindo a raiz nervosa ocasionando o aparecimento de patologias diversas (Dantas et al., 1999).

A dor cervical, ou cervicalgia, é uma das condições álgicas mais presentes no contexto atual, sendo causa comum de dor na população geral com prevalência de 10% a 15%, acometendo em torno de 67% a 70% de indivíduos adultos em algum momento de sua vida. A incidência anual em adultos é de 14,6%, sendo que as mulheres têm maior

probabilidade do que os homens de desenvolver dores cervicais e de sofrer com problemas cervicais persistentes (Côté et al., 2010).

Também, a queixa de dores nesta região é referida pelos pacientes como sendo responsável pela redução na qualidade de vida (Barnes et al., 2007) provocando dramática mudança no estilo de vida, dependência de medicamentos, depressão, isolamento social, dificuldades no trabalho e alterações emocionais (Wade et al., 1190).

Para se fazer o diagnóstico com relação a cervical, a literatura recomenda testes como: Teste de compressão de Apley (Freislederer et al., 2021), Teste de Spurling (Tong et al., 2002), Teste de Lhermitte (Teoli et al., 2021), Teste de Soto-hall (Miller et al., 2007). Os usos destes testes são necessários para que o trabalho de avaliação do Fisioterapeuta ocorra de forma efetiva para descartar outras patologias nessa região, por exemplo: hérnias discais, torcicolos, espasmos, presença de “trigger points” (pontos dolorosos que irradiam a dor para outras regiões) e contraturas musculares trapezoidais e da musculatura profunda do pescoço.

Observando o contexto atual, em que as universidades têm investido fortemente em plataformas digitais de aprendizagem, um aspecto que pode ser um fator do estresse biomecânico é a alta vertente do uso de equipamentos móveis de telefonia que dão acesso à internet como os smartphones e celulares (Sousa et al., 2021).

O uso excessivo destas tecnologias por períodos longos, tem levado uma outra consequência que é uma maior frequência em posições ergonômicas inadequadas. Essa nova realidade em que todos estamos inseridos, favorece o levantamento da hipótese de uma antecipação na incidência da cervicalgia, com consequente maior impacto na qualidade de vida dos estudantes (Marques et al., 2010).

Desse modo, nota-se a importância de haver mais estudos, para analisar questões pertinentes as dores cervicais resultantes da alta frequência do uso de smartphones.

A construção desse estudo parte do interesse em responder questão norteadora: o uso excessivo do celular é um fator causador de dores na cervical?

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracterizou-se como sendo uma revisão integrativa da literatura. Conforme Soares et al., (2010), a revisão integrativa é uma metodologia que possibilita a síntese de saberes e a inclusão da aplicação de resultados de achados importantes na prática. Além disso, este tipo de estudo permite a inclusão de análises probatórias e não experimentais pactuando dados da literatura experimental e prática.

Os artigos científicos relacionados à temática foram acessados nos seguintes bancos de dados: Pedro (Physiotherapy Evidence Database), Scielo (Scientific Electronic Library Online), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Pubmed (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica). Foram usados os seguintes descritores: Dor de pescoço, Modalidades de fisioterapia, Smartphone. A combinação usada foi: Dor de pescoço e Modalidades de fisioterapia e Smartphone. / Neck Pain AND Physical Therapy Modalities AND Smartphone.

Como critérios de inclusão puderam ser selecionados artigos nos anos 2015 a 2020 que abordaram a temática de acordo com os descritores citados; estudos que tenham sido publicados dentro da Língua portuguesa e/ou Língua Inglesa, bem como ensaios clínicos randomizados, estudos exploratórios, observacionais, transversais; estudos que desenvolvessem sobre a associação entre cervicálgia, dor, incapacidade e qualidade de vida em pacientes com dores, em seus mais variados níveis; estudos que abordassem a escala de dor em pacientes com dor cervical crônica; estudos que abrangessem reabilitação postural e comportamental em pacientes com dores no pescoço específica e/ou não específica. Como critérios de exclusão determinou-se os artigos não encontrados na íntegra, revisões de literatura, publicação anteriores ao ano de 2015 e aqueles que não respondiam às questões norteadoras proposta por este estudo.

No que se refere à coleta de dados, a avaliação dos periódicos organizou-se em quatro etapas: 01 – Identificação: seleção da combinação de descritores e pesquisa pelos artigos científicos nas bases de dados; 02 – Triagem: aplicação dos critérios de seleção, isto é, apenas de artigos correspondentes aos critérios de inclusão, exemplificando: ano de publicação, idioma, disponibilidade (pública ou privada); 3 – Elegibilidade: explanação e leitura para aplicação do filtro tomando como base de

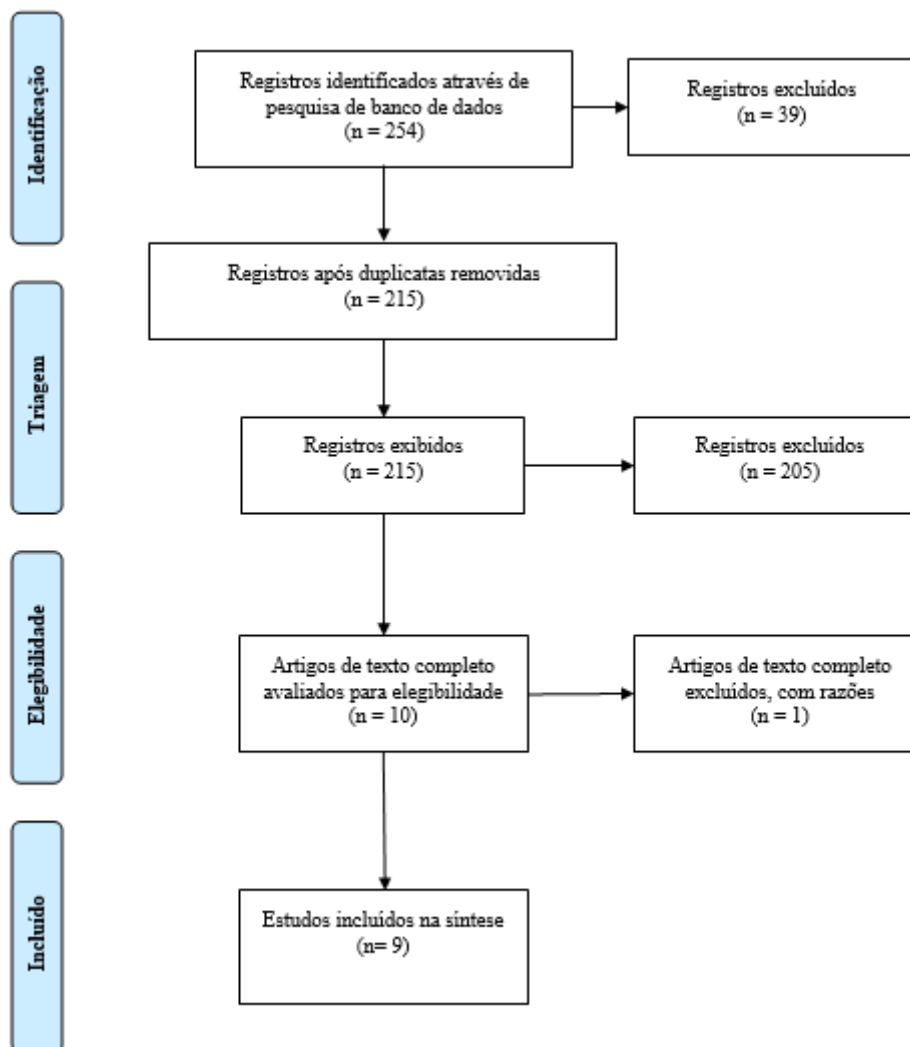
relevância titulação do artigo, palavras chaves e uma análise completa do resumo; 4 – Inclusão: leitura aprofundada e seleta sobre o acervo que se se mostrou relevante para a elaboração do trabalho. Foram anotadas as informações coletadas das fontes em categóricos específicos como: autores, ano, método, resultados e discussões e conclusões. Por fim, ainda foi feita uma leitura analítica com a intenção de classificar e resumir as informações presentes nas fontes, de modo que estas possibilitaram o alcance de respostas à problemática da pesquisa.

Na etapa 1, a estratégia de busca resultou em 183 artigos encontrados na ScienceDirect; 58 artigos encontrados na Lilacs; 7 artigos encontrados na PEDro e 06 artigos encontradas na Pubmed, totalizando 254 publicações. Já na etapa 2, foram excluídas 244 publicações (194 excluídos após leitura do título/resumo e 39 estavam duplicados). Após a aplicação de filtros adicionais seletivos, resultaram em 10 artigos com potencial de inclusão. Na etapa 3 foram excluídos 1 artigo, os artigos com potencial de inclusão foram analisados levando em consideração especificamente a temática apresentada. Muitos artigos científicos com potencial de inclusão apresentavam metodologias investigatórias distintas aos critérios estabelecidos embora apresentassem a temática do presente trabalho. Já na etapa 4, os artigos selecionados (amostra de 09 artigos) foram analisados mais profundamente separando-os por autor, ano de publicação, objetivo geral e principais considerações. Estes seguiram todos os critérios de inclusão expostos anteriormente.

A seleção dos estudos foi realizada de maneira independente por dois revisores usando o sistema de duplo cego, por meio da plataforma de seleção Rayyan (Ouzzani, 2016). Inicialmente os artigos foram selecionados após a leitura do título e resumo e os que atenderam os critérios de elegibilidade e que tiveram consenso entre os dois revisores, foram lidos na íntegra para inclusão ou exclusão no artigo. As discordâncias na fase da leitura na íntegra foram resolvidas por consenso por um terceiro revisor.

Vale destacar que, o presente trabalho esteve em consonância com a NBR 6023/18, na qual está formada por princípios normativos que direcionam a execução, informação e documentação de artigos científicos.

Figura 1 - Adaptado pelo Autor (2021).



From: Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. PLoS Med 6(6): e1000097. doi:10.1371/journal.pmed1000097.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segue abaixo a distribuição dos artigos segundo autor (es), título, ano de publicação, objetivo geral e principais considerações:

Tabela 1 - Compêndio crítico das publicações científicas

Artigo 01
AUTOR (ES): Cevik, S; Kaplan, A; Katar, S;
TÍTULO: Correlação da degeneração da coluna cervical com aumento no tempo de uso do smartphone em jovens adultos.
ANO DE PUBLICAÇÃO: 2020
OBJETIVO GERAL: O estudo teve como objetivo definir a associação entre os parâmetros de degeneração da coluna e o aumento do tempo de uso do smartphone. Este foi um estudo transversal.
PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES: Foram examinados jovens adultos de 20-35 anos que se apresentaram em nosso ambulatório devido a dores no pescoço entre 2016 e 2018. Degeneração do disco cervical, posicionamento do disco, alterações modic e equilíbrio sagital foram retrospectivamente medidos usando imagem de ressonância magnética (MRI) em 107 relativamente pacientes. Os dados sobre os tempos diários de uso do telefone dos participantes foram obtidos por meio de questionário preenchido no momento da admissão. Resultados: O número total de distâncias discais analisadas foi de 535 (Grupo 1; n = 200, Grupo 2; 335). No Grupo 1, o deslocamento de disco estava presente em 30%, e no Grupo 2, o deslocamento de disco estava presente em 35%. Em termos de gravidade DD, o escore DD total foi > 10 em 18 (18/40; 45%) pacientes no Grupo 1 e em 39 pacientes (39/67; 58%) no Grupo 2. O ângulo de Cobb médio do Grupo 1 foi de $10,3 \pm 6,57^\circ$ (intervalo, 2° a 34°), e o do Grupo 2 foi de $7,6 \pm 5,14^\circ$ (intervalo, 1° a 26°) (Pcobb = 0,048). Mudanças modic foram detectadas em 17 dos 107 pacientes (15,8%). Dos 17 pacientes, 3 (3/40% 7,5) eram do Grupo 1 e 14 (14/67, % 20,9) eram do Grupo 2. MC foi detectado em 4 vértebras no Grupo 1 e 24 vértebras no Grupo 2 (P = 0,001).
Artigo 02
AUTOR (ES): Correia, I; Ferreira, A; Fernandez, J; Reis, F; Nogueira, L; Meziat-Filho, N;
TÍTULO: Associação entre texto no pescoço e dor no pescoço em adultos
ANO DE PUBLICAÇÃO: 2020
OBJETIVO GERAL: Investigar a associação entre text neck e cervicalgia em adultos. RESUMO DOS DADOS DE FUNDO: Foi levantada a hipótese de que a postura inadequada do pescoço adotada ao enviar mensagens de texto e ler em um smartphone, chamada de pescoço de texto, está relacionada ao aumento da prevalência de dor no pescoço.
PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES: Estudo transversal observacional. A amostra foi composta por 582 voluntários com idade entre 18 e 65 anos. Questões sociodemográficas, antropométricas, de estilo de vida, psicossociais, dor cervical e uso de smartphone foram avaliadas por meio de questionário autorrelatado. O pescoço do texto foi avaliado medindo-se

o ângulo de flexão cervical dos participantes em pé e sentados enquanto digitavam um texto em seus smartphones, usando o dispositivo Cervical Range of Motion (CROM).

Artigo 03

AUTOR (ES): Zirek, E; Mustafaoglu, R; Yasaci, Z; Griffiths, M;

TÍTULO: Uma revisão sistemática de queixas, sintomas e patologias musculoesqueléticas relacionadas ao uso de telefones celulares.

ANO DE PUBLICAÇÃO: 2020

OBJETIVO GERAL: O objetivo do presente estudo foi revisar sistematicamente a literatura disponível sobre a prevalência de queixas, sintomas e patologias de MSK associadas ao uso de telefones celulares.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES: Nesta revisão sistemática, Medline (Pubmed), Wiley, WOS e bancos de dados eletrônicos EMBASE foram pesquisados por estudos publicados em inglês entre 1 de janeiro de 2000 e 25 de março de 2019 usando o seguinte. **TERMOS-CHAVE:** 'telefone celular', 'smartphone', 'dor musculoesquelética', 'dor', 'sintomas musculoesqueléticos' e 'patologia musculoesquelética'. **RESULTADOS:** A estratégia de busca identificou 196 artigos, dos quais 18 atenderam aos critérios de inclusão. Entre os estudos incluídos na revisão sistemática, cinco eram de alta qualidade, doze eram de qualidade aceitável e uma era de baixa qualidade. A revisão demonstrou que a prevalência de queixas de MSK entre usuários de telefones celulares variou de 8,2% -89,9%

Artigo 04

AUTOR (ES): Regiani Bueno, G; Garcia, L; Marques Gomes Bertolini, S; Rodrigues Lucena, T;

TÍTULO: A geração de cabeça para baixo: sintomas musculoesqueléticos e o uso de smartphones entre jovens universitários.

ANO DE PUBLICAÇÃO: 2019

OBJETIVO GERAL: identificar os fatores associados aos sintomas musculoesqueléticos decorrentes do uso de smartphones em universitários no Brasil.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES: O estudo tem abordagem quantitativa do tipo transversal, com 522 universitários entre 18 e 26 anos. Foi aplicado um questionário estruturado em 2017, para caracterização do perfil sociodemográfico. Composto por informações sobre o uso de smartphones adicionadas ao questionário nórdico de sintomas musculoesqueléticos. **Resultados:** Um dos principais resultados encontrados foi a tendência dos participantes a apresentarem sintomas de dores musculoesqueléticas em relação aos métodos de digitação em smartphones. Um dos principais resultados encontrados foi a tendência dos participantes a apresentarem sintomas de dores musculoesqueléticas em relação aos métodos de digitação em smartphones.

Artigo 05

AUTOR (ES): Eitivipart, Aitthanatt Chachris; Viriyarojanakul, Sirinya; Ruiva, Lucy;

TÍTULO: Distúrbio musculoesquelético e dor associada ao uso de smartphone: uma revisão sistemática de evidências biomecânicas.

ANO DE PUBLICAÇÃO: 2018

OBJETIVO GERAL: O objetivo deste estudo é realizar uma revisão sistemática de estudos que avaliam o efeito do uso de smartphone em distúrbios musculoesqueléticos e dor.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES: Os resultados mostram que a atividade muscular do trapézio superior, eretores da espinha e dos músculos extensores do pescoço são aumentados, bem como o ângulo de flexão da cabeça, ângulo de inclinação da cabeça e deslocamento da cabeça para frente que aumentaram durante o uso do smartphone. Além disso, o uso do smartphone na posição sentada parece causar mais mudanças no ângulo cabeça-pescoço do que na posição em pé.

Artigo 06

AUTOR (ES): Yang, S; Chen, M; Huang, Y; Lin, C; Chang, J;

TÍTULO: Associação entre o uso de smartphone e desconforto musculoesquelético em alunos adolescentes.

ANO DE PUBLICAÇÃO: 2017

OBJETIVO GERAL: O objetivo deste estudo foi explorar a associação entre o uso de smartphone e desconforto musculoesquelético em alunos de uma faculdade taiwanesa.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES: Este estudo transversal empregou um método de amostragem de conveniência para recrutar alunos de uma faculdade no sul de Taiwan. Todos os alunos ($n = 315$) foram convidados a responder questionários sobre o uso do smartphone. Uma análise descritiva, regressão stepwise, e a regressão logística foi usada para examinar os componentes específicos do uso do smartphone e sua relação com o desconforto musculoesquelético. Quase metade dos participantes sentiu desconforto no pescoço e nos ombros. Os resultados da regressão stepwise indicaram que o número de partes do corpo com desconforto ($F = 6,009$, $p < 0,05$) aumentou com as horas gastas usando funções auxiliares do smartphone. A logística análise de regressão mostrou que os alunos que falaram ao telefone > 3 h / dia tiveram um risco maior de desconforto na parte superior das costas do que aqueles que falaram ao telefone < 1 h / dia [odds ratio (OR) = 4,23, $p < 0,05$]. Este estudo revelou que a relação entre o uso de smartphone e desconforto musculoesquelético está relacionada à duração do uso de função auxiliar do smartphone.

Artigo 07

AUTOR (ES): Guan, X; Fan, G; Chen, Z; Zeng, Y; Zhang, H; Hu, A; Gu, G; Wu, X; Gu, X; Ele, S;

TÍTULO: Diferença de gênero no uso do telefone celular e o impacto da exposição do dispositivo digital na postura do pescoço.

ANO DE PUBLICAÇÃO: 2016

OBJETIVO GERAL: Este estudo transversal objetivou identificar as diferenças de gênero nas posturas cervicais quando jovens faziam uso de telefone celular, bem como as correlações entre as posturas e o uso de dispositivos digitais (computador e celular).

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES: Questionários sobre hábitos de uso de computador e celular foram aplicados a 429 indivíduos com idades entre 17 e 33 anos ($19,75 \pm 2,58$ anos). Os sujeitos foram instruídos a ficar de pé habitualmente e usar o telefone celular como na vida diária; as posturas sagitais da cabeça e cervical foram medidas pela flexão da cabeça, ângulo de flexão do pescoço e ângulo do olhar. Os participantes do sexo masculino tiveram um ângulo de flexão da cabeça significativamente maior ($96,41^\circ \pm 12,23^\circ$ vs. $93,57^\circ \pm 12,62^\circ$, $p = 0,018$) e ângulo de flexão do pescoço ($51,92^\circ \pm 9,55^\circ$ vs. $47,09^\circ \pm 9,45^\circ$, $p < 0,001$) do que mulheres. Houve diferenças significativas na cabeça ($F = 3,62$, $p = 0,014$) e flexão do pescoço ($F = 3,99$, $p = 0,009$) entre diferentes quantidades de uso do computador.

Artigo 08

AUTOR (ES): Kim, H; Kim, J;

TÍTULO: A relação entre o uso de smartphone e sintomas musculoesqueléticos subjetivos e estudantes universitários.

ANO DE PUBLICAÇÃO: 2015

OBJETIVO GERAL: O objetivo deste estudo foi investigar o uso de smartphones por estudantes universitários em áreas selecionadas, seus sintomas musculoesqueléticos e a taxa de risco associada.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES: As regiões do corpo mais doloridas após o uso de smartphones foram os ombros e o pescoço. No sistema musculoesquelético, a dor nas costas teve uma correlação positiva com o tamanho da tela de cristal líquido (LCD) do smartphone, e a dor nas pernas e nos pés teve uma correlação negativa com o tempo de permanência do smartphone usava. Como um resultado, revelou-se que o uso de smartphone se correlacionou com sintomas musculoesqueléticos. Portanto, no ambiente atual, em que o uso de smartphones está em alta, é necessário aprimorar as formas como eles são utilizados e desenvolver um programa preventivo para aliviar os sintomas de lesões musculoesqueléticas.

Artigo 09

AUTOR (ES): Lee, S; Kang, H; Shin, G;

TÍTULO: Ângulo de flexão da cabeça ao usar um smartphone.

ANO DE PUBLICAÇÃO: 2016

OBJETIVO GERAL: Avaliar A postura repetitiva ou prolongada de flexão da cabeça durante o uso de um smartphone é conhecida como um dos fatores de risco para sintomas de dor no pescoço.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES: Para avaliar quantitativamente a quantidade e a amplitude de flexão da cabeça de usuários de smartphones, o ângulo de flexão para frente da cabeça foi medido em 18 participantes quando eles estavam realizando três tarefas comuns de smartphone (mensagens de texto, navegação na web, assistir a vídeos) sentados e em pé em um ambiente de laboratório. Verificou-se que os participantes mantiveram a flexão da cabeça de 33-45 ° (ângulo do 50º percentil) da vertical ao usar o smartphone. O ângulo de flexão da cabeça foi significativamente maior ($p < 0,05$) para mensagens de texto do que para as outras tarefas e significativamente maior quando sentado do que em pé. Os resultados do estudo sugerem que as mensagens de texto, que é uma das categorias de aplicativos de smartphone mais usadas, pode ser um dos principais fatores que contribuem para a ocorrência de dores no pescoço em usuários pesados de smartphones.

Durante a etapa de análise dos processos discursivos das publicações supracitadas, fez-se necessário a promoção do debate para estabelecer os pontos a serem corroborados e refutados, tomando como base o objetivo do trabalho. Destarte, a literatura científica se amplifica promovendo um enriquecimento sobre a temática.

Inicialmente, é interessante arguir que os principais desencadeantes de dores musculoesqueléticas referidos pela literatura médica são: o trabalho repetitivo, longos períodos de flexão cervical, estresse aumentado no trabalho, fumo e traumatismos prévios do pescoço e ombros (Falavigna, 2011).

Corroborando com Falavina et al. (2011), Cevik et al. (2020), fazem uma abordagem inicial citando que a dor no pescoço está se tornando um grande problema de saúde na sociedade atual, e uma das causas mais importantes disso é provavelmente o aumento do uso de dispositivos portáteis. Em seu estudo transversal, foram incluídos adultos jovens com idade entre 20 e 35 anos, que compareceram ao ambulatório devido à dor no pescoço entre os anos de 2016 e 2018, foram examinados.

Analisando o quadro clínico dos pacientes, foi constatado que um fator em comum a todos os participantes da pesquisa era o uso de smartphones, como asseveram (Lee et al., 2006; Falavina et al., 2011; Lee et al., 2015; Kietrys et al., 2016) “muitos usuários de

dispositivos portáteis móveis utilizam essas máquinas em uma posição não neutra do pescoço, com a cabeça inclinada para a frente e o pescoço flexionado a 20 ° ou mais”. Esta afirmação direcionou a pesquisa para análise da correlação entre postura e uso dos dispositivos, mas do ponto de vista degenerativo, ou seja, voltando os olhos para o desgaste real discal da cervical. Concluindo que ao observar dados da ressonância magnética da coluna cervical de pacientes adultos com dor no pescoço, mostra que o tempo de uso do smartphone é um fator de alerta na interrupção do equilíbrio sagital cervical, e degeneração do disco.

No segundo artigo, uma pesquisa de cunho transversal, Correia et al., (2021) levantaram a hipótese de que a postura inadequada do pescoço adotada ao enviar mensagens de texto e ler em um smartphone, chamada de “*Neck Text*”, está relacionada ao aumento da prevalência de dor no pescoço. Para tanto, foram selecionados 582 voluntários com idade entre 18 e 65 anos. Foi considerado como base da pesquisa um formulário com questões sociodemográficas, antropométricas, de estilo de vida, psicossociais, dor cervical e uso de smartphone autorrelatadas.

Os participantes da pesquisa foram avaliados medindo-se o ângulo de flexão cervical dos participantes em pé e sentados enquanto digitavam um texto em seus smartphones, usando o dispositivo Cervical Range of Motion (CROM).

Ainda, segundo os autores, a análise de regressão logística múltipla e a análise de regressão linear mostraram que o ângulo de flexão cervical do participante em pé usando um smartphone não se associou com a prevalência de dor no pescoço (OR <0044> = <1,00; IC 95%: 0,98 a 1,02; p <= 0,66), frequência de dor cervical (OR <0044> = < 1,01; IC 95%: 1,00 a 1,03; p + = <0,056) ou intensidade máxima da dor no pescoço (coeficiente beta + = + - 5,195 * 10; IC de 95%: -0,02 a 0,02; p <= 0,99).

Além disso, o ângulo de flexão cervical do participante sentado usando o smartphone não se associou à dor no pescoço, o que refutou parcialmente a hipótese inicial, porém numa nova observação, levando em consideração a relação entre postura x tempo, frequência de dor no pescoço, ou pescoço máximo intensidade da dor (coeficiente beta = <0,002; IC 95%: -0,002 a 0,02; p <= = 0,71). Como resultado, os autores concluíram que dores no pescoço não foram associados à prevalência de dor cervical, frequência

de dor cervical ou intensidade máxima de dor cervical em adultos, mais que fator tempo e mau posicionamento ergonômico causam dores e diferentes graus e níveis.

Na revisão sistêmica de Zirek et al., (2020), foram analisados os principais bancos de dados utilizando palavras-chave como 'telefone celular', 'smartphone', 'dor musculoesquelética', 'dor', 'sintomas musculoesqueléticos' e 'patologia musculoesquelética'. A revisão demonstrou que a prevalência de cervicalgia entre usuários de telefones celulares e variou de 8,2% -89,9%, e que queixas de pescoço e parte superior das costas tiveram a prevalência mais altas taxas variando de 55,8% a 89,9%.

Os estudos que abordaram a questão de estudantes universitários, como por exemplo de Regiani et al., (2019) trouxeram contribuições mais relevantes. O estudo com abordagem quantitativa do tipo transversal, ouviu 522 universitários com idades entre 18 e 26 anos e como resultante constatou a alta incidência com tendência dos participantes a apresentarem sintomas de dores musculoesqueléticas em relação aos métodos de digitação em smartphones. Divergindo do resultado da pesquisa anterior, Regiani et al., (2019) conclui que “na população de estudantes universitários, a posição de digitar no smartphone e o tempo de uso estão associados à presença de dor na região cervical”.

Por fim, analisando os trabalhos catalogados percebemos que há pontos de divergência e pontos de intercessão quanto a dor relacionada a cervical e ao uso de smartphones em específico. A Perda da curvatura natural gera tensão em toda a estrutura e a carga sobre a coluna cervical aumenta à medida que a cabeça é flexionada para frente causando danos consideráveis aos tecidos que suportam a cabeça e o pescoço, incluindo os músculos, ligamentos e articulações (Hansraj, 2014; Kee et al., 2016).

4 CONCLUSÃO

Diante das informações expressadas anteriormente, inferiu-se que o uso do smartphone pode ser considerado um dos gatilhos geradores de dores musculoesquelética da região do pescoço, e que a permanência de uma postura

inadequada, afeta significativamente a saúde dos pacientes com quadros de cervicalgia devido ângulo do mesmo durante o uso.

Os resultados obtidos na análise dos artigos, indicaram que há pontos divergentes, quanto as metodologias e forma de analisar, e pontos convergente quanto a comprovação da correlação entre a presença de dor no pescoço, em indivíduos que usam smartphone durante longas jornadas.

Evidenciamos que a prevalência de dores na região cervical, tem sido queixa de muitos pacientes e que a projeção do aumento de casos é consequência da alta dependência da tecnologia, em específico a telefônica, devido a frequência maior de uso de smartfones.

Desta forma, a partir desse estudo e das discussões apresentadas no processo, é possível indicar que a melhor postura a ser tomada durante o uso do smartphone, é a posição neutra do pescoço, com a cabeça inclinada para a frente e o pescoço flexionado a 20 ° ou que gere menor projeção anterior da cabeça e, assim, que cause menor carga à região cervical, podendo variar de acordo com cada usuário e suas características físicas.

Torna-se válido também a construção de novos estudos sobre a temática escolhida com a intenção de amplificar os saberes sobre as repercussões que o uso de smartphone em uma postura inadequada pode ocasionar sérios problemas, tais como desconfortos, dores musculoesqueléticas e desgaste discal.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos a Deus pela vida, sustento e vigor para desenvolver esta pesquisa;

Aos nossos pais que foram nosso alicerce e que não mensuram esforços para nos apoiar em nossos desafios;

Ao nosso orientador que nos deu todo amparo científico e repassou conhecimento afim de nos ajudar na construção desse trabalho;

A todos os nossos professores, que além de nos ensinarem são amigos em horas precisas, todos são referências para a nós.

5 REFERÊNCIAS

Barnes, P. M., Bloom, B., & Nahin, R. L. (2008). Complementary and alternative medicine use among adults and children: United States, 2007. *National health statistics reports*, (12), 1–23.

Cevik, S., Kaplan, A., & Katar, S. (2020). Correlation of Cervical Spinal Degeneration with Rise in Smartphone Usage Time in Young Adults. *Nigerian journal of clinical practice*, 23(12), 1748–1752. https://doi.org/10.4103/njcp.njcp_605_19

Correia, Igor Macedo Tavares MScA; Ferreira, Arthur de Sá PhDa; Fernandez, Jessica MScA; Reis, Felipe José Jandre PhDb,c; Nogueira, Leandro Alberto Calazans PhDa,b; Meziat-Filho, Ney PhDa Association Between Text Neck and Neck Pain in Adults, *SPINE*: May 1, 2021 — Volume 46 — Issue 9 — p 571–578 doi: 10.1097/BRS.0000000000003854

Côté, P., Cassidy, J. D., & Carroll, L. (1998). The Saskatchewan Health and Back Pain Survey. The prevalence of neck pain and related disability in Saskatchewan adults. *Spine*, 23(15), 1689–1698. <https://doi.org/10.1097/00007632-199808010-00015>

DANTAS, FERNANDO LUIZ ROLEMBERG et al. Hérnia de disco cervical gigante: relato de caso. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria* [online]. 1999, v. 57, n. 2A [Acessado 9 Novembro 2021] , pp. 296-300. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0004-282X1999000200022>>. Epub 06 Dez 2000. ISSN 1678-4227. <https://doi.org/10.1590/S0004-282X1999000200022>.

Eitivipart, A. C., Viriyarajanukul, S., & Redhead, L. (2018). Musculoskeletal disorder and pain associated with smartphone use: A systematic review of biomechanical evidence. *Hong Kong physiotherapy journal : official publication of the Hong Kong Physiotherapy Association Limited* = Wu li chih liao, 38(2), 77–90. <https://doi.org/10.1142/S1013702518300010>

Falavigna, Asdrubal et al. Instrumentos de avaliação clínica e funcional em cirurgia da coluna vertebral. *Coluna/Columna* [online]. 2011, v. 10, n. 1 [Acessado 9 Novembro

2021] , pp. 62-67. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1808-18512011000100012>>. Epub 05 Jul 2011. ISSN 2177-014X. <https://doi.org/10.1590/S1808-18512011000100012>.

Freislederer, F., Toft, F., Audige, L., Marzel, A., Endell, D., & Scheibel, M. (2021). Lateralized vs classic Grammont style reverse shoulder arthroplasty for cuff deficiency Hamada stage 1-3 - Does the design make a difference?. *Journal of shoulder and elbow surgery*, S1058-2746(21)00638-8. Advance online publication. <https://doi.org/10.1016/j.jse.2021.07.022>

Guan, X., Fan, G., Chen, Z., Zeng, Y., Zhang, H., Hu, A., Gu, G., Wu, X., Gu, X., & He, S. (2016). Gender difference in mobile phone use and the impact of digital device exposure on neck posture. *Ergonomics*, 59(11), 1453–1461. <https://doi.org/10.1080/00140139.2016.1147614>

Hansraj, K. K. (2014). Assessment of stresses in the cervical spine caused by posture and position of the head. *Surgical Technology International*, 25, 277-9.

Kee, I. K., Byun, J. S., Jung, J. K., & Choi, J. K. (2016). The presence of altered craniocervical posture and mobility in smartphone-addicted teenagers with temporomandibular disorders. *Journal of physical therapy science*, 28(2), 339–346. <https://doi.org/10.1589/jpts.28.339>

Kietrys, D. M., Gerg, M. J., Dropkin, J., & Gold, J. E. (2015). Mobile input device type, texting style and screen size influence upper extremity and trapezius muscle activity, and cervical posture while texting. *Applied ergonomics*, 50, 98–104. <https://doi.org/10.1016/j.apergo.2015.03.003>

Kim, H. J., DH, & Kim, J. S. (2015). The relationship between smartphone use and subjective musculoskeletal symptoms and university students. *Journal of physical therapy science*, 27(3), 575–579. <https://doi.org/10.1589/jpts.27.575>

Lee, H., Nicholson, L. L., Adams, R. D., Maher, C. G., Halaki, M., & Bae, S. S. (2006). Development and psychometric testing of Korean language versions of 4 neck pain and disability questionnaires. *Spine*, 31(16), 1841–1845. <https://doi.org/10.1097/01.brs.0000227268.35035.a5>

Lee, S., Kang, H., & Shin, G. (2015). Head flexion angle while using a smartphone. *Ergonomics*, 58(2), 220–226. <https://doi.org/10.1080/00140139.2014.967311>

Marques, Nise Ribeiro, Hallal, Camilla Zamfolini e Gonçalves, Mauro Características biomecânicas, ergonômicas e clínicas da postura sentada: uma revisão. *Fisioterapia e Pesquisa* [online]. 2010, v. 17, n. 3 [Acessado 9 Novembro 2021] , pp. 270-276. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1809-29502010000300015>>. Epub 05 Abr 2012. ISSN 2316-9117. <https://doi.org/10.1590/S1809-29502010000300015>.

Miller, K. J., Sittler, M. D., Corricelli, D. M., Dimura, D. N., & Comerford, J. S. (2007). Combination testing in orthopedic and neurologic physical examination: a proposed model. *Journal of chiropractic medicine*, 6(4), 163–171. <https://doi.org/10.1016/j.icme.2007.08.003>

Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z. et al. Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Syst Rev* 5, 210 (2016). <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>

Regiani Bueno, G., Garcia, L. F., Marques Gomes Bertolini, S. M., & Rodrigues Lucena, T. F. (2019). The Head Down Generation: Musculoskeletal Symptoms and the Use of Smartphones Among Young University Students. *Telemedicine journal and e-health : the official journal of the American Telemedicine Association*, 25(11), 1049–1056. <https://doi.org/10.1089/tmj.2018.0231>

Soares, Cassia Baldini et al. Integrative Review: Concepts And Methods Used In Nursing. *Revista da Escola de Enfermagem da USP* [online]. 2014, v. 48, n. 02 [Accessed 9 November 2021] , pp. 335-345. Available from: <<https://doi.org/10.1590/S0080-6234201400002000020>>. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S0080-6234201400002000020>.

Sousa, A. K. C. ., Silva, D. R. da ., & Sousa, D. S. de . (2021). Prevalence of neck pain in university students: an integrative review. *Research, Society and Development*, 10(14), e53101422004. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.22004>

Teoli D, Rocha Cabrero F, Ghassemzadeh S. Lhermitte Sign. [Updated 2021 Jun 29]. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2021 Jan-. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK493237/>

Tong, H. C., Haig, A. J., & Yamakawa, K. (2002). The Spurling test and cervical radiculopathy. *Spine*, 27(2), 156–159. <https://doi.org/10.1097/00007632-200201150-00007>

Wade, J. B., Price, D. D., Hamer, R. M., Schwartz, S. M., & Hart, R. P. (1990). An emotional component analysis of chronic pain. *Pain*, 40(3), 303–310. [https://doi.org/10.1016/0304-3959\(90\)91127-5](https://doi.org/10.1016/0304-3959(90)91127-5)

Yang, S. Y., Chen, M. D., Huang, Y. C., Lin, C. Y., & Chang, J. H. (2017). Association Between Smartphone Use and Musculoskeletal Discomfort in Adolescent Students. *Journal of community health*, 42(3), 423–430. <https://doi.org/10.1007/s10900-016-0271-x>

Zirek, E., Mustafaoglu, R., Yasaci, Z., & Griffiths, M. D. (2020). A systematic review of musculoskeletal complaints, symptoms, and pathologies related to mobile phone usage. *Musculoskeletal science & practice*, 49, 102196. <https://doi.org/10.1016/j.msksp.2020.102196>



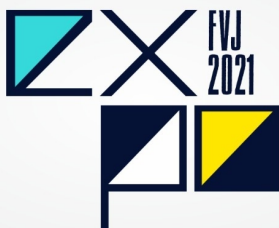
08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Pedagogia



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: Pedagogia

ÁREA: Educação

Reflexões sobre a acessibilidade e permanência no ensino superior: Revisão de literatura

Reflections on accessibility and permanence in higher education: Literature review

Jéssica Emanuela de Lima Feijó¹, Sandy Souza do Amaral², Dra. Márcia Skibick Araújo³

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: jessica.feijo@fv.br

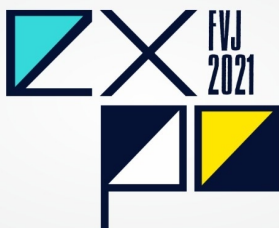
²Acadêmica do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: sandy.amaral@fvj.br

³Orientadora. Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe.

RESUMO

Devido às mudanças nas políticas públicas e na educação básica nos últimos anos, o número de alunos com deficiência ingressando no ensino superior tem sido evidente. Diante disso, deve-se priorizar a informação e as condições livres de barreiras oferecidas pelas instituições para garantir o estudo e permanência desses alunos na universidade. O estudo tem como objetivo refletir sobre a acessibilidade e permanência no ensino superior. Trata-se de uma revisão de literatura realizada na Scientific Electronic Library Online (SciELO) através do uso do termo indexador “*acessibilidade*” AND “*permanência*” AND “*ensino superior*”. Foram encontrados 13 artigos e aplicado o recorte temporal de 2016 a 2021, reduzindo-os para 10. Após pré-selecionados e analisados, oito convergiam com a ideia central. Os alunos requerem mais investimento nas qualificações dos professores relacionadas ao processo ensino-aprendizagem. Eles enfatizam que os professores devem usar mais recursos como o audiovisual, considerando o tipo de deficiência em termos de tempo e método de teste avaliativo, reduza a leitura excessiva, use mais estratégias de aprendizagem caracterizado para cada necessidade especial. Além disso, a instituição deve fornecer mais suporte para atender as necessidades educacionais especiais. Os alunos entendem que, a fim de garantir a permanência nesta instituição, que a faculdade deve prestar um serviço e/ou centro de apoio acadêmico e psicológico que os ajuda a resolver as dificuldades que enfrentam no contexto diário da universidade. Os educadores precisam saber mais sobre os materiais acadêmicos, e devem ser fornecidos aos alunos com antecedência para que os mesmos possam seguir o currículo, permitindo que eles participem das atividades de ensino.

Palavras-chave: Acessibilidade. Permanência. Ensino superior.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: Pedagogia

ÁREA: Educação

Análise sobre a inclusão de surdos no ensino superior: revisão de literatura

Analysis on the inclusion of deaf people in higher education: literature review

Jéssica Emanuela de Lima Feijó¹, Dra. Márcia Skibick Araújo²

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: jessica.feijo@fv.br

²Orientadora. Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe.

RESUMO

Este trabalho discute oportunidades educacionais para pessoas surdas levando em conta as limitações e avanços das políticas públicas de educação inclusiva. A base para que todos possam desfrutar de direitos iguais e receber educação é escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Brasil, 1948). A partir deste documento, o caminho percorrido para educar as pessoas com deficiência move-se em direção a um novo paradigma, baseado em termos de direitos humanos, igualdade e integração entre as diferenças como valor indivisível. O estudo tem como objetivo analisar sobre a inclusão de surdos no ensino superior. Trata-se de uma revisão de literatura realizada na Scientific Electronic Library Online (SciELO) através do uso do termo indexador “*surdos*” AND “*ensino superior*” AND “*inclusão*”. Foram encontrados 8 artigos e aplicado o recorte temporal de 2016 a 2021, reduzindo-os para 6. Após pré-selecionados e analisados, seis convergiam com a ideia central. Na sugestão mais direta, vem a indicação de adaptações necessárias à organização do vestibular, o mesmo incide em três áreas: a) Na preparação do edital de seleção de forma que expresse com clareza os recursos disponíveis para a realização do vestibular, e as normas de correção que a banca do vestibulo adotará; b) Durante o vestibular, será fornecido horário especial para cada tipo de deficiência e a forma adequada de obtenção das respostas do vestibular; c) Quando a prova for revisada, é necessário considerar as diferenças específicas inerentes a cada defeito para medir as áreas do conhecimento por meio de padrões compatíveis com as características especiais desses alunos. Neste sentido, cabe às instituições responsáveis pela organização dos exames desenvolverem ações que permitam a flexibilização dos serviços e infraestruturas educacionais, bem como a formação de recursos humanos, de forma a melhor responder às particulares necessidades dos candidatos com deficiência durante o exame, bem como após o ingresso na faculdade.

Palavras-chave: Surdos. Ensino superior. Inclusão.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2021 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Psicologia



16 a 18 de dezembro de 2020
Faculdade do Vale do Jaguaribe
ISSN 2525-9156

CURSO: PSICOLOGIA

ÁREA: SAÚDE

**A UTILIZAÇÃO DE JOGOS NA APRENDIZAGEM SOB O OLHAR DA ANÁLISE DO
COMPORTAMENTO: UM BREVE PARECER ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA**

**THE USE OF GAMES IN LEARNING FROM THE PERSPECTIVE OF BEHAVIOR
ANALYSIS: A BRIEF FEEDBACK THROUGH A BIBLIOGRAPHIC ANALYSIS**

Valeria Caminha¹

Letícia de Freitas Noronha²

Thahyana Mara Valente Lima³

¹ Psicologia – Faculdade do Vale do Jaguaribe - Valeria.caminha@fvj.br

² Psicologia – Faculdade do Vale do Jaguaribe – Leticia.noronha@fvj.br

³ Psicologia – Faculdade do Vale do Jaguaribe - Thahyana.valente@fvj.br

RESUMO

Os jogos denominados educativos são aqueles que têm seu objetivo didático claro, que são elaborados e adaptados para o a utilização em variados contextos, sendo estes formais ou informais, de ensino e usados para promover os processos de aprendizagem. Tendo em vista que a utilização de jogos pode promover a aprendizagem em diferentes contextos, este estudo foi construído a partir da revisão de bibliografias de pesquisas empíricas que utilizaram os jogos educativos em sua metodologia. O objetivo desse trabalho foi realizar uma pesquisa de revisão bibliográfica com o tema a utilização de jogos no processo de aprendizagem, sob o olhar da análise do comportamento. O desenvolvimento de jogos educativos é fundamental para o processo de ensino. O objetivo não é apenas criar um jogo, mas também um ambiente de ensino paralelo aos princípios de aprendizagem de forma geral.

Palavras-chave: Jogos. Aprendizagem. Psicologia. Análise do Comportamento.

1 INTRODUÇÃO

Os jogos fazem parte das culturas humanas e são objeto de estudo para diversas áreas, como a Filosofia, Sociologia, Educação e Psicologia. De acordo com Salen e Zimmerman (2012), o jogo é um sistema no qual os jogadores se envolvem em um conflito artificial, regido por regras, que leva a um resultado quantificável. Essa definição se aplica tanto a jogos digitais, quanto a jogos analógicos, como jogos de carta, tabuleiros, de interpretação, etc (apud PERKOSKI & SOUZA, 2015, p. 76).

Os jogos denominados educativos são aqueles que têm seu objetivo didático claro, que são elaborados e adaptados para a utilização em variados contextos, sendo estes formais ou informais, de ensino e usados para promover os processos de aprendizagem (PANOSSO, HAYDU, & SOUZA, 2015 apud PERKOSKI & SOUZA, 2015, p. 76).

Uma parcela dos analistas do comportamento tem interesse em investigar o porquê dos jogos, eletrônicos ou não, manterem o comportamento dos jogadores, como também verificar o efeito da utilização de jogos sobre determinados comportamentos-alvo (CF. MORFORD et al., 2014; PERKOSKI & SOUZA, 2015; SKINNER, 1986 apud AZOUBEL & PERGHER, 2017, p. 217).

O objetivo desse trabalho foi realizar uma pesquisa de revisão bibliográfica com o tema a utilização de jogos no processo de aprendizagem, sob o olhar da análise do comportamento e mostrar como as evidências empíricas do efeito de jogos atuam sobre o comportamento humano. Tendo em vista que

a utilização de jogos podem promover a aprendizagem em diferentes contextos, este estudo foi construído a partir da revisão de bibliografias de pesquisas empíricas que utilizaram os jogos educativos em sua metodologia, e posteriormente interpretados com base na análise do comportamento, para dessa forma ser identificado os processos comportamentais advindos dos jogos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Primeiramente, foi delimitado a problemática do trabalho e seus objetivos. A seguir, foi realizada uma revisão sistemática da literatura por meio da pesquisa bibliográfica de artigos publicados na base de dados SciELO e artigos publicados na revista Perspectivas, contando com o uso de palavras chave como jogos, aprendizagem, psicologia e análise do comportamento. Os artigos selecionados foram publicados no período de 2010 a 2019. Os critérios de inclusão foram artigos em português, inglês e espanhol, que apresentassem em sua discussão considerações sobre o papel dos jogos na aprendizagem e sua relação com a abordagem da análise do comportamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No meio educacional, é indispensável promover fatores que beneficiem e proporcionem situações para que comportamentos pré-determinados sejam emitidos, seguindo a linha de pensamento de Skinner (1968/1972 apud Panosso, Souza e Haydu 2015, p. 234). De acordo com o autor,

jogos e brinquedos possuem características naturalmente reforçadoras, prendendo a atenção das crianças por horas, pois eles informam sobre as mudanças que a criança pode fazer no ambiente em que está. A presença do reforço natural já seria o suficiente para levar a escolha desse instrumento como um meio para ajudar no processo de aprendizagem.

Segundo Skinner (1953/2003 apud Perkoski & Souza, 2015, p. 78), a Análise do Comportamento propõe o estudo científico do comportamento, que por sua vez é a interação entre o organismo e ambiente. Essas interações são estudadas por meio de unidades de análise, que seriam as relações funcionais entre estímulos e respostas. Essas relações podem ser respondentes em relação a um estímulo ambiental eliciador. Pode ser também operante, que é quando um comportamento é afetado pelos estímulos originados de sua ação em determinado contexto.

A análise do comportamento nasceu de uma posição behaviorista assumida por Skinner. Ele parte da premissa que há ordem e regularidade no comportamento. É como se um senso de ordem surgisse de uma observação estruturada do comportamento humano. O estudo científico do comportamento fortalece a experiência comum quando se demonstra mais das relações circunstâncias-comportamento, e quando demonstra essas relações de forma coerente (PERKOSKI & SOUZA, 2015, p. 78).

A seguir, algumas das premissas que sustentam e denominam os analistas do

comportamento: “ Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e são modificados pelas consequências de suas ações” (Skinner, 1957/1978 apud Todorov & Hanna, 2010); “A psicologia é o estudo da interação entre organismo e ambiente” (Harzem & Miles, 1978 apud Todorov & Hanna, 2010); Por meio da análise, se atinge os conceitos de estímulo e resposta. Um estímulo pode ser definido como sendo parte ou mudança em uma parte do ambiente ou do comportamento. Entretanto, um estímulo não pode ser definido sem uma resposta (KELLER & SCHOENFELD, 1950/1968 apud TODOROV & HANNA, 2010, p. 144).

Sobre o comportamento, de acordo com Schick (1971 apud Todorov & Hanna, 2010, p. 145), quando tomamos a iniciativa de produzir uma ciência do comportamento, somos enfrentados por dois obstáculos. O primeiro é dizer quanto do que ocorre no mundo é considerado comportamento. Segundo é o de selecionar unidades de comportamento. Não é necessário afirmar o que é comportamento antes de ser iniciado a construção de uma ciência do comportamento. Pode-se isolar algumas instâncias do comportamento e estudá-las, mesmo sem ter uma definição explícita do que é ou não o comportamento.

A proposta de Skinner é realizada com a análise dos comportamentos respondentes e dos comportamentos operantes. O comportamento respondente seria a relação entre um estímulo ambiental que causa uma resposta no organismo, como a dilatação e contração da pupila em relação a estímulos luminosos. Já o comportamento

operante seria a relação entre o que o indivíduo faz e o que ocorre no meio como consequência de suas ações (MOREIRA, SOUZA & HAYDU, 2019, p. 3, 4).

Salen e Zimmerman (2012) afirma que as características motivacionais do jogo estão ligadas a criação de interações lúdicas significativas entre jogadores/ ou jogador e o jogo. De acordo com os analistas do comportamento, essa interação lúdica interativa seria a maneira de falar de cada jogador. Para a construção de um jogo educativo, é preciso conhecer os processos de aprendizagem descritos pela análise do comportamento, as particularidades do jogo e elementos que os diferem de outros instrumentos institucionais (apud PERKOSKI & SOUZA, 2015, p. 79).

Neste contexto, pode-se citar também os jogos eletrônicos. Um dos setores que mais cresce atualmente no mundo é a indústria de jogos eletrônicos, gerando bilhões de dólares por ano (Cadin & Guérin, 2006; Gil & Warzynski, 2015 apud Azoubel & Pergher, 2017). Hoje em dia, as características dos jogos de vídeo game vêm sendo usadas em variados contextos como um meio de estratégia motivacional para aumentar a participação das pessoas em situações que ocorrem no dia-a-dia. O nome desse processo se chama gamificação (gamification). Esse é um processo inovador, que se define como a utilização de elementos presentes nos jogos eletrônicos em contextos além do entretenimento (DETERDING, SICART, NACKE, O'HARA, & DIXON, 2011 apud AZOUBEL & PERGHER, 2017, p. 217).

Skinner (1986) afirma que os jogos apresentam consequências reforçadoras e com baixa latência a cada uma das ações dos jogadores, tornando maior a possibilidade do jogar futuramente. Em relação aos jogos de azar, Skinner faz uma crítica à relação entre jogador e suas consequências. Ele destaca o baixo custo das respostas envolvidas, como por exemplo, rodar uma roleta ou puxar uma alavanca, e o esquema intermitente de reforçamento presente. Contextos desse tipo acabariam por selecionar padrões de comportamento de jogar em algo frequente, mas sem produzir consequências significativas a longo prazo (apud AZOUBEL & PERGHER, 2017, p. 217).

Segundo Swing, Gentile e Anderson (2009), algumas características dos jogos digitais possibilitam um ambiente de aprendizagem que pode resultar eventos duradouros tanto em disposição quanto em comportamento: a capacidade de controlar e ajustar o nível de dificuldade do processo de aprendizagem; a aplicação repetida de certas habilidades, formando um contexto de treino; a existência de um processo ativo de aprendizagem, uma vez que os jogadores precisem se focar para atingir os objetivos do jogo; a existência de feedbacks e de recompensas para as ações dos jogadores; a possibilidade de generalização de comportamentos específicos em vários contextos, uma vez que habilidades semelhantes são pedidas em jogos distintos (apud SARMET & PILATI, 2016, p. 19).

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

A análise do comportamento é o estudo científico do comportamento. Através dela observamos a interação do ambiente e do organismo nele inserido. Para a análise do comportamento, estudar a aprendizagem é estudar como o comportamento pode ser mudado. Um de seus objetivos é o desenvolvimento de tecnologias de ensino e aprendizagem baseados em promover condições para o desenvolvimento de comportamentos. Dessa forma, podemos perceber o quão próximo está a relação entre os jogos educativos e as metodologias de ensino que permeiam a análise comportamental.

No contexto atual, está cada vez mais presente a utilização de jogos educativos, sendo estes digitais ou não, no processo de ensino de escolas, casas e instituições no geral. Utilizar esses jogos como ferramentas de aprendizagem e promover o ensino através delas, é aproveitar o que a tecnologia tem a oferecer. O desenvolvimento de jogos educativos é fundamental para o processo de ensino. O objetivo não é apenas criar um jogo, mas também um ambiente de ensino paralelo aos princípios de aprendizagem de forma geral.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a minha família, meus orientadores e a Faculdade do Vale do Jaguaribe por propiciar essa oportunidade.

5 REFERÊNCIAS

AZOUBEL, Marcos Spector; PERGHER, Nicolau Kuckartz. Levantamento sobre a utilização de jogos na Análise do Comportamento Aplicada. **Perspectivas em análise do comportamento**, v. 8, n. 2, p. 215-225, 2017. Disponível em: <<https://revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/283/235>>. Acesso em: 01 Set. 2021.

MOREIRA, Gustavo Damasceno; SOUZA, Silvia Regina de; HAYDU, Verônica Bender. Princípios da Análise do Comportamento Aplicados à Análise de Jogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/9HRsgWSLpCV93nf5TGGTLrF/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2021.

PANOSSO, Mariana Gomide; SOUZA, Silvia Regina de; HAYDU, Verônica Bender. Características atribuídas a jogos educativos: uma interpretação Analítico-Comportamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, p. 233-242, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/SBRZ3rbWkWMkbwHtYGMBKqk/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 01 Set. 2021.

PERKOSKI, Izadora Ribeiro; DE SOUZA, Silvia Regina. " O Espião": Uma perspectiva analítico comportamental do desenvolvimento de jogos educativos de tabuleiro. **Perspectivas em análise do comportamento**, v. 6, n. 2, p. 74-88, 2015. Disponível em: <<https://revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/149/133>>. Acesso em: 01 Set. 2021.

SARMET, Mauricio Miranda; PILATI, Ronaldo. Efeito dos jogos digitais no comportamento: análise do General Learning Model. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 17-31, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5137/513754276002.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2021.

TODOROV, João Claudio; HANNA, Elenice S. Análise do comportamento no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 143-153, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/mxLr4CXqhTvFRppTrk3jTLL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 Set. 2021.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe
ISSN 2525-9156

CURSO: PSICOLOGIA

ÁREA: SAÚDE

**OS DESAFIOS DO ENSINO HÍBRIDO NO ESTUDO DA
PSICOBIOLOGIA PARA A PSICOLOGIA**

SILVA, João Ferreira de Souza¹

Prof. Orientador: WANDERMUREM, Adriana Valentim²

Informações do autor

¹joao.silva@fvj.br

²adriana.valentim@fvj.br

RESUMO

Hoje em dia, as mudanças sociais levam a acreditar que o grande desafio de uma universidade é formar um bom profissional de saúde, com um perfil criativo frente aos diversos problemas do cotidiano. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é explanar os desafios do ensino híbrido no estudo da Psicobiologia para a Psicologia. Trata-se de um relato de experiência da monitoria de Psicobiologia, realizada na Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), no período letivo 2021.2, com alunos do curso de Psicologia. Contudo, por conta da pandemia de Covid-19, as diversas mudanças de decretos estaduais e municipais, foi necessário executar um plano de trabalho de forma híbrida, respeitando o decreto sobre as porcentagem preconizadas pela OMS ao retorno das aulas presenciais. Por esse motivo, a metodologia de ensino precisou ser repensada e adaptada, para corresponder às expectativas deste novo e atual momento e, também, para contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem dos futuros profissionais de saúde da instituição. Para tanto, foram utilizadas as seguintes metodologias ativas: aprendizagem baseada em inquéritos (inquiry-based learning), através da elaboração de mapas conceituais/mentais dos temas selecionados; sala de aula invertida (flipped classroom), com apresentações de temáticas relativas ao conteúdo ministrado; gamificação (gamification), com atividades de revisão e/ou avaliativas. Em virtude dos fatos mencionados é imprescindível conscientizar-se que apesar das dificuldades encontradas na aderência ao ensino híbrido, no atual contexto já mencionado acima, as atividades da monitoria em questão se mantiveram, sem que houvesse o prejuízo acadêmico dos alunos do curso de psicologia da FVJ, mantendo assim a excelência esperada por alunos e professores .

Palavras-chave: Metodologias ativas - Psicobiologia - Remoto – Relato.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: Psicologia

ÁREA: Saúde

BENEFÍCIOS DE UMA MONITORIA ACADÊMICA

ELLEN DOS SANTOS SILVA (Faculdade do Vale do Jaguaribe; ellensantost@hotmail.com)

JOSE MAIA PEREIRA NETO (Faculdade do Vale do Jaguaribe; maia@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho trás uma experiência vivenciada por mim, Ellen dos Santos Silva, acompanhada e assistida pelo Professor/Orientador, Jose Maia Pereira Neto. Aqui falaremos sobre como a monitoria de forma geral beneficia o aluno que a exerce. Especificamente enquanto Monitora da disciplina de Introdução a Psicologia, do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), e o quanto ela contribuiu para minha formação, qual a função de um Monitor e quando ele se faz tão necessário no ensino-aprendizagem da turma.

Palavras-chave: Monitoria; Formação; Transexualidade, Docência

INTRODUÇÃO

A monitoria acadêmica consiste em basicamente dar condições para o início a pratica da docência, sendo através de atividades pedagógicas, desenvolvendo habilidades e competências referentes a esta atividade, que é desenvolvida pelo próprio estudante sempre orientado pelo professor/orientador, agregando conhecimentos para o aluno e fazendo-o conhecer a vida e o caminho acadêmico, dando a oportunidade de maior aprendizado à prática que leva a docência. No referido trabalho “Benefícios de uma Monitoria Acadêmica”, tenho como objetivo principal, mostrar os benefícios e grandezas do que é ser monitora em uma instituição de ensino, onde o reflexo de tudo que se passa e é vivido é considerado uma riqueza para nossa formação, mostrando de forma clara, prática e objetiva as atividades que foram desenvolvidas enquanto monitora da disciplina de Introdução a Psicologia na Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) e todas as contribuições para meu crescimento acadêmico e pessoal



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

METODOLOGIA

Há muitos anos a psicologia era algo muito abstrato e muito ligada a questões de espiritualidade e pelo senso comum. Porém, a mudança veio em 1879 quando Wundt fundou um Laboratório de psicologia experimental em Leipzig. E foi através desses estudos nesse laboratório, que de fato a psicologia passou a ser considerada uma ciência independente. A psicologia é uma ciência e ela está para o estudo da mente e do comportamento humano. Para Wilhelm Wundt, a psicologia pode ser resumida como uma ciência empírica cujo seu principal objetivo de estudo é a experiência interna ou imediata (Cf. Wundt, 1896a, 1896b).

Os métodos usados para realização de atividades são diversos e o meio de abordagem também. Introdução a Psicologia é uma disciplina ampla e que busca mostra o trabalho, atuação do psicólogo e a concretização de uma psicologia científicista. Em meio a todo meu tempo de monitoria, os meios utilizados eram slides de apresentação, onde todo o conteúdo de aula era estudado e resumido de forma breve e bem elaborada para que os alunos entendessem.

Durante toda a semana eu estava para tirar dúvidas relacionadas ao conteúdo e em semana de prova era passada uma revisão pratica e objetiva. Os alunos ficavam a vontade e a sala era muito aberta a questionamentos e opiniões.

Devido à pandemia do COVID-19, as medidas sanitárias e decretos estaduais e municipais precisavam ser seguidos a risca afim de evitar contaminação, então, os encontros e aulas aconteciam de modo remoto, mas isso não foi em nenhum momento um empecilho e jamais retirou nosso empenho e dedicação para tudo que queríamos passar, além do mais, os alunos eram muito participativos e contribuintes com toda a aula. Quando existiam dúvidas, eles me contatavam e relatavam via WhatsApp, e com isso as questões eram levadas para meu Orientador, para sala de aula, debatidas e em sua grande maioria resolvidas. A frequência da monitoria sempre foi preenchida todos os meses e sempre tínhamos encontros, reuniões com o Professor/Orientador para tratarmos de assuntos pertinentes a aula.

O processo de monitoria é e sem dúvidas sempre será o de maior abrangência de ensino e conhecimento. É através dele que a atividade para os acadêmicos é praticada e assim o desejo alimentado, visto que a função de um monitor é estar em contato direto com o professor/orientador e seus alunos, discutindo, ministrando aulas com seu auxílio e contribuindo para a promoção desse conhecimento que com toda certeza será sempre enorme.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

A monitoria requer tempo, disciplina, criatividade, conteúdo, conhecimento e muito jogo de cintura.

O papel do aluno monitor é mostrar de forma clara todo aquele conteúdo que está sendo explanado, visto que o aluno que presta o processo de monitoria para alguma disciplina necessita ter passado e ter tido um bom aproveitamento dela para que assim tudo se torne fluido e evolutivo, além de acendermos em outros o interesse e vontade de um dia entrar para a monitoria, fazendo-o ter a experiência de atividade de docência. É óbvio falarmos que uma grande contribuição para fixação desse conteúdo venha da parte dos alunos que estão recebendo, pois do que adianta haver um planejamento todo trabalhado para que a turma não entejara? Então sim, se faz necessário que seja algo dinâmico e que não fuja da linha.

A monitoria acadêmica vem para um crescimento do aluno que exerce o papel de monitor e de forma objetiva pode-se ser dita que a monitoria é um marco na vida do estudante, pois o conteúdo que é passado por ele vem de noites de estudos, esforços, planejamento pessoal e saber que tudo isso pode ser superado e vivenciado é sem dúvidas muito gratificante, visto que esse é um exercício para prática da docência exalta os ânimos e traz inúmeros benefícios.

Ser monitora e ser uma mulher transexual é arrebatador, pois que imaginaria uma mulher transexual hoje em uma universidade, encarregada por cargos políticos, religiosos dentre tantos outros espaços. Ser essa pessoa que experiência tudo isso é enaltecido e um divisor de águas. Saber que posso galgar mais espaços e partilhar de tudo aquilo que aprendi para pessoas que me olham como pessoa, que me chamam para tirar dúvidas, que me olham no olho e me escutam, é poder saber que posso propiciar uma discussão em pautas extremamente relevantes quanto uma estudante de psicologia trans.

O mercado de trabalho é falido, escasso e depressor, pois quantas garotas não tem a mesma oportunidade que a minha, que conto com todo apoio de uma família, que estão presentes em minhas decisões e ainda sim me dizem para voar mais alto. Ser monitor é isso, é ver um mundo gigante, repleto de oportunidades e além de tudo é ver um mundo melhor, onde pessoas estão cada vez mais buscando conhecimento e informações para atender e tratar de modo como deve ser tratado todo e qualquer ser humano. É poder olhar e dizer: Como tem sido encantador e rico todos os momentos, mesmo que me modo virtual; o calor humano não existe enquanto presencialidade, mas o sentimento de sala de aula é muito.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

O principal objetivo do monitor nesta disciplina é mostrar os mais variados e diversos campos existentes para nossa atuação enquanto psicólogos em formação, pois a incerteza de algo a ser estudado ainda é grande para muitas pessoas, tanto é que em relatos dos alunos, o que mais comentavam quando lançávamos a pergunta: O que lhe fez escolher a psicologia? Em grande maioria a resposta era: Entrei por curiosidade para saber se me encontrava. E sim, a identificação é quase imediata. Então levar essa chance de mostrar que a psicologia é um campo vasto e inovador, é importante.

O saber psicológico não se resume apenas a um conhecimento específico, mas em vários, por isso chamam-se as psicologias. Os grandes desafios sempre foram os primeiros momentos de conhecer os alunos novos, pois cada um traz consigo uma bagagem de histórias vividas e tratadas de formas diferente. Assim, todas as contribuições sempre foram validas, visto que somos seres em constante evolução, seria injusto invalidarmos toda forma de pensar do outro. Então a monitoria vem com um olhar humanizado, pois além de precisarmos acolher, eles precisavam se sentir acolhidos e sentir-se parte da grande família.

A psicologia percorre vários caminhos, e bem grandes por sinal, pois existem áreas para lá de nossa imaginação em que os psicólogos são habilitados a atuarem descritas na resolução CFP 13/2007, sendo elas: Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicopedagogia, Psicomotricidade; Psicologia Social; Neuropsicologia, e cada uma delas abraçam um leque de caminhos, com pesquisas de campo, familiar, pessoal, grupos, casal, entre outros.

Dentre todo mundo, existem pessoas incríveis, e isso é visto dentro do curso enquanto visão de monitora, porque saber de quanta visão grandiosa de humanidade existe em uma sala, é muito lindo, e cada caminho de palavras era um encontro emocionante de si mesmo, ouvindo sempre falarem, é isso mesmo que quero para minha vida. E posso dizer que esse é o caminho para mim também. Tem disso momentos riquíssimos e conteúdos muito bem explorados, me fazendo crescer em conteúdos e me fazendo buscar aprender mais e mais. São tantas histórias colocadas quando se fala em: o que é psicologia para você, o que faz um psicólogo e como você o vê, por que é uma visão própria e original.

Os arquétipos estão para mostrar a grandiosidade de uma psicologia que traça vários caminhos e percorrem pensamentos como um flash. Diria eu para ser mais precisa como um impulso de um neurônio, que carregam informações imediatas e transformam concepções, não



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

só mudando, mas moldando toda uma estrutura funcional. Somos seres biopsicosociais e espirituais, então somos recheados de informações que são extremamente prazerosas para de serem estudadas.

A psicologia está na pessoa, em sua maneira de agir, em como ela vê o mundo e da forma em que ela vivencia toda sua história de vida. Psicologia do senso comum está em todos, na conversa que temos com amigos, nos conselhos dados e recebidos, amigos que sabem ouvir lamurias e desejos desesperados por respostas, são pessoas que dão o ombro para o outro secar suas lágrimas, são ideias que muitas vezes são colocadas a serem seguidas, como: Amigo, você está sofrendo por um relacionamento tão conturbado, tão doentio, pois você só chora e se doa tanto para uma pessoa que não demonstra o mesmo. Sai dessa e busca algo melhor. Sabe que sempre vou apoiar você e estou para o que der e vier. Psicologia do senso comum é isso.

A psicologia enquanto ciência baseasse em evidências, explora o sujeito em seu mais profundo ser e busca compreender seus desejos, lamurias e frustrações baseadas em evidências, fazendo assim uma melhor compreensão daquilo que está sendo apresentado, na intensidade do que está sendo dito. Não é achismo e muito menos jogos. São evidências. A psicoterapia é a principal chave para um desdobramento quando a psicologia como ciência. Precisamos colocar e normalizar a psicologia para todos, e não

para “Loucos”, como ainda é comumente vista. É necessário romantizarmos a terapia, embora em algumas vezes ela doa, mas é para o bem e faz crescer.

A psicologia tem suas raízes na filosofia. Aristóteles (séc. IV a C.), importante filósofo, foi considerado por muitos o autor do primeiro estudo de psicologia intitulado “Acerca da Alma”. Mas para se tornar uma ciência independente ela precisou se desligar de suas origens para fazer uso de métodos bem-sucedidos dentro das ciências físicas e naturais. Antes de tudo isso existiu as escolas de pensamento, como o próprio nome já sugere, são grupos de pensadores e também pesquisadores que se associam de forma ideológica ou geográfica a um líder de algum movimento. As escolas foram; Estruturalismo; Funcionalismo; Associacionismo; Behaviorismo; Gestalt e Psicanálise.

As três últimas escolas do final do século XIX que impulsionaram a psicologia como ciência foram; Estruturalismo, que tinha como objeto de estudo a estrutura da consciência, por meio da introspecção qualitativa, com o Edward Titchner (1867-1927) seguidor de Wundt. O



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Funcionalismo, que tinha como objeto de estudo a consciência, com o método de observação introspectiva e outras técnicas com William James (1820-1903). E o Associacionismo, que tinha como objeto de estudo o comportamento aprendido com o método que consistia em associações entre estímulo e resposta com Edward Thorndike (1874-1949).

As novas escolas surgiram no século XX. Que foram elas o Behaviorismo que o termo behavior em inglês é comportamento, o objeto de estudo era o comportamento observável, de modo experimental, com o John Watson (data). A Gestalt, que tem por objeto de estudo a percepção e pensamento como totalidade com o método de introspecção inicial por Max Wertheimer (1880-1943), Wolfgang Kohler (1887-1967) e Kurt Koffka (1886-1941). E também a Psicanálise, que tem como objeto de estudo o inconsciente, com o método analítico através da associação livre, com o Sigmund Freud (1856-1939). A psicologia está em constante evolução. Assim somos nós.

As psicologias são de fundamental importância para conhecimento, pois desde o seu nascimento até tornar-se uma psicologia científica, ela enfrentou vários percalços e mudanças, mas sempre com o intuito de largar-se de outros fundamentos para ter seu caminho próprio baseado não no abstrato. e que caminho, hem? com grandes pensadores, estudiosos, pesquisadores e muitos alunos na sede da busca pela aprendizagem, vamos construir um conhecimento juntos e mostrar que a psicologia veio para ficar, embora muito nova no Brasil, a psicologia se mostra de fundamental importância para entender os fenômenos que acontecem no emaranhado de nossas vidas.

Conhecer o lugar que se vive, as pessoas ao seu redor, seu núcleo familiar e social faz de nós seres humanos dotados de conhecimento, pois somos ricos em cultura. A monitoria tem dessas, que entre uma aula e outra, questionamento e outro, vem a grande visão de ambiente, além de novas amizades construídas devido ao vínculo com os

mesmos. Contribui ainda não só para minha formação, mas também para minha vida pessoal, me fazendo refletir o quão bom é estudar e ensinar. Minha experiência é uma das melhores, pois levarei na bagagem muitos conhecimentos e pude conhecer mais sobre a docência e como ela funciona. É transformador.

Por que tememos tanto a apresentação em público? Será medo da rejeição; medo do novo? Nunca saberemos até onde conseguimos chegar se não passarmos pela experiência de viver, que além de nos dar uma resposta, é generosa com o que vem depois, que é o reconhecimento



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

e sentimento de gratidão. Não somos limitados. Somos capazes de mostrar todo nosso potencial e brilharmos em situações que jamais possamos imaginar. Só precisamos de coragem e determinação para não desistir. O resto é consequência.

RESULTADOS E DISCURSÃO

Durante todo o período de monitoria, estive acompanhando de perto dois novos semestres, ou seja, duas novas turmas que ingressaram na universidade. Todos bem ansiosos e também receosos sem saber o que pensar e nem o que esperar de tudo tão novo, além de muitos terem saído diretamente do ensino médio, a visão era um pouco diferente de um ensino superior. As contribuições dos alunos foram em graus elevados e todas as dúvidas sempre foram sanadas, e no decorrer de todas as apresentações de aulas tivemos bons entendimentos.

As dúvidas que surgiam em tiradas ainda em sala, e quando assim não era mais possível, os alunos entravam em contato via e-mail ou WhatsApp para maiores esclarecimentos, e as questões duvidosas eram levadas a sala de aula para que todos pudessem compartilhar da mesma experiência, visto que a dúvida de um poderia ser a dúvida do outro. Grande parte dos alunos estão em uma primeira graduação, e outra parte vem de uma segunda, carregando mais informações acadêmicas.

Em todo o tempo da referida monitoria, os alunos apresentaram conhecimentos das áreas trabalhadas e principalmente colaboraram muito para o processo de ensino-aprendizado, pois era sempre uma troca de conhecimentos e discussões. As revisões que anteciam as provas eram cruciais para deixá-los mais a vontade e confiantes, isso refletiu em boas notas e bons resultados, mostrando-nos que tudo aquilo que estava sendo apresentado estava fazendo sentido e trazendo conhecimento de forma clara.

Em todo o momento tivemos assistência do professor/orientador, que introduziu uma variedade de conteúdos para todos, visto que a psicologia é uma área nova, extensa e muito ampla para atuação, e toda essa área necessita ser explorada, porque assim teremos inovações e maiores conhecimentos. Contudo, os resultados em forma geral têm apresentado bom desempenho por parte dos alunos e também por parte de minha monitoria. Estive em constante contato para fortalecimento de vínculos e gerar confiança.

Foram muitos os desafios e as dificuldades enfrentadas inicialmente, tendo em vista a responsabilidade que é seguir sendo monitora. É algo grandioso e que precisa de responsabilidade e empenho. Foram momentos incríveis e de muito aprendizado, pois a cada contato surgia algo novo. Estive muito ativa e buscando sempre novos conteúdos e informações para serem passadas, além do mais, temos projetos de extensão, que é mostrar



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

aquilo que fazemos para a sociedade. É uma forma de nos apresentarmos enquanto estudantes e futuros profissionais de áreas afins.

Assim, todo esse conteúdo deveria ser debatido em sala e em grupo, pois cada um tinha uma função, concluindo com todos participando, até por que essa era a real intenção. Os resultados mostrados por todos os alunos foram cruciais para mim, pois saber que aquilo que está sendo passado está fazendo sentido é muito importante. Todos mostraram estar aprendendo e prova disso eram os trabalhos apresentados e provas concluídas com sucesso. Para mim, o meu máximo foi o mínimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem não quer contribuir para o ensino-aprendizagem do outro além de seu crescimento pessoal e acadêmico? Seria hipócrita em falar que todos querem, pois muitos não se importam com a potencialidade que o outro tem e subestima-o. O quão é gratificante saber que tudo aquilo que foi estudado, repassado e entendido foi enriquecendo sua forma de olhar o mundo. Os foram e são gigantes, até por que é necessário ordem e disciplina para que de fato tudo seja efetivo.

A monitoria é um momento riquíssimo onde eu poderia passar anos me dedicando a mostrar para o mundo de forma encantadora todo o assunto novo que a mim era desafiado. Além do mais, escolher uma área para se comprometer é muito importante, pois isso vai refletir no quanto você quer buscar mais desse conhecimento. A monitoria acadêmica me fez abrir os olhos para o ensino, onde pude perceber a grandiosidade da maior máquina estudada, que é o homem.

Hoje e durante todo esse processo, pude perceber o quão cresci enquanto pessoa, o quanto evolui e me desenvolvi quanto acadêmica. Conhecer novas pessoas, novos alunos, o trabalho desenvolvido pela docência e ouvir toda forma de pensar é fascinante e arrebatador. Tudo isso me fez flutuar com os pés no chão, pois pude perceber a magnitude que podemos alcançar. Contribuindo para minha formação, a monitoria me abriu os olhos para a docência e desbravar os desafios que é imposto a categoria é brilhante.

Sem dúvidas a monitoria foi o meu maior desafio já enfrentado dentre todos, e digo mais, foi o melhor deles. Pois sei o quanto posso repassar aquilo que vi, aprendi e vivi. Para minha formação, este foi o marco de contribuições, porque sei da profissional que serei. É de encantar os olhos poder colher tão bons resultados, onde em um “entendi”, te faz acreditar que o objetivo foi alcançado. Serei sem dúvida alguma um novo ser, uma máquina toda marcada por conhecimento e realização.

Não foi, não é, e nunca será fácil passar por muitas situações sem marcas, sejam elas boas ou ruins, mas o importante é saber que elas são o reflexo de tudo aquilo que vivenciamos e que de alguma forma aprendemos com tudo isso. É necessário sempre buscarmos o ensino, pois ele nos faz evoluir em todos os aspectos, inclusive na forma de ver o outro e o modo em que ele pensa. Ser monitora é gratificante e saber que tudo valeu a pena é melhor ainda, pois ser reconhecida e receber feedback positivos faz com que a intenção de continuar permaneça.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

Os alunos tiveram bons resultados e obtiveram um grande êxito na disciplina, além de mostrarem interesses nas áreas de atuação do psicólogo que é ampla. Os questionamentos se fazem necessário para aprimorar aquilo que já viemos estudando, então reforçamos mais ainda tudo que é colocado. Os mesmos fizeram trabalhos sobre áreas de atuação e apresentaram em formas de slides, vídeos, e então escancararam o empenho que tiveram para mostrar a todos o quão rico é ser um profissional da psicologia. Espero continuar contribuindo para com todos com meus conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar agradecendo a Deus pela imensa oportunidade em vida, a meus pais que sempre foram meu porto seguro, minha rocha e sou alicerçada neles. Agradecer ao Professor Jose Maia Pereira Neto pelo brilhante acompanhamento em todo esse tempo que fui monitoria de uma de suas disciplinas. Agradeço a coordenação da monitoria, que sempre esteve para todos os momentos de dúvidas e encontros com todos os outros alunos monitores, buscando resolver nossos anseios. Agradeço também a Instituição de Ensino FVJ por propiciar tantos desses momentos e oportunidades que temos de nos aprimorarmos. Sei que o mérito de tudo isso vai para meu esforço, empenho e dedicação, que mesmo com uma vida de trabalho e estudos bem corrida, consegui cumprir com minhas obrigações e estar sempre quando preciso. Saio desse processo com uma visão ampla e brilhante, pois a docência não é fácil e isso vemos na prática, mas que é de fato muito gratificante.

Sou grata a todas as pessoas que me mantiveram e me apoiaram desde o processo inicial de seleção, que pensei sinceramente que não conseguiria e hoje estou aqui para encorajar os demais a também embarcarem nessa espaçonave que meche em todos nossos sentidos e nos faz a todo momento refletir sobre tudo. Obrigada a todos os meus familiares e amigos que estiveram comigo nessa empreitada, dando ideias do que poderia ser feito e onde poderia ser melhorado.

Obrigada a todos!

REFERÊNCIAS

<https://www.scielo.br/j/ss/a/YpGvJRjbDNyJzrks7wN8jp/?lang=pt>

<https://blog.maxieduca.com.br/psicologia-ciencia-concurso/#:~:text=Por%C3%A9m%2C%20tudo%20isso%20mudou%20no,considerada%20uma%20ci%C3%Aancia%20de%20fato>

<http://www.crp09.org.br/portal/orientacao-e-fiscalizacao/orientacao-por-temas/areas-de-atuacao-do-a-psicologo-a#:~:text=A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20psic%C3%B3logo%20o,%3B%20Psicologia%20Cl%C3%ADnica%3B%20Psicologia%20Hospitalar%3B>

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.florence.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/GUIA-DA-MONITORIA.pdf&ved=2ahUKEwj_r66by9TzAhVHrJUCHbpCAwwQFnoECAQQBg&usg=AOvVaw2UoG_t7eUp9JFv0tEq1xNC&cshid=1634581730347

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://sabercom.furg.br/bitstream/123456789/134/3/M_dulo_2_Constru_o_hist_rica_da_Psicologia_como_ci_ncia.pdf&ved=2ahUKEw5Pya-tLzAhUOIJUCHbBHBAoQFnoECACQAQ&usg=AOvVaw2d59ers1pULYSYixWq17RY

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://sabercom.furg.br/bitstream/123456789/134/3/M_dulo_2_Constru_o_hist_rica_da_Psicologia_como_ci_ncia.pdf&ved=2ahUKEw5Pya-tLzAhUOIJUCHbBHBAoQFnoECACQAQ&usg=AOvVaw2d59ers1pULYSYixWq17RY

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://sabercom.furg.br/bitstream/123456789/134/3/M_dulo_2_Constru_o_hist_rica_da_Psicologia_como_ci_ncia.pdf&ved=2ahUKEw5Pya-tLzAhUOIJUCHbBHBAoQFnoECACQAQ&usg=AOvVaw2d59ers1pULYSYixWq17RY

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://sabercom.furg.br/bitstream/123456789/134/3/M_dulo_2_Constru_o_hist_rica_da_Psicologia_como_ci_ncia.pdf&ved=2ahUKEw5Pya-tLzAhUOIJUCHbBHBAoQFnoECACQAQ&usg=AOvVaw2d59ers1pULYSYixWq17RY

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://sabercom.furg.br/bitstream/123456789/134/3/M_dulo_2_Constru_o_hist_rica_da_Psicologia_como_ci_ncia.pdf&ved=2ahUKEw5Pya-tLzAhUOIJUCHbBHBAoQFnoECACQAQ&usg=AOvVaw2d59ers1pULYSYixWq17RY

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://sabercom.furg.br/bitstream/123456789/134/3/M_dulo_2_Constru_o_hist_rica_da_Psicologia_como_ci_ncia.pdf&ved=2ahUKEw5Pya-tLzAhUOIJUCHbBHBAoQFnoECACQAQ&usg=AOvVaw2d59ers1pULYSYixWq17RY



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: Psicologia

ÁREA: Saúde

Violência sexual infantil: impactos no desenvolvimento orgânico, comportamental e psicossocial.

Child sexual violence: impacts on organic, behavioral and psychosocial development.

Vanessa Fernandes de Oliveira¹, Thahyana Mara Valente Lima²

¹Estudante do curso de Psicologia; e-mail: vanessa.oliveira@fvj.br

²Psicóloga. Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Aracati, CE. E-mail: thahyana.valente@fvj.br

RESUMO

Esta pesquisa busca apresentar o impacto que eventos traumáticos, em especial a violência sexual, causam no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Ao esclarecer os efeitos que a vitimização infantil tem sobre a aprendizagem, a socialização, o comportamento, os relacionamentos e à saúde física e mental nessa faixa etária que é decisiva na formação do indivíduo, pretende-se fornecer argumentos que respaldam a importância da capacitação de profissionais, tanto os da rede de ensino, quanto os de serviços de atendimento e acolhimento.

Palavras-chave: Violência sexual; Desenvolvimento infantil; Impactos; Eventos traumáticos.

1. INTRODUÇÃO

A vitimização de crianças e adolescentes como um fator de risco ao desenvolvimento saudável de suas faculdades físicas e mentais tem sido uma preocupação relevante na atualidade. Dentre as várias formas de vitimização, daremos ênfase aqui nos casos que envolvem violência sexual, seguindo a definição da Organização Mundial de Saúde - OMS (2018) que a reconhece como sendo todo ato sexual, tentativa de consumir um ato ou insinuações sexuais quando não houver consentimento da outra parte envolvida ou esta não estiver em condições físicas e psicológicas para isso.

No Brasil, dados do Ministério da Saúde colhidos em 2018 mostram o aumento da notificação de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, entre os anos de 2011 e 2017, em 64,6% e 83,2%, respectivamente. Vale lembrar que a estimativa é de que apenas 10% dos casos sejam realmente notificados às autoridades (CHILDHOOD, 2019).

Partindo disso, o presente trabalho irá abordar as consequências que tais vivências causam no desenvolvimento dessas crianças, as quais poderão ecoar durante todo o decorrer da vida do indivíduo. Por esse motivo é tão importante a capacitação de profissionais da rede de ensino, para que saibam identificar casos de abuso nas escolas, e os de serviços de atendimento para que saibam proceder com o tratamento adequado.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e expositiva, realizada através da rede mundial de computadores, utilizando-se os termos “violência sexual infantil e desenvolvimento”, “impactos do abuso sexual em crianças” em pesquisas no Google Acadêmico ao longo do mês de outubro. Foram encontrados, originalmente, cinco artigos principais, mas no decorrer da leitura achou-se necessário excluir dois que não estavam compatíveis com o foco da pesquisa e incluir outros à medida que se expandia o tema abordado. Além deles, foram consultados outros sites que complementam o trabalho com dados estatísticos e outras informações relevantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da carência de pesquisas brasileiras acerca do tema, Boeckel *et al.* (2016) apontam como eventos estressantes podem desencadear respostas orgânicas através da ativação de neurotransmissores que, em excesso, dificultam a apreensão de atividades sociais, educacionais e comportamentais. Albornoz e Bandeira (2010) constataram uma relação direta entre a ocorrência de eventos traumáticos em fases precoces e a baixa na imunidade, desenvolvimento de doenças crônicas e humor depressivo ao longo da vida. Um estudo de Buffraerts *et al.* (2010 *apud* SOUSA *et al.*, 2017) revelou que crianças entre quatro e treze anos vítimas de abuso sexual tiveram dez vezes mais chance de tentar o suicídio do que aquelas que não foram expostas a essa situação.

Considerando todos os efeitos orgânicos mencionados, Souza (2015) os relaciona às outras variáveis determinantes do processo de aprendizagem, onde qualquer dano causado em alguma dessas esferas já pode ser extremamente prejudicial à criança. Além das condições internas do indivíduo, as ambientais, sociais e materiais são decisivas para que se desenvolva a aprendizagem da maneira adequada. Por estarem ainda em processo de formação da identidade e personalidade, crianças e adolescentes são mais vulneráveis a eventos traumáticos, podendo repercutir ao longo da vida em maior ou menor grau, dependendo de alguns fatores. Por exemplo, o grau de violência sofrida, a quantidade de vezes e por quanto tempo os abusos ocorreram, se sofreu outro tipo de agressão associado, a idade da vítima, o vínculo entre ela e o agressor, e acima de tudo, o apoio emocional, social, familiar e institucional que a criança recebe após denunciar o fato. É essencial que exista uma rede de acolhimento a essa criança para que os danos causados possam ser reparados ao máximo.

Outra questão a ser observada é como os eventos traumáticos refletem no comportamento da criança, em alguns casos é comum que elas apresentem condutas agressivas, arredias e indisciplinadas. Uma pesquisa realizada por Souza (2015) com nove professoras da rede pública do Distrito Federal sobre a relação entre a vitimização infantil e o comportamento desviante, as entrevistadas constataram que dentre as crianças que ensinavam, as que sofreram algum tipo de vitimização, desde negligência até a agressão, são mais propensas a demonstrar comportamento de insubordinação, apatia, baixa autoestima, agressividade e até criminalidade. No entanto, as entrevistadas não consideram esses fatores como determinantes, visto que em casos onde houveram intervenções externas adequadas foi possível reduzir o impacto dessa vitimização sobre o desenvolvimento da criança.

Autores citam que um dos fatores que explicam esse fenômeno é o fato de que as crianças que vivenciaram situações estressantes repetidas vezes, podem desenvolver um mecanismo de

defesa psíquica onde passam a antecipar as reações de medo, semelhante à resposta biológica de luta ou fuga frente ao perigo, mesmo em situações onde apenas a lembrança da violência sofrida é eliciada, causando uma reação agressiva (KNOPP & BENSON, 1996 *apud* ALBORNOZ e BANDEIRA, 2010). Somado a isso, muitas crescem em meio à violência cotidiana e tendem a se habituar a ela, em nome da própria sobrevivência. Essa banalização acaba levando à reprodução de comportamentos desviantes (ARAÚJO, 2002) e iniciando um ciclo onde a causa de um problema futuramente se tornará a consequência dele mesmo.

Em observância aos fatos expostos, considera-se de suma importância que cada vez mais pesquisas e estudos sejam realizados, dessa forma respaldando a atuação de profissionais na identificação e acolhimento de crianças vítimas de violência sexual. É essencial o investimento na capacitação de educadores e outros profissionais, principalmente da rede pública de ensino, para que saibam ler os sinais que a criança demonstra e também como proceder com as medidas de proteção. Dessa forma visamos prevenir o risco da violência, cuidar dos danos causados pelo trauma e ressignificar o curso de seu desenvolvimento.

4. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi expor todas as variáveis que envolvem a violência praticada contra crianças e adolescentes, visto que qualquer tipo de abuso tem o potencial traumático e que o impacto na vida das vítimas irá variar de acordo com as circunstâncias dos fatos e as particularidades de cada indivíduo (LAGUNA *et al*, 2021).

Ficou esclarecido que eventos dessa magnitude em idade infanto-juvenil, além do trauma psicológico que envolve as emoções, sentimentos e pensamentos que refletem no comportamento e nas relações interpessoais, os danos causados podem chegar a níveis fisiológicos desencadeando problemas de aprendizagem, doenças orgânicas e transtornos neuropsicológicos. Além disso, os problemas de socialização e relacionamentos psicossociais podem evoluir a níveis de comportamentos desviantes, inclusive criminosos.

Por fim ressalta-se a importância de que mais estudos e pesquisas no tema sejam realizados, o número de vítimas de violência sexual infantil no Brasil é exorbitante e faz-se necessário que as políticas públicas tomem medidas a respeito. Tanto no tratamento dos casos consumados, dando o apoio adequado às vítimas e à família e garantido justiça ao agressor, quanto com políticas de prevenção em escolas e creches, além de ser essencial que os professores saibam identificar os sinais que a criança dá de que está passando por algum sofrimento. Dessa forma, tomando as medidas cabíveis, buscam-se reverter, o quanto possível, os danos causados pela vitimização dessas crianças.

AGRADECIMENTOS

À Faculdade do Vale do Jaguaribe por criar a oportunidade e meu acesso à pesquisa acadêmica. À professora Thahyana por dispor-se a me orientar, sempre com muito carinho, profissionalismo e amor pela profissão. À discente do nono período Letícia Noronha por me indicar artigos sobre o tema durante a fase de pesquisa. A todos vocês minha sincera gratidão.

5. REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Ana Celina Garcia; BANDEIRA, Denise Ruschel. Eventos de Vida: Investigações sobre a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. **Interamerican Journal of Psychology**. 44, 3, p. 489-497, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28420658011>. Acesso em: 09/10/2021.

ARAÚJO, M. de F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, 7,2, p. 3–11, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000200002>. Acesso em: 10 out. 2021.

CHILDHOOD BRASIL. **A violência sexual infantil no brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil>. Acesso em: 13/10/2021.

LAGUNA, Thalyta Freitas dos Santos; LEAL, Telma Garcez; LEMOS, Aline Priscila Subutzki; MEINE, Isadora Ribeiro; RIGO, Henrique Carvalho; PEREIRA, Mariana da Silva; KRUEL, Cristina Saling. A violência sexual contra a criança e as influências no seu desenvolvimento. **Research, Society and Development**. 10, 5. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.15264>. Acesso em: 10/10/2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim Epidemiológico**, 49,27, p. 1–17. 2018. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 10/10/2021.

SOUSA, Girliani Silva de; SANTOS, Marília Suzi Pereira dos; SILVA, Amanda Tabosa Pereira da; PERRELLI, Jaqueline Galdino Albuquerque; SOUGEY; Everton Botelho. Revisão de literatura sobre suicídio na infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3099-3110, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002903099&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12/10/2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS/OMS. **Neste Dia Laranja, OPAS/OMS aborda violência sexual e suas consequências para as vítimas**. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/25-7-2018-neste-dia-laranja-opasoms-aborda-violencia-sexual-e-suas-consequencias-para>. Acesso em: 11/10/2021.

SOUZA, Edilene Teixeira de. Influência da vitimização infantil no comportamento desviante: a perspectiva dos educadores. **EDUCERE- XII Congresso nacional de educação**. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20473_9401.pdf. Acesso em: 10/10/2021.



08 a 12 de novembro de 2021

Faculdade do Vale do Jaguaribe

ISSN 2525-9156

CURSO: PSICOLOGIA

ÁREA: APRENDIZAGEM

MONITORIA ACADÊMICA: CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS.

TITLE ACADEMIC MONITORING: CONTRIBUTION TO THE TEACHING
LEARNING OF STUDENTS.

Ernângela Coelho do Nascimento

Ernangela.coelo@fvj.br

José Pereira Maia Neto

maia@fvj.br

RESUMO

A prática da monitoria acadêmica tem como objetivo a assistência e suporte aos alunos, através de um acompanhamento aproximado do aluno monitor com utilização dos mais diversos recursos, elaboração de aula de reforço, formulários. O papel do aluno monitor é aproximar ou melhor dizendo auxiliar na ligação entre discente e docente. Este artigo tem como base a prática da monitoria acadêmica através do fortalecimento do processo ensino-aprendizagem. Incluindo também reflexões acerca do processo de ser aluno monitor e do feedback dos alunos que recebem o suporte do aluno monitor. Entretanto através da observação da vivência enquanto aluno monitor a extrema dificuldade na realização do processo de Monitoria em tempos de pandemia, como a nova realidade atravessou e dificultou o processo de aprendizagem, comunicação, efetivo comprometimento e até mesmo relacionamento entre aluno monitor e discente. O presente estudo também traz uma análise sobre a motivação e interesse dos alunos na efetiva participação destacando a falta de comprometimento dos alunos a falta de comparecimento nos encontros propostos pelo aluno monitor. O referido trabalho trata-se de uma experiência vivida pela aluna autora do resumo, do curso de Psicologia, na cadeira de Introdução a Psicologia, tendo como professora orientadora: Prof. José Pereira Maia Neto.

Palavras-chave: Monitoria. Ensino. Aprendizagem. Reflexões. Vivência

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é o resultado das atividades desempenhadas na monitoria da disciplina de Introdução a Psicologia no período letivo de 2021, na Faculdade do Vale do Jaguaribe.

O artigo tem como foco não somente as reflexões realizadas através do aluno monitor, mas também uma visão amplificada das situações que marcam o exercício da monitoria, como também o retorno e aproveitamento dos alunos dessa ferramenta tão importante do meio acadêmico.

A Monitoria se caracteriza por “discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos” (de acordo a Lei 9.394/1996), através de edital acontece o processo seletivo para Monitoria Acadêmica o aluno interessado se escreve para participar, os alunos devem já ter cursado a disciplina que concorreram para monitoria, considerando esse um fator de suma importância pois o aluno monitor possui o papel de compartilhar o conhecimento através de um suporte aproximado, vivências e conhecimento da disciplina.

A oportunidade de vivenciar a prática da monitoria acadêmica trás para o aluno monitor inúmeros aprendizados e experiências possibilitando o maior contato com professores e assim propiciar a maior absorção e disseminação de conhecimento e saberes, adquire habilidades que trabalha desde a postura diante de determinadas situações como também a capacidade de interação.

Algumas das finalidades do aluno monitor: I) Auxiliar o trabalho docente em tarefas didáticas compatíveis com o seu grau de conhecimento; II) Prestar assistência aos alunos do componente curricular para o qual foi selecionado, na resolução de exercícios e no esclarecimento de dúvidas; III) Apoiar o professor orientador no desenvolvimento das práticas pedagógicas e de novas metodologias de ensino, bem como na produção de material de apoio, com o fim de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem; IV) Apoiar o professor orientador no desenvolvimento de atividades institucionais, tais como Semana de Curso, Exposição Tecnológica, Feira de Profissões, Jogos Digitais e mecanismos de engajamento de ensino e aprendizagem promovidas pela s Coordenações de Curso ou por departamentos de áreas/disciplinas; V) Informar sistematicamente o professor orientador sobre a frequência dos estudantes assistidos na monitoria, apoiando-o na definição de estratégias que minimizem o índice de faltas. (FONTE EDITAL 001/2021 PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA – FVJ).

A prática muito rica da monitoria para o aluno monitor se dá em inúmeros momentos e oportunidades, ter o relacionamento aproximado ao docente relação essa que acrescenta em conhecimento prático quanto teórico, habilidades comportamentais e até mesmo competências

soco emocionais. É um trabalho que por muitas vezes não é tão simples, seja pelas dificuldades ao longo do semestre tanto do aluno monitor como do aluno, como a dificuldade de horários e disponibilidade dos alunos em para encontros com o monitor, por inúmeras razões, desde o choque de grades de horário, ausência de interesse.

Sendo assim a monitoria acadêmica tem um espaço relevante na formação dos alunos que assim desejam, o processo de ensino – aprendizagem deve ser multidimensionalidade entendo assim que o processo de aprendizagem consiste não somente através do suporte de um monitor ou docente, mas que envolve aspectos relacionados as dimensões humana, técnica e político-social.

Uma das observações diante da vivencia enquanto monitor percebi uma certa negligencia dos alunos ao suporte didático oferecido, muitas vezes subutilizando esse suporte as mais diversas causas.

De acordo com Campos, a eficiência da aprendizagem está relacionada a problemas que surgem na vida do educando:

A eficiência da aprendizagem está condicionada à existência de problemas, que surgem na vida do educando, que lhe deem impressão de fracasso e que o levem a sentir-se compelido a resolvê-los. Na busca e obtenção dessas soluções, o educando aprende, de fato, e não apenas memoriza fórmulas feitas, sem nenhum efeito no ajustamento de sua personalidade. (CAMPOS, 2013, p. 33).

Sendo assim é muito importante levar em consideração o desenvolvimento de todas as áreas da vida do aluno, e analisar quais tem sido as suas dificuldades, angustias e faltas. Pensando sobre o cenário pandêmico que ainda vivenciamos se faz necessário questionar, a não procura do aluno monitor, a não utilização das ferramentas digitais dispostas.

Esse trabalho visa discutir determinados aspectos que ocorreram no decorrer da atividade de monitoria, experiências que resultaram reflexões acerca do exercício dessa atividade e as percepções dos alunos sobre a contribuição da monitoria no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Introdução a Psicologia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

A disciplina de Introdução a Psicologia é ofertada no primeiro semestre do curso de Psicologia, com carga horária de 80 horas, dividida em atividades práticas como as extensões e

teóricas. A disciplina tem como objetivo conhecer como a Psicologia se constituiu como ciência e como profissão, discussão das discussões socioculturais e políticas para o crescimento da Psicologia como ciência, os principais teóricos.

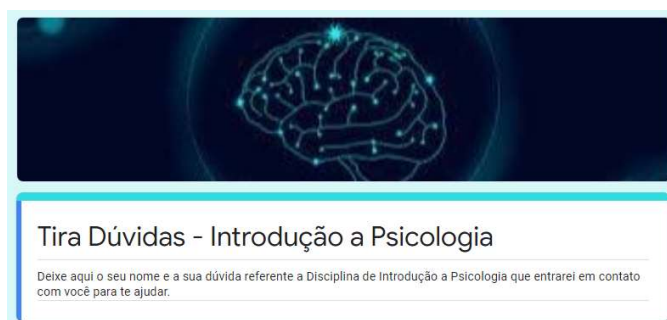
Durante o período da monitoria, foram debatidas diversas formas de alertar os alunos a participarem da Monitoria, que foram trabalhadas nos encontros como por exemplo: I) Busca ativa dos alunos através dos mais diversos meios, grupos de WhatsApp, mensagens de forma individual, Formulário de pesquisa no Google Forms; II) Dinâmicas realizadas nos encontros da Monitoria, para que ficasse algo didático, e de fácil entendimento dos alunos; de potencializar o desenvolvimento acadêmico dos discentes.

Apesar da prática da monitoria acadêmica ser bastante comum no meio universitário, ainda assim é necessário um aprimoramento da divulgação do serviço, definição específica do papel do aluno monitor, abertura de canais de relacionamento entre o aluno monitor e o aluno, fazendo assim necessária otimização das potencialidades da monitoria acadêmica o que pode desencadear na pouca relevância dessa prática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado claro através do formulário criado afim de tirar as dúvidas dos alunos fica claro através do número de respostas adquirido, nenhum aluno respondeu o formulário.

Figura 1. Formulário criado

A screenshot of a Google Form. The top header features a glowing blue brain icon on a dark background. Below the header, the title of the form is "Tira Dúvidas - Introdução a Psicologia". Underneath the title, there is a text input field with the placeholder text: "Deixe aqui o seu nome e a sua dúvida referente a Disciplina de Introdução a Psicologia que entrarei em contato com você para te ajudar."

Fonte: Google Forms, 2021.

Figura 2. Formulário criado



Fonte: Google Forms, 2021.

Através do resultado obtido nos formulários fica explicitado que o papel do aluno monitor é a orientação, acompanhamento dos alunos mas que deve se partir através da busca desses alunos, não ficando o aluno monitor como o único responsável pelo processo de compartilhamento e busca de alunos que desejem aprofundar e usufruir do acompanhamento que a monitoria desempenha.

citados em materiais e métodos. Em seguida, agrupe as informações desses estudos em subtópicos dessa mesma seção.

Segundo Campos (2013.pag 87) ‘ A motivação no adulto há uma autonomia dos motivos. ’’ Sendo assim podemos dizer que cada indivíduo possui diferentes e diversas formas de se sentir motivado a tais decisões ou se comportar de uma certa forma.

Se faz necessário a análise dos dados através do viés da motivação, a aprendizagem já foi vista como uma simples repetição imposta pelo educando, mas com o passar do tempo e estudos e principalmente estudos voltados a motivação se torna claro observar que o processo de aprendizagem se dá através de um centro de interesses.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Diante de tais fatos, percebe-se a grande dificuldade que existe em colocar a monitoria na prática, quando não se tem dos alunos o engajamento deles nos encontros da monitoria, uma das tecnicas utilizadas por exemplo foi ter colocado na monitoria assuntos que cairiam na prova em forma de questões abertas, e mesmo assim não houve uma grande mudança, em um dos encontros marcados de monitoria apenas um aluno compareceu.

Ressalto a importância da monitoria acadêmica para o aluno monitor que tem o desejo de seguir na área de docência onde o mesmo aprende a lidar com imprevistos, desinteresse, falta de compromisso, como também o inverso a busca ativa de materiais complementares, leituras aprofundadas para o suporte necessário e adequado dos alunos.

AGRADECIMENTOS

A Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ), ao Professor Orientador Prof. José Pereira Maia Neto.

5 REFERÊNCIAS

Edital 001/2021 Processo Seletivo do Programa de Monitoria do Faculdade Vale do Jaguaribe:

<https://www.fvj.br/wp-content/uploads/2021/03/EDITAL-002-SELE%C3%87%C3%83O-PROGRAMA-MONITORIA-ACAD%C3%8AMICA-1-compactado.pdf>

Campos, Dinah Martins de Souza Psicologia da Aprendizagem, 40.ed. Petrópolis, Vozes, 2013.